

KAIO

REVISTA
[TRÊS PONTOS]
TRÊS PONTOS

REVISTA TRÊS PONTOS

**CENTRO ACADÊMICO
DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DA UFMG**

Ano 20, N. 1

Janeiro 2022/

Junho 2023

ISSN: 1808-169X

e-ISSN: 2525-4693

SAFIRA DA MATA OLIVEIRA

ANGÉLICA DE OLIVEIRA DOS SANTOS

HENRIQUE SCALDINI CAMPOS

JULIANA RODRIGUES SOARES

LETICIA CAMPOS ARMOND

MARINA GOMES SILVA TELLES

PEDRO HENRIQUE VILELA OLIVEIRA

GUILHERME OLÍMPIO FAGUNDES

AUA SILÁ

UFMG
Universidade Federal de
Minas Gerais

[EDITORIAL]

Apresentação da Edição 20.1: Temática Livre

Reunindo as mais diversas pesquisas das Ciências Sociais, anunciamos, com muito entusiasmo, o lançamento da edição 20 volume 1, de temática livre. Essa publicação agrupa discussões do campo da Sociologia, das Ciências Políticas, do Jornalismo e da Literatura, comprindo, mais uma vez, com o compromisso da Revista Três Pontos de contribuir com debates essenciais para seus respectivos campos de pesquisa.

Há mais de uma década, a Revista Três Pontos desenvolve um trabalho constante de incentivo à pesquisa e compromisso com a publicação científica na graduação, nacional e internacionalmente. Dessa vez, não seria diferente. A edição 20.1 reúne trabalhos de várias universidades do país, como a *Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)*; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH); Universidade de São Paulo (USP); Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); formando um repertório completo e variado para as discussões que se propõem aqui.

É com muita alegria, que convidamos você cara(o) leitora(or), a embarcar nessa imersão discursiva que se compromete a abrir caminhos de possibilidades à produção de conhecimento para graduandos e recém-graduandos de diversas universidades do país. Agradecemos imensamente a confiança depositada em toda a equipe desse editorial, que, há mais de 15 anos, parte da missão de reforçar a importância da pesquisa e da publicação científica na graduação. Desejamos que tenha uma excelente experiência de leitura! Até a próxima!

Aymee Crystina Santana

A REVISTA TRÊS [...] PONTOS, revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais (CACS) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) criada em 2004, é um periódico com publicação semestral nos formatos impresso e digital, destinada a estimular a produção e divulgação de conhecimentos científicos de graduandos e recém-graduados e promover o debate teórico e empírico sobre os temas de interesse das Ciências Sociais. A revista é uma iniciativa de estudantes da UFMG e tem abrangência ampla e plural no que diz respeito a posições científicas e político-ideológicas. Recebemos trabalhos em fluxo contínuo e publicamos artigos, resenhas, relatos de experiência, ensaios e entrevistas em língua portuguesa, além de trabalhos artísticos inéditos que tenham passado pelo crivo de pareceristas anônimos designados pela comissão editorial.

EXPEDIENTE REDAÇÃO

REVISTA TRÊS [...] PONTOS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, FAFICH/UFMG – Sala 4214,
Pampulha - CEP 31270-000, Belo Horizonte- MG. Telefone/Fax 31-3441-4603.
revistatrespontos@fafich.ufmg.br
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/issue/archive>

EDITORIA-EXECUTIVA

Aymee Crystina Santana (Discente-UFMG)

EDITORIA-ADJUNTA

Thiago Augustus Figueiredo Leão (Discente-UFMG)

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Ana Lúcia Modesto (DSO-UFMG)
Prof. Carlos Ranulfo Félix de Melo (DCP-UFMG)
Prof. Eduardo Viana Vargas (DAA-UFMG)
Profa. Érica Renata de Souza (DAA-UFMG)
Profa. Marlise Matos (DCP-UFMG)
Prof. Renarde Freire Nobre (DSO-UFMG)
Theo Furtado de Oliveira (Discente-UFMG)
Eduarda Vogas Dias (Discente-UFMG)
Mariana Fonseca de Castro Morais Martins (Discente-UFMG)
Aline Barcelos Pereira (Discente-UFMG)
Amanda Rodrigues Viana Oliveira (Discente-UFMG)
Amanda Sena Peixoto (Discente-UFMG)
Ana Luisa de Paula Menezes Costa (Discente-UFMG)
Bento Marmo Cabral (Discente-UFMG)
Julio Carlos de Souza (Discente-UFMG)
Lais de Andrade Grandi Salgado (Discente-UFMG)
Mariana Paschoiotto Soares (Discente-UFMG)
Mariana Pesce Ribeiro (Discente-UFMG)
Miguel Cunha (Discente-UFMG)
Nonô Arantes Lima (Discente-UFMG)
Pedro Henrique Rocha (Discente-UFMG)
Rony Michel Braga Sampaio (Discente-UFMG)
Sulamita Divina Gomes de Aquino (Discente-UFMG)

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Carlos Pereira (University of Michigan/EUA)
Prof. Cicero Araújo (USP)
Prof. Fábio Wanderley Reis (UFMG)
Prof. Gustavo Lins Ribeiro (UnB)
Prof. Ivan Domingues (UFMG)
Prof. Leonardo Avritzer (UFMG)
Prof. Marcelo Medeiros (Princeton University/EUA)
Prof. Marcel de Lima Santos (UFMG)
Profa. Mariza Corrêa (Unicamp)
Profa. Neuma Aguiar (UFMG)
Profa. Solange Simões (University of Michigan/EUA)

PROJETO GRÁFICO

Sulamita Divina Gomes de Aquino

DIAGRAMAÇÃO

Raíssa Mateus de Oliveira Silva

IMAGEM DA CAPA

Kaio Cêzar Moreira Silva

REVISÃO

Alessandra Emanuelle Macieira Silva

FICHA CATALOGRÁFICA

Biblioteca Fafich-UFMG

CIRCULAÇÃO

Dezembro de 2023.

INDEXAÇÃO

Portal de Periódicos da ANPOCS, Portal Periódicos de Minas, Biblioteca Digital do Tribunal Superior Eleitoral, Portal de Periódicos da CAPES, Sistema de Bibliotecas UFMG, Portal de Periódicos da UFMG, Diadorim, Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), Directory of Research Journals Indexing (DRJI), Google Acadêmico e Latindex.

QUALIS/CAPES

B3 para Antropologia/Arqueologia; B3 para Educação; B3 para Ciência Política e Relações Internacionais; B3 para Sociologia; B3 para História (Quadrênio 2017-2020).

Número publicado com recursos provenientes do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais.

OS CONCEITOS EMITIDOS EM ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE ABSOLUTA E EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES, TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. OS TRABALHOS PUBLICADOS NA REVISTA PODERÃO SER REPRODUZIDOS DESDE QUE CITADOS O AUTOR E A FONTE.

Revista Três Pontos: Revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais.
Ano 20, n. 1 (janeiro/junho de 2023) – Belo Horizonte, 2023.

V. : 30,5cm. Semestral.
Editor: Centro Acadêmico de Ciências Sociais/ UFMG
ISSN: 1808-169X | e-ISSN: 2525-4693

1 Teoria social – Periódicos 2. Ciência Política – Periódicos 3. Sociologia e Antropologia – Periódicos I. Universidade Federal de Minas Gerais. II. Centro Acadêmico de Ciências Sociais. III. Título

SUMÁRIO

EDITORIAL

3

Apresentação da Edição 20.1: Temática Livre
Aymee Crystina Santana

ARTIGOS

6

Como o trabalho docente é experienciado na educação 4.0?
How the teaching work was experienced in education 4.0?
Guilherme Olímpio Fagundes

13

Aquilombar-se: A literatura negro-brasileira como missão
Angélica de Oliveira dos Santos

26

“Jesus cavaleiro do céu nunca perde a peleja no campo de batalha”: A expansão urbana do
narco pentecostalismo no Rio de Janeiro
Henrique Scaldini Campos; Juliana Rodrigues Soares; Leticia Campos Armond; Marina Gomes Silva Telles; Pedro Henrique Vilela
Oliveira

35

A erosão democrática no Brasil sob a perspectiva de Levitsky e Ziblatt
Democratic backsliding in Brazil according to Levitsky and Ziblatt
Safira da Mata Oliveira

45

Participação política das mulheres na Guiné-Bissau (1956–1973): A perspectiva de Amílcar Lopes Cabral
Aua Silá

56

Crédito às Ilustrações

58

Nominata

COMO O TRABALHO DOCENTE É EXPERIENCIADO NA EDUCAÇÃO 4.0?

HOW THE TEACHING WORK WAS EXPERIENCED IN EDUCATION 4.0?

Resumo: Buscamos compreender como docentes de ensino básico experienciam a inteligência artificial nas escolas, partindo do caso de docentes de língua portuguesa com uma plataforma de correção de redações e como isso afetava sua identidade profissional. Pela entrevistas semiestruturadas e grupos focais com docentes, sob o método da intervenção sociológica – das sociologias da ação e da experiência –, constatamos que a credibilidade da plataforma se dava mais pelo esforço dos profissionais em legitimá-la e não pela qualidade das correções; atribuímos a procura dos professores pelos alunos à presença do algoritmo para receber benefícios emocionais; e destacamos diferenças entre escolas públicas e privadas.

Abstract: *We sought to understand how elementary school teachers experience artificial intelligence in schools, starting from the case of Portuguese teachers with an essay correction platform and how this affected their professional identity. Through semi-structured interviews and focus groups with Portuguese teachers, under the sociological intervention method (sociologies of action and experience), We found that the credibility of the platform was more due to the effort of professionals to legitimize it and not by the quality of corrections; teachers' demand for students is attributed to the presence of the algorithm to receive emotional benefits; and differences between public and private schools are highlighted.*

INTRODUÇÃO

O uso de sistemas construídos a partir de tecnologias de Inteligência Artificial (IA) tem se difundido rapidamente pelos mais variados âmbitos da vida social¹. E, mesmo assim, pouco se conhece sobre seus usos sociais, seja quanto às suas propriedades, seja quanto às suas consequências (FREITAS, 2005). Questões relativas à ética e privacidade, à coleta, armazenamento e utilização de dados pessoais e à manipulação da opinião pública e interferência em processos eleitorais (*fake news*) são apenas alguns exemplos de polêmicas suscitadas pela difusão da IA. E não é diferente com a educação e o trabalho (VICARI, 2021; ABRAMOVAY, 2021).

Na esfera do trabalho, a disseminação da IA tem enorme potencial disruptivo sobre a dinâmica de criação e destruição de empregos, sobre as relações de trabalho e sobre a distribuição da renda; assim como na identidade profissional de determinados ofícios (DUBAR, 2000; 2009; 2012). Por seu caráter de tecnologia de aplicação geral, a IA vem permitindo o avanço da automação nos mais variados setores de atividade e penetrando em áreas de atividades profissionais que até recentemente supúnhamos ser redutos invioláveis do trabalho humano, por não serem nem rotineiras nem previsíveis, como atividades que envolvem experimentação, pesquisa, avaliação, tomada de decisões e até mesmo criatividade, como ilustram os programas de computador que redigem artigos de jornais, compõem sinfonias para orquestras ou criam novos programas de computador (ADORNO, 2021).

No caso da educação, ela é possível pela existência de um educador que conduz um certo conjunto de conhecimento a alguém. De grosso modo, para se manter em uma definição parcimoniosa, o docente – ou professor – é aquele que cumpre essa função, de transmitir algum

ensinamento à outra pessoa, por meio de aulas sobre algum assunto específico, de acordo com a Enciclopédia de Pedagogia Universitária (MOROSINI, 2006, p. 395). No entanto, isso é insuficiente para entender a especificidade do trabalho docente. Na verdade, trata-se de um trabalho interativo, cuja matéria-prima é um conjunto de relações humanas “com pessoas capazes de iniciativa e dotadas de uma certa capacidade de resistir ou de participar da ação dos professores”, como aponta Tardif e Lessard (2008, p. 35). Em suma, a problemática por trás da pesquisa realizada é o modo como essas tecnologias interferem neste trabalho interativo entre aluno e professor, essencial para o entendimento da própria identidade profissional deste.

Na educação, essas tecnologias de inteligência artificial permitem a existência daquilo que a literatura entende como o advento da “educação 4.0”, isto é, modelo de educação no qual a “tecnologia ganha espaço, com inteligência artificial, linguagem computacional, soluções de ensino inovadoras e ainda o processo de *learning by doing* – o aprender fazendo” (FÜHR, 2019, p. 37), por meio de tecnopedagogias, que consistem no “aproveitamento das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) para o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, culminando com a busca do conhecimento e, dessa forma, melhorando o desenvolvimento humano e a nossa socialização” (FÜHR, 2019, p. 37).

Não há uma definição hegemônica do que venham a ser essas tecnologias de inteligência artificial, o que abre margem para certa variação do conceito (SICHMAN, 2021, p. 37-38). No entanto, para os fins deste artigo, é suficiente descrever as tecnologias de inteligência artificial como uma categoria de tecnologias caracterizada pelo uso de algoritmos orientados por dados por meio de ferramentas de aprendizagem

Guilherme Olímpio Fagundes

Graduando em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP).

Contato:

<guilherme.olimpio@usp.br>

Palavras-chave:

Identidade profissional; Experiência social; Educação 4.0.

Keywords:

Professional identity; Social experience; Education 4.0.

¹ Esta investigação se insere na agenda de pesquisa do núcleo Mercados Digitais de Trabalho, do Centro de Inteligência Artificial (C4AI) da Universidade de São Paulo. Por isso, é um trabalho muito devotor do diálogo com professores e pós-graduandos do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, em especial Dr. Álvaro Comin, Dr. Murillo Marschner, Bernardo Ballardin e Flora Arizo, a quem, aqui, deixo meus agradecimentos. A pesquisa foi viabilizada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Fruto de um paper apresentado no evento Graduação em Foco 2022 (PET Ciências Sociais UFMG), este artigo foi modificado para acolher as sugestões dos debatedores, o que lhe deixou mais robusto em relação à sua primeira versão.

2 Optamos por omitir o nome da plataforma para fins de confidencialidade. A justificativa para isso é de que a pesquisa ainda está em andamento, com outros pesquisadores diretamente envolvidos na sua produção.

3 Isto é, tecnologias que produzem inferências por meio do armazenamento e tratamento de grandes quantidades de informações que, ao serem codificadas, permitem sua análise detalhada.

de máquina (em inglês, *machine learning*) – sobretudo, aprendizagem profunda (*deep learning*) – com alto grau de processamento que, em máquinas avançadas, pode ser similar ou superior ao processamento do cérebro humano para resolução de problemas (BODEN, 2020). No caso da plataforma investigada², o *algoritmo* de IA é responsável por avaliar redações conforme os parâmetros definidos pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Esses parâmetros são calibrados de acordo com um banco de dados de redações já corrigidas e pontuadas, valendo-se da tecnologia de *Big Data*³. O estudante recebe a nota da sua redação juntamente com comentários sobre seu desempenho em cada parâmetro.

É na esteira dos estudos sobre a introdução das tecnologias de inteligência artificial na sociedade que o seguinte estudado buscou se perguntar: *Como os docentes experienciam a sua relação com uma tecnologia de inteligência artificial em sala de aula, em especial quanto a sua identidade profissional?* Para isso, delimitamos um caso com uma plataforma de correção de redações aplicado em redes públicas e privadas nos estados de São Paulo e Espírito Santo. Portanto, como professores de Língua Portuguesa do ensino básico de escolas públicas e privadas destes estados mencionados *experienciam* a relação da plataforma de correção de redações na sua identidade profissional.

Os estudos sobre as tecnologias de inteligência artificial aplicadas à educação são incipientes. Valendo-se de duas literaturas opostas entre si, as hipóteses foram inicialmente construídas da seguinte maneira. De um lado, os “solucionistas” sustentam que a incorporação das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) são capazes de planificar as diferenças e motivar a individualidade dos estudantes segundo suas habilidades e deficiências no processo de aprendizagem (para se manter em um caso sintomático dentre os solucionistas, ver FAVA, 2018). Os docentes tornam-se os responsáveis por utilizar essas tecnopedagogias de forma consciente para potencializar as capacidades de seus estudantes. Embora não sustentem o fim do professor em sala de aula, afirmam que ele passaria a ser cada vez mais auxiliar em um processo de aprendizagem cada vez mais autônomo por parte do próprio estudante. Do outro lado, há uma literatura que aponta para a correlação entre precarização do trabalho docente e a introdução das TDICs em sala de aula (ver PREVITALI & FAGIANI, 2020). Neste sentido, a hipótese a ser verificada é se os docentes experienciam a plataforma como algo que impulse conflitos em sua identidade profissional.

O artigo está estruturado da seguinte maneira. Primeiro, é preciso apresentar brevemente a sociologia da experiência social de François Dubet (1994), assim como suas associações com a sociologia da ação de Alain Touraine (1982). Em seguida, apresentar como essa associação permite repensar um método de investigação: a intervenção sociológica, que costura um caminho para obtenção, análise,

sistematização e interpretação dos dados produzidos. Por fim, cabe apontar para os tipos empíricos que surgiram das experiências dos professores de ensino básico.

A EXPERIÊNCIA SOCIAL COMO OPERADOR ANALÍTICO

Assim, como essa plataforma impacta a identidade profissional do docente? De que forma o estudante adentra a essa relação docente–algoritmo? Essas perguntas fazem parte de um todo que pode ser resumido na categoria de experiência social. Segundo Dubet e Martuccelli (2000), a sociologia da experiência articula subjetividade e ação social, valendo-se sobretudo da microsociologia de Schütz (fundada na linguagem) e de Goffman (fundada na interação). A sua principal diferença teórica diante da sociologia clássica reside no seu axioma de que o ator individual e a sociedade não constituem uma unidade (WAUTIER, 2003). A identidade individual não é mais construída de maneira homogênea como estima-se pela sociedade, mas a categoria de experiência permite articular múltiplas lógicas de ação, que não são apenas aquelas conformadas *pelo sistema para* o sistema, como também *àquela ação que é* orientada pela iniciativa e escolha do indivíduo – marcado pelo seu relativo distanciamento do sistema. Portanto, a experiência social consiste em “condutas individuais ou coletivas dominadas pela heterogeneidade de seus princípios constitutivos e pela atividade dos indivíduos que devem construir o sentido de suas práticas no meio desta heterogeneidade” (DUBET, 1994, p. 15).

Algumas implicações derivam dessa definição. A primeira é que a identidade social não pode ser entendida pela noção de posição social – relativamente estável, reproduzível –, mas está em constante construção pela experiência. Não são os papéis, normas e valores que produzem a personalidade; e sim, são produtos em constante construção da personalidade. A segunda implicação consiste no fato de que os indivíduos sociais precisam a todo instante reconstruir sua personalidade a seus pares. Por fim, há o retorno do conceito de alienação, que ocorre quando “as relações sociais de dominação impedem os atores de terem o domínio sobre sua experiência social” (WAUTIER, 2003).

A categoria de experiência social (e algumas de suas implicações) permitem a Dubet produzir a sua sociologia da experiência, baseada na sociologia da ação e do ator (os já citados Schütz (2018), Goffman (2002), e também Touraine (1982), Weber (1979), entre outros) que consiste:

“[A sociologia da experiência social visa] definir a experiência como uma combinação de lógicas de ação que vinculam o ator a cada uma das dimensões de um sistema. O ator deve articular estas lógicas de ação diferentes e a dinâmica que resulta desta atividade constitui a subjetividade do ator e sua reflexividade” (DUBET, 1994, p. 105)

No caso da pesquisa empírica que fora realizada, o uso do quadro referencial teórico da sociologia da experiência permitiu, por um lado, entender os conflitos que a interação entre agentes sociais impactam na construção da identidade profissional dos docentes de ensino básico. Por outro, possibilitou compreender de que modo a aplicação dos sistemas provenientes de tecnologias de inteligência artificial interferem na relação social construída entre docente e estudante.

A identidade profissional, segundo a sociologia da ação e da experiência, não consiste em classificações de ocupações, mas são formas relacionais e biográficas, isto é, significam que a identidade dos atores em um sistema de ação estão relacionadas com as suas trajetórias ao longo da vida de trabalho. São “maneiras socialmente reconhecidas para os indivíduos se identificarem uns aos outros, no campo do trabalho e do emprego” (DUBAR, 2009, p. 85). Para Tardif e Lessard (2008), o trabalho docente é caracterizado pela interação entre estudante e professor, o que significa que, longe de recair em uma leitura substancialista, o professor não se reduz à transmissão de conhecimentos acumulados. O professor se define em relação a alunos – e, como no caso dos auxiliares de enfermagem franceses, pelos seus próprios pares professores (DUBAR, 2012).

A INTERVENÇÃO SOCIOLÓGICA COMO MÉTODO

A intervenção sociológica foi o método de análise adequado para a investigação realizada à medida que opera, segundo Touraine (1982), diretamente na categoria de experiência social, tornando-se uma ferramenta adequada para identificá-la. Inicialmente concebida pelo francês Alain Touraine (1982), ela passou por profundas mudanças ao longo do tempo, conforme o objeto também se alterava. Hoje, ela permite analisar relações sociais potencialmente conflituosas por meio da restituição de suas experiências, que, como discutido anteriormente, articulam a relação entre agência e estrutura (COUSIN & RUI, 2011). No fenômeno de interesse, os gestores escolares assumem o papel de interlocutor, isto é, são os demais atores sociais que convivem e se relacionam – de maneira conflituosa ou não – com os atores de interesse, a saber, os professores. Esses interlocutores foram previamente entrevistados, de maneira não diretiva, a fim de mapear as opiniões relativas à importância da aplicação de tecnologias no sistema educacional brasileiro e explorar eixos temáticos relevantes para a intervenção sociológica (BARBOT, 2015; MAY, 2004).

Os procedimentos deste método consistem em sessões abertas e fechadas de grupos focais, aplicados em meados de 2021 (GATTI, 2005). Nas sessões abertas, foram reunidos os atores sociais de interesse (docentes) e os interlocutores (gestores escolares) para discutir tópicos que foram selecionados pelos pesquisadores. Essas sessões foram compostas por quatro professores de Língua Portuguesa do

ensino básico e dois gestores escolares, responsáveis por expor suas experiências com a plataforma de correção de redações. Entre aqueles presentes, havia tanto professores de redes públicas quanto de escolas particulares. Esses grupos contemplam docentes de São Paulo e Espírito Santo, selecionados por serem os primeiros estados pelos quais a plataforma se introduziu.

Finalizadas as primeiras sessões, iniciam-se as sessões fechadas – apenas com os docentes. Elas foram realizadas semanas depois, com o intuito de restituir a sessão anterior e capturar as impressões produzidas. Os pesquisadores expuseram as hipóteses de trabalho elaboradas após as sessões abertas – isto é, a sistematização de suas impressões – para os docentes refletirem sobre elas e reinterpretarem suas experiências sobre essa nova óptica (COUSIN & RUI, 2011).

Devido à pandemia de Covid-19, as técnicas de obtenção de dados – entrevistas em profundidade e grupos focais – precisaram ser adaptadas às novas condições. Para viabilizar a intervenção sociológica, recorreremos ao aplicativo de videoconferência Google Meet. Não havia na literatura, até o momento de obtenção de dados, registros de emprego da intervenção sociológica em ambientes digitais, o que exigiu calibrações e trouxe inovações metodológicas para pensar a aplicação desse método. Uma vantagem de seu uso em ambientes digitais reside na reunião simultânea de atores sociais multissituados – presentes em São Paulo e Espírito Santo. No entanto, a fim de garantir a fluidez do diálogo nas sessões, foi preciso diminuir a quantidade de atores presentes em relação ao que era desenhado originalmente por Touraine (1982) em seu método. Enunciar o uso de uma plataforma para mediar a conversa significa estranhar seus efeitos no instante de coleta e produção de dados, lançando luz à sua possível influência na variação da dinâmica, como na possibilidade de horizontalizar a relação entre interlocutor e os demais atores envolvidos na intervenção. Na intervenção sociológica desenhada por Touraine (1982), os atores permaneciam face a face, o que produz embates diretos. Contudo, com o *Google Meet*, as tensões aparentavam ser menos frequentes, o que leva à construção de uma hipótese metodológica de trabalho que não é possível de ser abarcada neste artigo. Vale apenas constatar que a possibilidade de desligar o próprio microfone ou sua *webcam*, assim como a mediação de uma visor/tela, permite certas manipulações dos signos ainda mais frequentes do que as interações face a face, como amplamente discutido por Erving Goffman, sociólogo apropriado pela sociologia da experiência discutido anteriormente (ver GOFFMAN, 2004).

Com base neste método e no manejo dos dados obtidos, foram encontrados padrões e regularidades nas experiências sociais dos docentes em torno de sua interação e relação com plataformas.

TECENDO RELAÇÕES ENTRE O DOCENTE, O ALUNO E O ALGORITMO

Três grandes eixos temáticos puderam ser construídos a partir da restituição das experiências sociais. Pelo princípio de confidencialidade, os nomes dos docentes e dos gestores públicos foram substituídos por outros.

Em primeiro lugar, a credibilidade dos docentes no algoritmo não se dava pela qualidade das correções, mas pela ação e presença dos profissionais da empresa gestora do algoritmo. Quando os docentes foram perguntados sobre a avaliação que atribuíam à plataforma, um deles comentou: “Desde o primeiro encontro, sempre teve remanejamento da equipe, sempre em contato com a plataforma. Foi tanta parceria que nos últimos semestres sempre tinha alguém da empresa na aula para acompanhá-la” – e acrescentou – “O primeiro contato já era com professor, dando segurança para o desenvolvimento da plataforma e ‘para que não nos assustássemos com a plataforma’” (Lisa, escola particular, São Paulo). Segundo Lisa, é comum que os alunos também tenham rebaixamento da nota. Como os professores têm todas as redações dos alunos em tempo real, é possível olhar cada ponto individualmente. Para ela, a redação é um todo, que se melhorar uma competência, pode interferir nos outros. Já Eli (escola particular, São Paulo) não sentia divergência tão grande; eventualmente na hora da somatória. O corretor procura conectivos, palavras-chaves, palavras temáticas. Esses mace-tes são transmitidos aos alunos também para que eles possam melhorar seu desempenho.

Enquanto Sandra (escola pública, Espírito Santo) afirma que é comum que a redação corrigida pela plataforma, que acontece também com corretores de vestibular, venha com notas maiores do que as professoras dariam, isso serviu como estímulo para estudantes, mesmo que ela considere isso algo ruim. Os efeitos são muito positivos entre os alunos. Já Eli (escola particular, São Paulo) pedia revisão para abaixar a nota, mas só quando ela achava que era efetivamente necessário. Quando as divergências eram mínimas, ela não contatava a plataforma. Eli também vê que houve melhoria do desempenho com a plataforma, mas argumenta que ela também vê seu mérito nisso, não exclusivo da plataforma. Para Eli, ela não fazia reescrita porque havia uma cota máxima de produções. Então, escreviam novas produções, mas não reescritas. A reescrita gastaria créditos que poderiam aproveitar novos temas.

Segundo resultado obtido: Os docentes viam a passagem do ‘trabalho pesado’ para o algoritmo com otimismo, permitindo-lhes desenvolver o ‘trabalho emocional’ com os seus estudantes.

Lisa vê que os alunos pensam o professor como um “porto-seguro”, mesmo com a ajuda da plataforma. Os estudantes ficam curiosos para saber a nota que a plataforma avaliou. Disso, “o papel do professor consiste em auxiliar, identificar e justificar a avaliação” (San-

dra, escola pública, Espírito Santo). Segundo ela, quando recebem uma nota 800 no modelo do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), logo interagem com os professores para buscar a nota máxima. De acordo com Eli (escola particular, São Paulo), a rapidez da devolutiva, em no máximo de cinco dias, é fundamental. Os alunos sentiam falta de comentários, porque os que eram feitos pela plataforma eram genéricos, o que não lhes ajudava adequadamente. Recorrer a intervenções complementares que não fossem aquelas oferecidas pela plataforma foi importante para que as abordagens e respostas fossem diversas.

Questionados pela autoridade do professor diante dessas novas tecnologias, os docentes consentem que a relação entre professor e aluno é de confiança, na qual os alunos podem legitimar a devolutiva. Também de acordo com Eli, eles sentem confiança de vir até o professor para verificar a correção da plataforma. Isso ocorre com muita frequência. Eles sentem que não têm pessoas por trás, e por isso sentem mais confiança no professor. A dúvida é, inclusive, mais frequente do que um questionamento/enfrentamento da nota. Eles podem pedir revisão, encarando o professor como mediador. Eles sabem que o professor entra em contato para solicitar a revisão. Mas antes, isso passa por uma explicação de como funciona a plataforma, dizer que eventualmente há professores que corrigem – como é no Enem, e o duplo-cego. Tudo isso aumenta a confiança nas correções da plataforma.

Sandra (escola pública, Espírito Santo) comentou em seguida. Ela menciona um caso de uma aluna que zerou mas não entendeu as razões pois insiste em dizer que não copiou, seja porque alguma coisa deu errado, seja porque não sabia da eficiência do pega-plágio. Quando os professores sentam e conversam com os alunos que contestam, eles se sentem seguros. Quando a nota é considerada boa por eles, os alunos não se interessam em saber porque não conseguem 1000 – a nota máxima. O professor deve incentivar esse interesse para que os estudantes alcancem-na. Ao serem questionados se a presença da plataforma alterou o modo como os estudantes vinham contestar sua nota, Sandra diz que se antes os estudantes vinham perguntar as razões da nota atribuída, ela lhes incentivava a explicar os motivos que os levaram a receber essa devolutiva. A dificuldade era a pequena quantidade de alunos atendidos. Hoje, no entanto, às vezes nem o docente entende a própria correção da plataforma, mas, apesar disso, permitiu que mais estudantes fossem atendidos. Lisa acrescenta que “o professor se familiariza com a escrita do aluno, o que a plataforma, aparentemente, não dá conta”.

Lisa afirma que não sentiu, em nenhum momento, essa competição com a plataforma. Sua escola, que tem quatro salas de informática, permitiu que ela sentisse uma boa relação e tivesse uma boa adaptação. Eli (escola particular, São Paulo), por sua vez, diz que a correção é a parte mais desgastante do trabalho do

professor de redação e, por isso, gostou que a plataforma tenha se ocupado disso. Então, ela não entendeu a presença como uma ameaça. A escola de Eli, que é particular, preza pelo uso de plataformas (como diário eletrônico, Nota 1000, *Google Classroom*, Clip Escola, Plural, Maestro, dentre outros). A plataforma de redação veio como mais uma ferramenta. Destaca-se um momento da fala de Eli, que não permitiu que os estudantes vissem que a plataforma poderia lhe substituir. E, segundo ela, tratou-se de uma decisão consciente. Ela exemplifica no caso (isolado) de uma estudante que lhe escreveu um relato agradecendo a presença da plataforma como algo importante para seu desempenho. Já Sandra (escola pública, Espírito Santo) fala que adorou esse “terceiro elemento” porque ela poderia “brincar” com isso, sem parecer que está pegando pesado. Ela se sente mais à vontade em jogar a culpa em algo que não conhece. Ela se torna uma parceira para melhorar aquilo que o terceiro elemento criticou.

Por fim, o terceiro tema que emergiu das sessões foi a marcante diferença nos discursos entre docentes de escolas públicas e particulares. Esse tema operou de modo mais difuso na fala dos docentes. As escolas particulares em que trabalham viram a incorporação da plataforma como “mais uma tecnologia” dentre tantas outras; enquanto nas escolas públicas alguns alunos “não sabiam o que era Enem” (Sandra, escola pública, Espírito Santo). Enquanto trabalhar com a metodologia da plataforma “foi tranquilo” para Lisa (escola particular, São Paulo), o contato com a tecnologia foi mais tenso entre os docentes de escolas públicas. Isso abre espaço para refletir o quanto a introdução dessas tecnologias reproduzem ou atenuam essas desigualdades – o que, no momento, exige uma discussão muito maior que foge do escopo do seguinte trabalho. Disso tudo, ressalta-se que, ao contrário do que pregam as visões ‘solucionistas’ sobre a aplicação da tecnologia na educação, as *edtechs* não têm um valor pedagógico intrínseco e determinante do processo educacional. Seus significados são sociais, assim como o uso dessas tecnologias também (SELWYN, 2013; 2019; PERROTTA & SELWYN, 2019; OHMENI *et al*, 2017)

À GUIA DA CONCLUSÃO

O estudo buscou entender como os docentes experienciam a sua relação com as tecnologias de Inteligência Artificial em sala de aula, sobretudo a respeito de sua identidade profissional. Por meio da restituição de suas experiências sociais pela intervenção sociológica foi

possível averiguar as hipóteses construídas de que a plataforma de correção de redações – um arquétipo dessas tecnologias de IA – poderia ser um agente social potencializador e/ou conflituoso para os professores de Língua Portuguesa no ensino básico.

Desses relatos, reconstruímos três de suas dimensões.

Em primeiro lugar, a legitimidade da plataforma de correção de redações se dava menos pelos resultados que podia oferecer e mais pela deferência que outros agentes sociais faziam dela para os próprios professores. A tecnologia não é neutra e cabe à sociologia desvendar os usos sociais que são feitos dela.

Em segundo lugar, os docentes reconhecem em suas falas os benefícios emocionais causados pela plataforma. Ela parece desempenhar duas funções, a que podemos recorrer à distinção própria da terminologia mertoniana de manifesta e latente, em que nestas as consequências objetivas são consideradas inesperadas e não reconhecidas. Enquanto é esperado que a plataforma descarregue os docentes do “trabalho pesado” – e isso nem sempre é bem desempenhado, pois os docentes precisam às vezes corrigir o que a plataforma já avaliou –, observa-se que quando os estudantes se sentem frustrados com a correção feita pelo sistema algorítmico, eles recorrem aos professores como suportes emocionais. Isso aproxima o aluno do docente, e fortalece a propriedade interativa que é da natureza do trabalho docente (TARDIF & LESSARD, 2008).

Por fim, a experiência social pela qual se constrói relacionalmente a identidade profissional do docente é atravessada pelas desigualdades sociais, cujo princípio pode ser encontrado nas assimetrias entre escolas públicas e privadas.

Trocando em miúdos, os resultados permitem nuançar as hipóteses iniciais. O docente não parece desaparecer das salas de aula com os sistemas algorítmicos. As evidências apontam que esses sistemas não parecem desempenhar essas funções de trabalho interativo que são próprias da identidade profissional do trabalho docente. Seus usos sociais – e as contradições que eles engendram – tendem a causar desigualdades no modo como os docentes se apropriam e manuseiam essas tecnologias; e, disso, derivam também diferentes (e desiguais) experiências sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. “O fim do trabalho. Entre a distopia e a emancipação”. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 35, v. 101:139-152, 2021.

ADORNO, Sérgio. “Inteligência Artificial”. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 35, 101, 2021.

BARBOT, Janine. “Conduzir uma entrevista face a face”. In Serge PAUGAM, Serge (org). *A pesquisa sociológica*. Petrópolis, Vozes, 2015.

BODEN, Margaret. *Inteligência artificial: Uma brevíssima introdução*. São Paulo, Editora Unesp, 2020.

- COUSIN, Oliver & RUI, Sandrine. "Sociological Intervention: Evolutions and Specificities in a Methodology". *Revue Française de Science Politique*, Paris, n. 3, v. 61, p. 123-142, 2011.
- DUBAR, Claude. **A socialização: Construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo, Martins Fontes, 2020
- DUBAR, Claude. **A Crise das Identidades: A interpretação de uma mutação**. São Paulo: Edusp, 2009.
- DUBAR, Claude. "A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional". *Cadernos de Pesquisa*, n. 42, v. 146, p. 351-367, 2021.
- DUBET, François. **Sociologia de l'expérience**. Paris: Seuil, 1994.
- DUBET, François & MARTUCCELLI, Danilo. **¿En qué sociedad vivimos?**. Buenos Aires: Losada, 2000.
- FAVA, Rui. **Trabalho, Educação e Inteligência Artificial: A Era do Indivíduo Versátil**. Porto Alegre: Penso, 2018.
- FREITAS, Christiana. "A inteligência artificial e os desafios às Ciências Sociais". XXIX Encontro da ANPOCS, *Anais [...]*, Caxambú, 2005.
- FÜHR, Regina Candida. **Educação 4.0: Nos impactos da Quarta Revolução Industrial**. Curitiba: Appris Editora, 2019.
- GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2015.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2004.
- MAY, Tim. **Pesquisa Social: Questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MOROSINI, Marília (org.). **Enciclopédia de Pedagogia Universitária**, vol. 2. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira / Rede Sul Brasileira de Investigadores da Educação Superior, 2006.
- OHMNENI, Nizar *et al.* "**Computing of Learner's Personality Traits Based on Digital Annotations**". *International Journal of Artificial Intelligence in Education*, n. 26, v. 4, p. 1-27, 2017.
- PERROTTA, Carlo & SELWYN, Neil. "AI and the remaking of European higher education: tracing the translation of machine learning into university settings". **2019 European Conference for Education Research**, ECER 2019, Hamburg, Alemanha, 2019.
- PREVITALI, Fabiane & FAGIANI, Cilson. "Trabalho digital e educação no Brasil", in Ricardo Antunes (org). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- SCHÜTZ, Alfred. **A construção significativa do mundo social**. Uma introdução à sociologia compreensiva. Petrópolis: Vozes, 2018.
- SELWYN, Neil. **Distrusting Educational Technology**. Londres: Routledge, 2013.
- SELWYN, Neil. **Should Robots Replace Teachers?: AI and the Future of Education**. Cambridge: Polity Press, 2019.
- SICHMAN, Jaime Simão. "Inteligência Artificial e sociedade: avanços e riscos". **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 35, v. 101, p. 37-50, 2021.
- TARDIF, Maurice & LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- TOURAINÉ, Alain. "A intervenção sociológica". **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 1, v. 3, p. 36-45, 1982.
- VICARI, Rosa Maria. "Influências das Tecnologias da Inteligência Artificial no ensino". **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 35, v. 101, p. 73-84, 2021.
- WAUTIER, Anne Marie. "Para uma Sociologia da Experiência: Uma leitura contemporânea: François Dubet". **Sociologias**, Porto Alegre, n. 5, v. 9, p. 174-214, 2003.
- WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- WINNER, Langdon. "Do Artifacts have Politics?". *The Whale and the Reactor: A Search for Limits in an Age of High Technology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1986.



Angélica de Oliveira dos Santos

Licenciada em Pedagogia (2023) pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

Contato:

<angelicadeoliveira726@gmail.com>

Palavras-chave:

Educação antirracista; Decolonialidade; Séries Iniciais.

Keywords:

Anti-racist education; Decoloniality; Initial serie.

AQUILOMBAR-SE

A LITERATURA NEGRO-BRASILEIRA COMO MISSÃO

Resumo: A literatura negro-brasileira valoriza a cultura, a identidade e os autores negros a partir das suas vivências. Nesse sentido, quando se fala de literatura negra sabe-se que há um histórico de autores que negligenciaram os saberes negros e reforçaram estereótipos racistas. A pesquisa tem por objetivo analisar a percepção de leitores em comentários publicados no site Amazon nas compras de livros infantis. A pesquisa teve abordagem quali-quantitativa. Considerando que a democracia racial difundida no país é um mito, é necessário aderir a práticas que valorizem os sujeitos negros, como a literatura.

Abstract: *Black-Brazilian literature values culture, identity and black authors based on their experiences. In this sense, when talking about black literature, it is known that there is a history of authors who neglected black knowledge and reinforced racist stereotypes. The research aims to analyze the perceptions of readers of children's books in comments published on the Amazon website. The research will have a quali-quantitative approach. Considering that widespread racial democracy in the country is a myth, it is necessary to adhere to practices such as literature that value black subjects.*

1. INTRODUÇÃO

Para escrever esta pesquisa, utilizou-se o termo *literatura negro-brasileira* (CUTI, 2010) em detrimento do termo *afro*. Para o autor, a palavra negro possui significado político, visto que a inserção do negro no meio literário favoreceu a necessidade de firmar uma literatura negra que se volta para relação do negro na sociedade brasileira, suas vivências enquanto sujeitos, memórias e aspirações.

A literatura negro-brasileira tem um viés político, de reconhecimento dos militantes que nos antecederam, de uma luta que ainda se faz necessária em nossa sociedade. Diante disso, é necessário libertar a produção do conhecimento do pensamento colonial que é tido atualmente como universal. O psiquiatra e militante negro Frantz Fanon (1925-1961), no livro *Pele negra, máscaras brancas* (2008), afirma que para mudar a sociedade é necessária a confrontação das práticas colonialistas e seus efeitos no corpo e na subjetividade das populações sujeitas a essa violência.

Considerando a importância da literatura negro-brasileira para a formação de uma subjetividade forte e positivada das crianças negras, pretende-se responder com este trabalho às seguintes questões: Qual é a importância da literatura negro-brasileira na formação da subjetividade das crianças? Como isso pode ser percebido nos comentários de compras de livros infantis em um site conhecido?

Personagens negros aparecem na literatura, frequentemente, relacionados à escravidão ou em contos folclóricos nos livros, bastante estigmatizados. A Literatura, assim como História do Brasil e Educação Artística, consta como componente curricular que deve, em especial, contemplar sistematicamente as diretrizes orientadas pela Lei nº10.639/03. Nesse sentido, a literatura negro-brasileira reforça uma identidade positivada dos sujeitos negros e traz a marca das suas histórias. Infelizmente, no Brasil, durante muito tempo não se ouvia falar

de obras literárias que privilegiassem o saber negro, a cultura negra. Segundo Duarte (2008, p. 13), "a temática negra abarca ainda as tradições culturais ou religiosas transplantadas para o Brasil, destacando a riqueza dos mitos, lendas e de todo um imaginário circunscrito muitas vezes à oralidade". A importância de abordar a literatura negro-brasileira na escola está presente na lei nº 10.639/03. Essa literatura pode amenizar as sequelas deixadas pelo racismo e resgatar as histórias dos nossos ancestrais, como se cada corpo pudesse voltar a ser ou se tornar um quilombo para enfrentar a opressão dominante que afeta e ataca seus corpos desde a infância. Ler a literatura negro-brasileira é um aquilombar-se, é dar um outro significado à negritude a partir das nossas potências negras.

É importante ressaltar que a literatura sozinha não conseguirá acabar com o racismo estrutural que é tão presente em nosso país; no entanto, ela é uma grande aliada para educadores, instituições escolares, pais e comunidade que almejam por uma sociedade mais justa e equânime, livre de preconceitos de qualquer forma. Os objetivos específicos da pesquisa são: 1) Discutir a importância dada à literatura negro-brasileira nas séries iniciais. 2) Favorecer aos alunos não-negros o reconhecimento da história do Outro e de sua alteridade. 3) Propiciar o reconhecimento de autores negros dentro do espaço escolar. 4) A partir dos comentários no site Amazon, analisar em que medida as concepções sobre a questão negra nos livros infantis está cumprindo um papel adequado. A abordagem da pesquisa se dará através de métodos mistos, ou seja, utiliza as formas qualitativa e quantitativa de pesquisa.

As obras foram selecionadas de acordo com a temática abordada neste trabalho, ou seja, obras cuja autoria fosse de pessoas negras, conscientes do racismo na sociedade brasileira e que fazem uso de sua escrita para o enfrentamento das questões raciais desde a infância. As obras selecionadas deveriam obter um número significativo de comentários e/ou obter uma boa avaliação no site de vendas Amazon.

A escolha por obras infanto-juvenis deve-se ao fato de que educadores sempre utilizaram a literatura infantil no processo de ensino-aprendizagem de seus alunos e que ao ser apagado da história os negros precisam preencher o vazio histórico causado pelo racismo. Ademais, a ludicidade, os personagens e os enredos nas histórias infantis são fundamentais para o resgate da história da África e cultura dos afro-brasileiros.

Metodologicamente, ela se desenvolveu em duas etapas: a) na primeira etapa, foram selecionadas 10 obras de literatura infantojuvenil de autoria negra que abordam a temática racial; b) a segunda etapa consistiu a verificação dos comentários no site de vendas, Amazon, para avaliar o impacto das obras na construção da subjetividade das crianças negras e a relevância das obras no combate ao racismo.

2. REVISÃO DE LITERATURA

É necessário ressaltar que o Brasil foi o último país a abolir a escravidão e que aos negros foi negado o direito de estudar, de escrever sua própria história. Ler obras escritas por mãos negras, sobre mãos negras é essencial para descolonização, autoestima, empatia e respeito a cada pessoa negra que sofreu e sofre práticas de desumanização desde quando foram obrigados a atravessarem o Atlântico e desembarcarem no Brasil. Segundo a escritora nigeriana Chimamanda (2019, p. 12),

“O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva. O poeta palestino Mourid Barghouti escreveu que, se você quiser espoliar um povo, a maneira mais simples é contar a história dele e começar com “em segundo lugar”. Comece a história com as flechas dos indígenas americanos, e não com a chegada dos britânicos, e a história será completamente diferente. Comece a história com o fracasso do Estado africano, e não com a criação colonial do Estado africano, e a história será completamente diferente.”

A literatura possui um papel importante na formação de pessoas humanas, abrindo, assim, possibilidades de aquisição de novos conhecimentos. Infelizmente, no Brasil, durante muito tempo não se ouvia falar de obras literárias que privilegiassem o saber negro, a cultura negra. A importância de abordar a literatura negra na escola está presente na lei nº 10.639, que foi sancionada em 2003 e alterada pela Lei nº 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio. Melo (2017) salienta que é importante que os educadores e a sociedade em geral tenham consciência de que a literatura sozinha não conseguirá resolver as desigualdades sociais e culturais do país, contudo ela possui um poder de formação que pode potencializar uma educação intercultural para futuras gerações que reconhecem a

diversidade como algo bom e não como prejuízo.

Nesse sentido, é importante que se reconheça o papel reflexivo, crítico, libertador, descolonizador que a literatura negra possui e a importância da prática literária na sala de aula. Infelizmente, a desigualdade no Brasil é alarmante e o baixo índice de leitores também, mas essa literatura continua a ser produzida com diferentes nomenclaturas, como afirma Cuti (2010).

Ao almejar uma sociedade democrática, justa e equânime, é necessário que se reconheça que a literatura brasileira por muito tempo aceitou obras que diminuía, desrespeitava e inferiorizava o povo negro. É necessário quebrar essas barreiras e propor uma educação livre de preconceitos, com práticas que combatam o racismo. É necessário dar continuidade ao sonho de Paulo Freire (1991), o sonho de democratizar a escola, de eliminar o racismo, o sexismo e o preconceito de qualquer forma, de superar seu elitismo.

A escolas precisam aderir a práticas antirracistas para além de uma lei que as obrigue a realizar tais práticas. A literatura negra é uma forma leve de trabalhar questões tão difíceis de serem discutidas dentro de sala de aula além de ser uma porta de acesso para conhecimento sequer pensados; a escola precisa ser um local de pertencimento, de inclusão e não de silenciamento, de exclusão e violência para os meninos e meninas negras deste país.

2.1 A LITERATURA NEGRO-BRASILEIRA NAS SÉRIES INICIAIS NO COMBATE AO RACISMO

As séries iniciais são constituídas do 1º ao 5º ano. É a etapa do Ensino Fundamental em que a criança sai da educação infantil. Nesse novo ciclo, a criança participa de atividades lúdicas que favorecem o seu desenvolvimento motor, cognitivo, social, entre outros aspectos. O espaço escolar é um ambiente onde as crianças aprendem, interagem com outras crianças. O impacto da leitura nas séries iniciais faz despertar nas crianças o interesse em conhecer o mundo. A escola brasileira sempre contou com a literatura para auxiliá-la na escolarização dos indivíduos e na sua formação social (LAJOLO, 2004).

Consta nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2004, p. 7) que

“A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e

abre caminhos para ampliação da cidadania de um povo.”

A educação é um direito social de todos e tem entre seus objetivos o exercício pleno da cidadania. Reconhecendo o poder transformador da educação, podemos acreditar na sua capacidade de combater o racismo na sociedade brasileira, munindo-se de vários mecanismos como, por exemplo, a literatura, para resgatar a humanidade dos sujeitos negros, além de ser uma obrigação do Estado utilizar tais práticas ao possuir uma dívida histórica com as populações de minoria étnicas do país.

Mas por que literatura negro-brasileira e não literatura afro-brasileira? Primeiramente, há uma necessidade de ressaltar a importância da frente negra brasileira, do movimento negro brasileiro em relação a várias conquistas que a população negra alcançou e que sempre ressaltaram a palavra *negro*. O movimento negro sempre lutou para que todas as diferenças fossem respeitadas e para que todos tivessem a mesma igualdade de oportunidade.

O movimento negro, através de seus militantes, denuncia a escola como reprodutora do racismo e os livros didáticos, que traziam imagens estereotipadas dos negros e enfatiza a importância de dar outro significado à palavra *negro*. O negro foi constituído neste país exclusivamente como escravo, como subalterno; ele não é constituído como um ser humano, mas sim como uma coisa. Se o negro é constituído como escravo que se rebela, que não está conformado com a sua condição, temos uma outra definição do que é ser negro, como, por exemplo, a oposição que pretende Clovis Moura a Gilberto Freire, quando ele propõe Casa Grande e Quilombo e Não Casa Grande e Senzala. Nesse contexto, os ativistas negros utilizaram uma estratégia que, segundo, dá outro sentido a palavra negro, outro significado.

“A segunda estratégia para contestar o regime racializado de representação é a tentativa de substituir as imagens “negativas”, que continuam a dominar a representação popular, por várias imagens “positivas” de pessoas negras, de sua vida e cultura. Esta abordagem tem o mérito de corrigir o equilíbrio e é sustentada pela aceitação da diferença – de fato, por sua celebração. Ela inverte a oposição binária, privilegiando o termo subordinado, às vezes lendo o negativo de forma positiva: “Black is Beautiful.” Tenta construir uma identificação positiva do que tem sido visto como abjeto. Expande muito a gama de representações raciais e a complexidade do que significa “ser negro”, desafiando assim o reducionismo dos estereótipos anteriores.” (HALL, 2016, p. 216)

Dessa forma, Hall (2016) propõe em seu livro que devemos questionar as imagens para compreender o que elas representam. As imagens que vemos nos ajudam a compreender o mundo, elas apresentam os valores, as iden-

tidades e a forma de como o poder se insere neste processo.

Cuti (2010), que antecede Hall nos seus escritos, compreende bem essa estratégia quando escreve o motivo de optar pela palavra negro em seus escritos no trabalho intitulado Quem tem medo da palavra negro (2010). Segundo o escritor,

“Tendo a palavra em foco servido para ofender, no momento em que o ofendido assume- a dizendo “eu sou negro”, o que ocorre é que ele dá a ela um outro significado, ele positiva o que era negativo. Aqui acontece algo estranho para quem ofende. Se a palavra perde o poder de ofender, ele, o ofensor, perde um instrumento importante na prática (discriminação) e na manutenção psíquica (o pre-conceito) do racismo”. (CUTI, 2010, p. 5)

Essa questão pode gerar questionamentos sobre o fato de que nem todo negro é antirracista ou se identifica com a luta antirracista. Importante ressaltar que o negro é racializado a todo momento, é como se um indivíduo negro respondesse por todos do seu grupo e isto tem impactos enormes na vida das pessoas. Por exemplo, o ex-presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Camargo, tinha em muitos de seus discursos o ódio contra o seu próprio povo e muitos intelectuais negros eram questionados sobre a forma como este indivíduo representava a população negra, como se Sérgio falasse por todos os negros. O negro é racializado em tudo, o branco não. O branco não tem raça. O negro fala e responde por todo um grupo, por isso mesmo que a literatura negro-brasileira é uma literatura política, carregada de luta. A palavra *negro* deve ser entendida como uma definição política.

Ademais, a escolha do termo literatura negro-brasileiro em detrimento de literatura afro-brasileira vem da ideia de sujeitos que possuem uma consciência do que é ser negro, das consequências do que é ser negro neste país, que passam por experiências racistas e que combatem o racismo e o epistemicídio de várias formas. Carneiro (2011) compreende epistemicídio como um fenômeno que ocorre pelo rebaixamento do outro causado pelo racismo. São práticas que negam o outro como sujeito cognoscente. É a imposição do embranquecimento cultural, é a sepultação de saberes.

Toda sociedade brasileira e, principalmente, os povos subalternizados estão desorientados por um sistema que, após sequestrar/roubar todo o conhecimento desses povos, sempre tentou apagar toda sua ancestralidade. Por isso, é necessário resgatar e reconstruir todos esses conhecimentos que auxiliaram na formação da sociedade brasileira.

É necessário ressaltar que, assim como Cuti (2010), entendo que o termo *afro* é muito abrangente e que pode, por muitas vezes, mascarar o racismo que é enraizado no país. Segundo ele, a expressão afro-brasileiro inde-

pende da presença do indivíduo da pele escura e, portanto, daquele que sofre diretamente o racismo.

Quando se fala em racismo, é o indivíduo negro, que tem sua pele escura, e que, portanto, possui características fenotípicas que sofre racismo. Pele escura, cabelo crespo, nariz largo e lábios carnudos e história social são os alvos de racistas. Não importa se esse indivíduo seja Silvio de Almeida (advogado, escritor, ativista e agora ministro dos Direitos Humanos e Cidadania do Brasil do atual governo) ou Sérgio Camargo. Os dois são negros. A diferença entre eles: um se reconhece enquanto negro, reconhece o racismo e o combate na sociedade e o outro não, mas os dois são negros. O professor Kabengele Munanga (2014, p. 3- 4) explica que no século XVIII a cor das pessoas foi o maior divisor entre as raças e foi nesse período que ficaram determinadas as três raças presentes na mente da população: raças branca, negra e amarela. Já no século XIX, as características fenotípicas foram somadas ao critério de cor “para aperfeiçoar a classificação”.

Assim, é perceptível que essas categorizações ainda estejam no imaginário da sociedade; no entanto, é necessário desconstruir para que se alcance uma sociedade mais justa, mais humana, esperando um sistema educacional que aceite as diferenças, que diminua as desigualdades.

2.2 A DECOLONIALIDADE PRESENTE NA LITERATURA NEGRO-BRASILEIRA

O conceito de decolonialidade surge como uma proposta para enfrentar a colonialidade e o pensamento moderno. No final dos anos 1990, intelectuais latino-americanos de distintas nacionalidades e atuantes em diferentes universidades do continente americano constituíram o chamado grupo Modernidade/Colonialidade (M/C). Esse grupo faz releituras históricas e problematiza questões referentes ao continente; um dos principais pensadores desse movimento é Aníbal Quijano, sociólogo que desenvolve a ideia de colonialidade. Para Quijano (2005), o colonialismo é percebido como um processo colonial que não se finaliza com a descolonização: a colonialidade se revela nas heranças de dominação que se mantêm após o colonialismo. Para Quijano, mesmo com o fato do colonialismo ter sido extinto, a forma de dominação colonialista interfere nas relações sociais até hoje, principalmente nos países colonizados, como, por exemplo, o Brasil.

Ainda segundo Quijano, a ideia de raça como conhecemos, como classificação social, não tem história conhecida antes da América:

“Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica

do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus”. (QUIJANO, 2005, p. 11)

Logo, pode-se constatar que essa dominação interferiu e ainda interfere nas relações sociais e nas produções de conhecimento que conhecemos hoje, principalmente a literatura. É necessário problematizar, questionar a universalização da Europa como detentora de sabedoria universal.

A desvalorização e inferiorização dos saberes desses povos colonizados sempre existiu no país; a ideia foi sempre homogeneizar o conhecimento e negar a alteridade dos povos colonizados. Segundo Elias (2000, p. 24, *apud* VEIGA, 2016, p. 275), “afixar o rótulo de valor humano inferior a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social”.

A bem da verdade, a Europa enterrou o continente africano e toda a sua história; é como se os africanos e seus descendentes tivessem existido apenas como mão de obra escrava e isso infelizmente por muitas vezes foi reforçado nas escolas.

Nesse sentido, é importante estar atento ao que diz Frantz Fanon, no livro *Pele negras, máscaras brancas* (2008, p. 94):

“Em outras palavras, começo a sofrer por não ser branco, na medida que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que é preciso que eu acompanhe o mais rapidamente possível o mundo branco, “que sou uma besta fera, que meu povo e eu somos um esterco ambulante, repugnantemente fornecedor de cana-macia e de algodão sedoso, que não tenho nada a fazer no mundo.”

Neuza Santos, psiquiatra, psicanalista e escritora brasileira, no seu livro *Tornar-se negro* (1983), afirma que o negro tornou o branco como modelo de identificação, como única possibilidade de “*tornar-se gente*”. Neuza sofre influência do escritor Fanon e traz na sua escrita a subjetividade dos sujeitos negros em relação a todas as formas de racismo que existem na sociedade brasileira. Ela, assim como grandes escritores e ativistas negros brasileiros de sua época como Abdias do Nascimento, Hamilton Cardoso, Beatriz Nascimento, Eduardo de Oliveira e Oliveira, Lélia Gonzalez, denuncia o racismo existente em nossa sociedade e o mito da democracia racial, que tenta mascarar o racismo existente no país. Esses intelectuais pavimentaram estradas para que, hoje, negros e negras pudessem caminhar mais seguros na realização de seus direitos. Cuti (2010) entende que falar sobre o racismo é doloroso, lembrar que existe uma estrutura montada para desu-

maninar sujeitos negros e seus corpos dói. Por isso, tantas pessoas negras negam a existência do racismo e, por isso, também é necessário ressaltar os nomes dos ativistas negros brasileiros que, mesmo vivenciando tamanha dor, decidiram falar sobre os impactos do racismo na população negra e não silenciaram suas vozes.

Destarte, é imprescindível notar a forma como a literatura negro-brasileira trata a identidade dos sujeitos, a valorização da sua história, mesmo estando dentro de uma língua portuguesa, acadêmica. Uma literatura que resgata a luta de ativistas que lutaram para que o negro fosse respeitado neste país e que as desigualdades raciais e sociais projetadas na vida e nas mentes dos colonizados fossem extintas da sociedade.

De acordo com Freire (1992, p. 52), "A libertação dos indivíduos só ganha profunda significação quando se alcança a transformação da sociedade". É nesse sentido, que a literatura negro-brasileira pode proporcionar aos indivíduos uma reflexão a respeito da sociedade que almejamos, uma literatura que propõe uma quebra revolucionária no olhar que as crianças negras terão de si mesmas, no resgate de suas subjetividades, uma literatura comprometida em estimular a valorização dos sujeitos e combater o epistemicídio.

3 DADOS E MÉTODOS

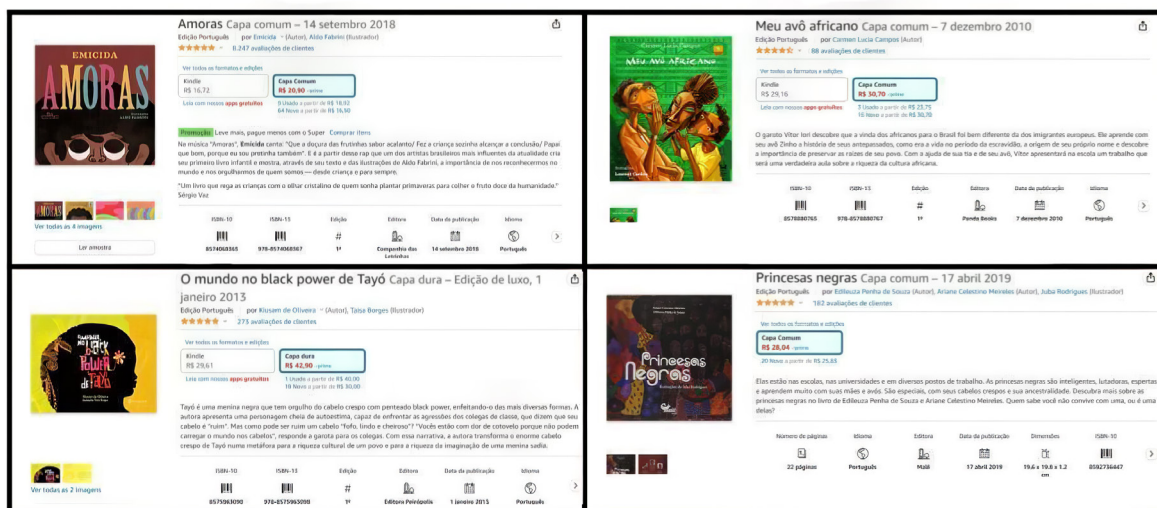
Para realizar a pesquisa, utilizou-se a abordagem de métodos mistos ou quali-quantitativa. Para a primeira etapa, foram selecionadas as seguintes obras: *Sinto o que sinto: e a incrível história de Asta e Jaser* de Lázaro Ramos (2019), *Meninas negras* de Madu Costa (2021), *O mundo no Black Power* de Tayó de Kiusam de Oliveira (2013), *Meu avô africano* de Carmém

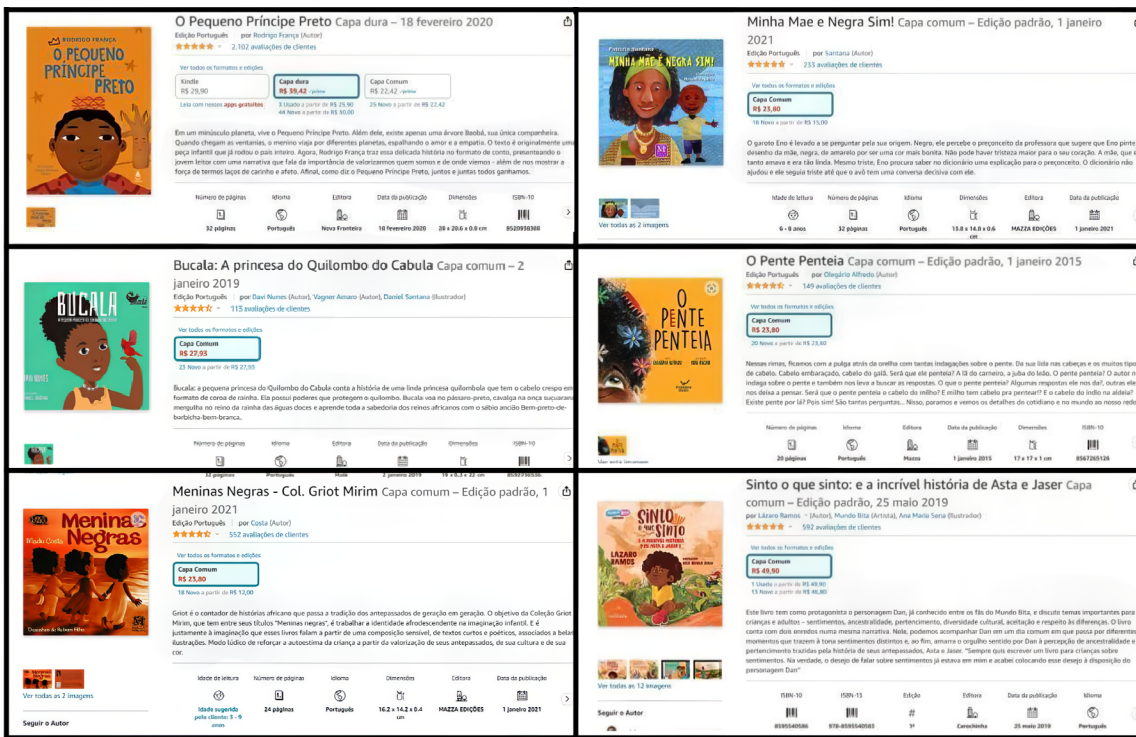
Campos (2010), *Princesas negras* da Edileuza Souza e Ariane Meireles (2019), *O pequeno príncipe negro* de Rodrigo França (2020), *Amoras* de Emicida (2018), *O pente penteia* de Olegário Alfredo (2015), *Bucala: A princesa do quilombo* de Cabula de Davi Nunes (2019) e *Minha mãe é negra sim!* de Patrícia Santana (2021). Foi analisada a importância da literatura negro-brasileira infantojuvenil na formação da subjetividade das crianças e a relevância das obras no combate ao racismo nas séries iniciais, além de reconhecer elementos históricos que contribuem para legitimação da lei 10.639/03, visto que as obras valorizam a cultura e a representatividade africana (cf. Quadro 1).

Para analisar os comentários das obras, foi necessário instalar uma extensão do Chrome chamada Web Scraping, que fez a raspagem dos dados textuais, compostos pelos comentários realizados nos livros no site da Amazon. Posteriormente, foi realizado o tratamento para a criação do corpus, feito de forma exploratória e manual por meio de planilha do Excel.

A análise de Conteúdo Automatizada foi realizada com a aplicação das técnicas de Escalonamento Multidimensional (MDS), que gera grupos de palavras do corpus, Rede de Coocorrência de palavras. Essas análises foram realizadas com o KH Coder, uma interface para a linguagem de programação estatística e gráfica para análise e manipulação dos dados. O algoritmo de lematização em português foi aplicado. O algoritmo de lematização elimina análises as classes gramaticais artigos, conjunção, preposição e pronomes, consideradas como "stop words", palavra que pode ser anulada, omitida ou ocultada na hora de fazer uma busca na internet sem que o sentido do que encontrar seja perdido. É como se o algoritmo escolhesse palavras-chaves.

Quadro 1: Detalhamento das obras analisadas.





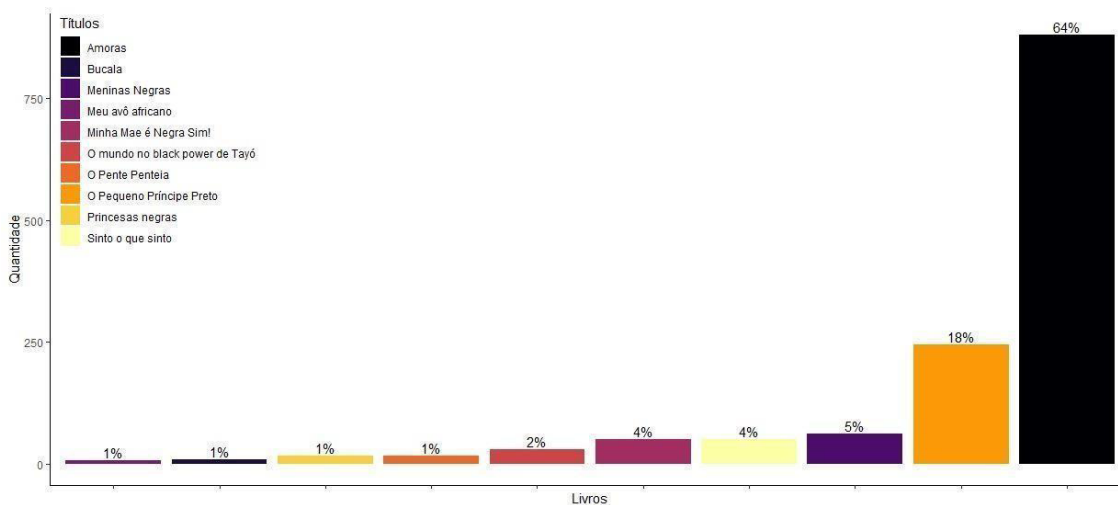
Fonte: Elaborado a partir de dados da Amazon.com, Inc., 2023.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta pesquisa tem o objetivo de analisar a percepção de leitores através de livros infantis em comentários publicados no site da Amazon. Para tanto, objetivou-se responder com esta pesquisa a duas questões: Qual é a importância da literatura negro-brasileira na formação das crianças nas séries iniciais? Como isso pode ser percebido nos comentários de compras de livros infantis em um site conhecido?

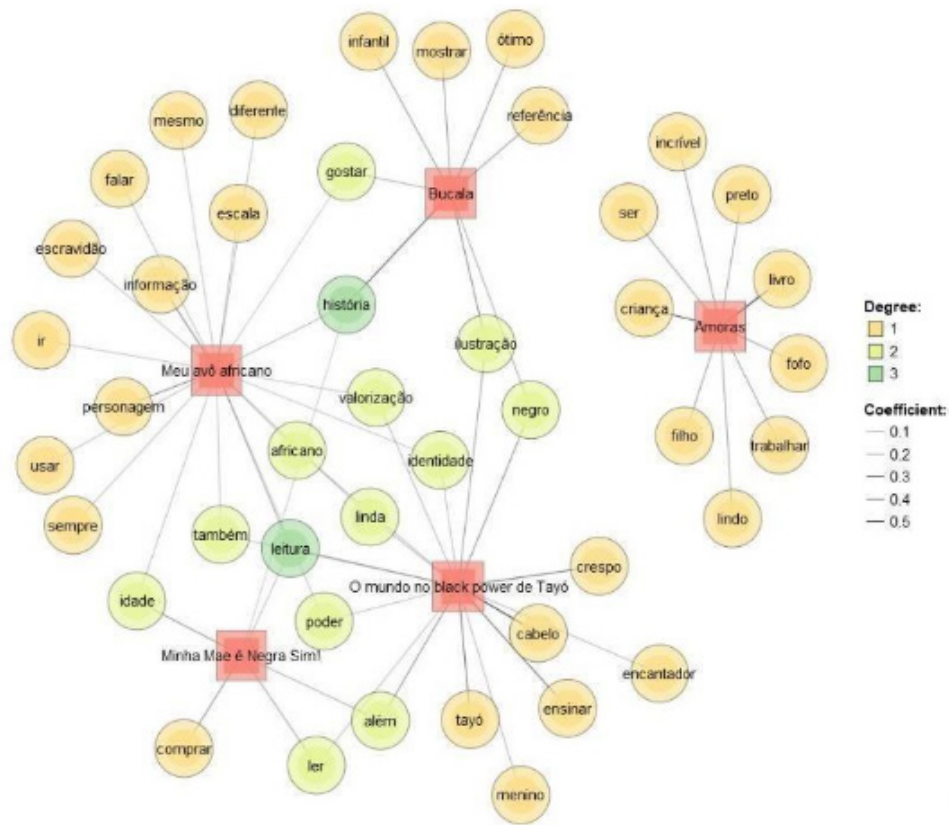
O gráfico da Figura 1 apresenta a quantidade de comentários por livro. Nele é possível observar a quantidade de comentários que cada obra selecionada obteve. O livro *Amoras* (2018) foi o que mais obteve comentários no livro no site da Amazon, seguido do livro *O pequeno príncipe preto* (2020); isso provavelmente se deve ao fato desses autores serem famosos conhecidos pela sociedade e, portanto, há mais facilidade na divulgação de suas obras.

Figura 1: Quantidade de comentários por livro.



Fonte: Resultados originais da pesquisa, 2023.

Figura 3: Redes de palavras que se destacam nos comentários dos livros.



Fonte: Resultados originais da pesquisa, 2023.

Para analisar as obras, foi necessário fazer as raspagens dos comentários de cada obra selecionada no site da Amazon, utilizando o Web scraping, software que permite a extração de dados de sites da web convertendo-os em informação estruturada para posterior análise. Grande parte das obras recebeu nota máxima na avaliação dos clientes.

Os comentários auxiliaram a compreender a importância desses livros na formação identitária das crianças. Interessante ressaltar que muitos dos avaliadores se identificaram com o personagem dos livros e com a temática abordada neles. Como os comentários foram retirados do site, há erros de grafia que não foram corrigidos. Optei por colocar os comentários na íntegra, exceto um comentário que precisou ser traduzido para maior compreensão dos leitores. Interessante ressaltar que muitos leitores adultos enaltecem o trabalho dos escritores e como as obras seriam importantes se tivessem tido a oportunidade de lê-las na infância. Separei alguns comentários que confirmam a ideia levantada desde o início deste trabalho; os comentários estão enumerados apenas para facilitar a compreensão da análise, não tendo relação com a ordem dos comentários no site.

No livro *Amoras* (2018), pode-se perceber a importância do empoderamento negro nas crianças. No livro há uma descoberta da iden-

tidade pela menina. Emicida entende a importância de nos orgulharmos de quem somos e resgata nossa ancestralidade através de personagens históricos como Zumbi dos Palmares, Martin Luther King, Malcolm X e entidades da mitologia Yorubá, além de fazer referências à religião afro.

Alguns comentários chamam a atenção e podemos observar o impacto nefasto que o racismo causa na subjetividade das crianças. Pensar que uma criança negra quer possuir outra cor porque a vida seria fácil é triste. O comentário 1 chama atenção porque dialoga com o que Neuza Santos (1983) afirma quando diz que o negro tornou o branco como modelo de identificação, como única possibilidade de tornar-se gente. O comentário 1 diz o seguinte:

"Dedico essa leitura pra [sic] todas crianças que como eu cresceram tentando se encontrar nos livros. Que por algum momento já quiseram ser brancas por pensar que a vida seria mais fácil. Esse livro fala de amor, fala de vitórias, das nossas conquistas. Esse livro faz a diferença. Esse livro é o que uma criança preta precisa. Não merecemos passar por tudo de ruim que passamos. Esse livro é precioso". (Comentário 1)

Somos seres diversos, por isso é necessário trabalhar a diversidade dentro de sala de aula e para além dela. Ficou claro em algumas obras o racismo religioso a respeito de religiões de matriz africana. É triste perceber que, apesar de estarmos no século XXI, cercados de aparatos tecnológicos em uma época em que a informação fica acessível com apenas um clique, as pessoas ainda enxergam as religiões de matriz africana como algo ruim, e suas divindades advindas do demônio. Neste comentário podemos ver a necessidade de descolonizar a mente dos povos colonizados (FANON, 2008). O comentário 2 referente à obra do rapper e ativista negro Emicida demonstra isso:

“Li muitas avaliações aqui de pessoas cristãs que não recomendam o livro. CRISTÃOS, por favor, crer em Jesus Cristo e na Trindade Santa não requer que vocês deixem seus filhos na ignorância sobre outras crenças e outras formas de enxergar o mundo. Ensinar seu filho a compreender que existe diversidade no mundo é respeitar o próximo, é disso que precisamos para viver melhor em sociedade. Se vocês vivem o amor de Cristo, o mínimo que precisam fazer é ensinar seus filhos a serem tolerantes com o diferente, e o livro é um excelente insumo para isso. O respeito à diversidade é fundamental para um mundo mais justo e inclusivo e isso é viver o amor que Cristo propagou. Não limitem conhecimento aos seus filhos, inclusive para que eles tenham informações para tomarem seus próprios caminhos, que creiam verdadeiramente, ou, que sejam livres para adotar caminhos que os fazem mais felizes” (Comentário 2).

Munanga (2015) menciona que, apesar das matrizes culturais formadoras do país continuarem existindo, os preconceitos culturais não deixaram de existir, como a chamada intolerância religiosa. Apesar de existir no país uma diversidade cultural, ainda não aceitamos saberes e práticas diferentes da cultura do colonizador e observa-se um preconceito maior com as religiões de matriz africana. Desse modo, no comentário 2 fica evidente o preconceito de algumas pessoas que, ao não se identificarem com os preceitos da religião yorubá ou de qualquer religião de matriz africana, criticam a obra baseando-se em referências que possuem da sua religião, neste caso a religião cristã. Debater o racismo religioso se torna um grande obstáculo quando se utilizam comparações sobre crenças que não existem na crença do outro.

No livro *Sinto o que eu sinto e as incríveis aventuras de Asta e Jeser* (2019), é importante destacar o comentário 3; nele fica claro o papel da representatividade nos personagens e na autoria das obras na formação das crianças. Segundo o comentário,

“A história é linda. Versa sobre sentimentos de uma maneira legal e o personagem principal, o autor e a ilustradora são negros, algo que pode servir para traba-

lhar a representatividade negra para as crianças” (Comentário 3).

Para Cuti (2010), é necessário compreender que a formação de um escritor é algo caro no país; o desenvolvimento da literatura negro-brasileira necessita que a população, cuja subjetividade é fator principal desta vertente, elabore sua ascensão social e cultural. Entretanto, é importante destacar que mesmo a formação de um escritor/escritora ser algo caro no país, pessoas negras sempre tentaram e conseguiram romper com o viés acadêmico e nada inclusivo da literatura brasileira. Carolina Maria de Jesus, escritora, poetisa e compositora foi uma das primeiras escritoras negras do país; sua literatura potente e transgressora ganhou reconhecimento devido a sua coragem; sua escrita era política, consciente de sua negritude e do racismo na sociedade. Carolina Maria de Jesus afirma a beleza negra no seu livro *Quarto de despejo* (2016), em uma época em que a beleza negra não era afirmada em nenhum lugar no país.

É através de livros como estes apresentados, cujos autores são minorias ou poucos destacados no mercado editorial, que vemos a importância dessas referências para crianças – o conteúdo do livro é importante e quem escreve também.

No livro da Kiusam de Oliveira (2013), *O mundo no black power* de Tayó, há muitos comentários sobre a aceitação dos cabelos pelas meninas, um empoderamento:

“Além das ilustrações serem lindas, a história de Tayó é uma inspiração para meninas assumirem seus cabelos crespos como coroas, ensinando não somente o poder da aceitação para enfrentar o preconceito, mas também rememorando a história da diáspora africana. Lindo!” (Comentário 4).

“A história trouxe orgulho para minha filha. Ela se sentiu representada pela Tayó e desde então, ela não dorme sem ouvir a história da amiga dela. representatividade é essencial ainda mais na infância. Livro incrível, história maravilhosa”. (Comentário 5).

Desde muito cedo, crianças negras podem sofrer diversos xingamentos em relação às suas características fenotípicas. Essas ofensas interferem na construção da identidade das crianças e causam efeitos nefastos na subjetividade delas. As diferenças são construções sociais, culturais e políticas, todavia, como vivemos em uma estrutura de poder, aprendemos desde cedo a ver as diferenças de forma hierarquizada; bonito e feio, superior e inferior (GOMES, 2005). A representatividade é algo de extrema importância para qualquer criança, mas sabemos que crianças negras são atacadas em sua subjetividade desde muito cedo e, infelizmente, a escola é um dos ambientes onde

as crianças mais sofrem racismo. Compreendo que a literatura é uma prática leve e lúdica que pode facilitar a compreensão das diferenças como algo positivo.

Nesse sentido, fica muito claro compreender a importância da obra *Minha mãe é negra sim!* (2021) de Patrícia Santana, que aborda o preconceito racial sofrido na escola. Os comentários nº 6 e 7 evidenciam a importância da obra na construção da identidade das crianças:

"O livro aborda a temática racial de forma sensível e madura. O reconhecimento da negritude é um passo importante na construção da identidade de nossas crianças. O livro, além disso, apresenta importantes valores da cultura iorubá, como a ancestralidade, o respeito aos mais velhos e o tempo. Vale a leitura para toda a família!" (Comentário 6).

"Lindo, delicado e necessário."

O livro que eu queria ter lido quando era criança, durante as minhas frustrantes [sic] e nada didáticas aulas de artes. O livro que eu quero que meu sobrinho, leia e se veja representado". (Comentário 7).

Frantz Fanon (2008) argumenta que a principal característica da estereotipagem racial se dá quando o branco nega a diferença do outro, quando o branco não reconhece o negro como sujeito. Livros com temática negra podem fazer com que as crianças aprendam a reconhecer e respeitar a alteridade do outro.

Ainda sobre os comentários 6 e 7, podemos utilizar do conceito de escrevivência, denominado pela Conceição Evaristo que é escritora, professora, linguista e ativista negra. A escritora utiliza a junção de escrever e vivência para explicar o termo, no entanto, a expressão não pode ser descrita apenas pela junção dessas duas palavras, a escrevivência está relacionada às experiências enquanto sujeitos e sujeitas negras, uma escrita carregada de ancestralidade. A escrevivência rasura e invalida a condição de passividade dos sujeitos que vivem à margem da sociedade (OLIVEIRA, SAMPAIO e SILVA, 2021) Para a escritora, a escolha temática, as palavras, os personagens, etc, refletem as experiências, as vivências de quem as escreve ou das experiências enquanto grupo, a escrevivência é uma escrita política, ideológica. A ideia contida no livro *Minha mãe é negra sim!* de Patrícia Santana devolveu aos leitores um rompimento com o ideário branco de beleza, de não aceitação ao que nos é imposto como belo, mesmo que de forma inconsciente ou indireta.

Deste modo, o questionamento do comentário nº 8 a respeito do livro *O pequeno príncipe preto* (2020) de Rodrigo França traz a importância da literatura negra na formação de crianças brancas:

"Porque comprar um livro preto para um garoto branco? Hahaha [sic] há diversas questões a serem desencobertas

do nosso passado que virão a influenciar nosso futuro e presente. A questão do racismo/ consciência de raça e classe (que também nos diz sobre erros humanos) é uma das principais na minha opinião[Sic] pois ela atinge nosso vizinho, nossos avós, a economia, o estado, a escola, a ação da polícia, a política pública. Conscientizar a criança a respeito da diferença, diversidade e o pré conceito, a mim vem a ser uma forma de entregar uma das maravilhosas ferramentas que desenvolvemos ao longo dos milênios, a educação. Não há porque entregar o pequeno príncipe preto para o Luís branco, e sim há o porquê de dizer existem negros príncipes, negras rainhas e podemos a todo tempo mudar o olhar como enxergamos quem nos cerca". (Comentário 8).

O racismo afeta a todos. Esta afirmativa deveria ser uma unanimidade, mas não é. O racismo é uma construção social, a responsabilidade de discutir o racismo não pode ser apenas dos indivíduos negros. Fazer com que todas as crianças tenham a oportunidade de conhecer histórias e outros enredos é fundamental para a formação das crianças. Adichie (2016) discute o perigo de uma história única e fala da importância de haver outras histórias, contadas a partir do ponto de vista de quem foi roubado/apagado. Nesse sentido, quando discutimos a importância de uma literatura infantojuvenil negra estamos propondo uma representatividade que muitos adultos negros não tiveram na infância. Segundo Stuart Hall (2016), uma das formas de mudar o regime racializado é mudar a imagem negativa que um grupo possui em outra positiva. Desta forma, todas as características que racializam um grupo passam a serem vistas como algo positivo, algo a ser valorizado.

Professores adquiriram as obras para trabalhar na sala de aula, o que é louvável; vivemos em uma sociedade democrática e felizmente não separamos as crianças pela cor de sua pele. Somos seres diversos, é necessário trabalhar a diversidade dentro de sala de aula e para além dela.

Há uma diversidade de possibilidades de trabalhar a literatura negro-brasileira nas escolas, dentro de sala de aula. De nada adianta vivermos em uma sociedade que reconhece o racismo, mas nada ou pouco faz para combatê-lo. É necessário o antirracismo na práxis. É necessário salientar que a Lei nº 10.639/03 em seu parágrafo nº 1 fala de resgate da contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do país (BRASIL, 2003). A palavra resgate nos indica algo que foi apagado, esquecido e que, portanto, precisa, diante de uma lei, ser preservado por todos, principalmente em ambientes educacionais.

Deste modo, é necessário reconhecer que uma ideia de democracia racial é agradável a todos: uma sociedade em que todas as diferentes etnias fossem tratadas com igualdades de oportunidades, que pudessem exercer sua

religiosidade de forma respeitosa e que não fossem julgadas pelas suas diferenças. Infelizmente, esta é uma ideia que está longe de pertencer à sociedade brasileira. Sobre o livro *Meu avô africano* (2010), há um comentário no site bastante pertinente sobre a necessidade de um posicionamento antirracista. No Brasil há uma ideia muito difundida que prega que todas as raças no país vivem em harmonia. E como se não houvesse racismo. Na África do Sul e nos Estados Unidos é que existiu racismo, afirmam defensores desta ideia. Segundo o comentário 9 referente ao livro *Meu avô africano* (2010):

“Estou usando este livro para facilitar a discussão sobre a escravidão. A escravidão no Brasil estava em uma escala muito maior do que nos EUA – sua dinâmica e as cicatrizes que deixou eram de escala e natureza diferentes também”. (Comentário 9, traduzido).

Stuart Hall (2016) compreende que apesar da segregação nos Estados Unidos ter sido algo muito ruim, o regime de separação fortaleceu a identidade cultural negra e a forma como as pessoas construíram sua identidade negra. No Brasil, a ideia de democracia racial difundida principalmente pelo sociólogo Gilberto Freyre, por meio do seu livro *Casa-Grande e Senzala* (1933), camuflou o racismo existente no país. Apesar da luta insistente do movimento negro brasileiro na tentativa de desmistificar o mito de democracia racial ele é, ainda, propagado e faz parte da construção do imaginário social do país. Munanga (2015) salienta que sem contruir sua identidade racial, alienado no universo racista brasileiro, o negro não conseguirá participar de nenhum processo de construção da democracia em condições de igualdade com os compatriotas de outras ascendências. E isso já se reflete em nossa educação, em nossos gritantes índices de desigualdades educacionais e sociais.

É necessário contestar a ideia de democracia racial, reconhecer o racismo existente no país e ter um posicionamento antirracista. Infelizmente, é possível notar que muitas pessoas criticaram a falta de livros com esta temática nos acervos das escolas. O Brasil é um país extremamente desigual, pode-se dizer que a pobreza no país tem cor. Questionar as obras literárias que entram nas escolas é importante, questionar as obras que não entram também. Quais são as histórias contadas hoje em nossas escolas? Quem são os protagonistas? Por quem são escritas? Em um país com histórico escravagista como o Brasil, fazer esses questionamentos é de extrema importância para alcançarmos a educação e sociedade que almejamos, com uma educação diversa, democrática, sem preconceitos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

O trabalho apresentado teve a intenção de analisar a percepção de leitores através de livros infantis em comentários publicados no site da Amazon. Como podemos observar, a leitura dos livros, segundo as pessoas que compraram, fez despertar nas crianças orgulho de sua identidade, orgulho de ser quem são. Foi demonstrado através dos dados estudados e levantados, que a literatura possui um papel de extrema relevância no combate ao racismo e é uma grande aliada aos educadores. Muitos adultos comentaram que gostariam de ter lido livros com esta temática na infância, sendo indicada por muitos destes.

Em um país como o Brasil, com herança escravagista, dar outro sentido à palavra negro é de extrema necessidade para a formação das crianças.

A forma como os negros são representados nas imagens, nos personagens, nas falas influencia muito a autoimagem que esse grupo terá e como os outros o vê. A escola é um dos primeiros lugares onde a criança passa a se entender negra e, infelizmente, a partir de referências negativas. Cabe aos professores e gestores aderirem a práticas que minimizem e exterminem o impacto do racismo nas crianças.

É importante ressaltar que os negros não tiveram nenhum controle de como seriam representados. Aos brancos coube esta tarefa. Nesse sentido, o negro durante muito tempo foi representado de forma estereotipada na literatura brasileira. Posto isso, a forma como a literatura negro-brasileira resgata a subjetividade, ancestralidade e cultura das crianças negras é fundamental para todas as crianças.

Por conseguinte, há uma necessidade de contar outras histórias além das que sempre foram contadas. O mercado editorial do país, em sua maioria, é composto por homens, brancos, héteros que sempre privilegiaram seu universo e retratavam os demais grupos de forma estereotipada. É preciso dar voz a novos sujeitos para que haja uma maior representatividade, não só no conteúdo dos livros, mas em quem escreve esses livros. Também é necessário compreender que, em um país como o nosso, com imensas desigualdades, a literatura não resolverá questões tão enraizadas como o racismo, mas é necessário aderir a práticas que minimizem os impactos nefastos do racismo.

O trabalho trouxe uma importante reflexão acerca da importância da literatura negro-brasileira nas séries iniciais através de comentários e análise de dados de pessoas que adquiriram os livros que abordavam essa temática. Todavia, compreendo que este não será o primeiro e último que trata da literatura na formação das crianças, mas espero que seja um suporte na luta antirracista dentro do espaço escolar e por uma educação mais humana.

BRASIL. **Lei n. 10.639/2003, de 09 de janeiro de 2003.** Altera a Lei 9.349 de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União:** Brasília, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2010.

CUTI. **Literatura negro-brasileira.** São Paulo: Selo Negro, 2010.

CUTI. **Quem tem medo da palavra negro.** Porto Alegre, RS: Revista Matriz, 2010.

DUARTE, Eduardo de Assis. **"Literatura afro-brasileira: um conceito em construção"**. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, nº. 31. Brasília, janeiro-junho de, p. 11-23.

ELIAS, Norbet; SCOTSON, John L. **Os estabelecimentos e os Outsiders.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveira. Salvador, Edufba, 2008.

FREIRE, Paulo. **A Educação na cidade.** São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança** – Um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: MEC. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10639/03.** Brasília/DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 39-62.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação.** Rio de Janeiro: Ed PUC-Rio: Apicuri, 2016.

SANTOS, Neuza Souza. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LAIJOLLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo.** 6 ed. São Paulo: Ática, 2002.

MELO, Rejane Oliveira de. **"A literatura na perspectiva de uma educação para inter/multiculturalidade"**. Recife: Bagaço, 2017.

Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana,** 2004.

MUNANGA, Kabengele. **"Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia"**. Geledés, 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raça-racismo-identidade-e-etnia.pdf>>. Acesso em; 16 de setembro de 2022.

MUNANGA, Kabengele. **"Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?"** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 62, p. 20-31, 2015.

OLIVEIRA, Marcelo; SAMPAIO, Juliana; SILVA, Olívia. **"Entre e para além da literatura: um estudo da noção 'escrivência' de Conceição Evaristo"**. *Nau Literária*, vol. 17, n. 2, p. 166-194, 2021.

QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

VEIGA, Cynthia Greive. "Promiscuidade de cores e classes": tensões decorrentes da presença de crianças negras na história da escola pública brasileira. In: FONSECA, Marcus Vinícius ; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (Orgs.) **A História da educação dos negros no Brasil.** Niterói: EdUFF, 2016.



“JESUS CAVALEIRO DO CÉU NUNÇA PERDE A PELEJA NO CAMPO DE BATALHA”: A EXPANSÃO URBANA DO NARCO PENTECOSTALISMO NO RIO DE JANEIRO

Resumo: Frente aos conflitos recorrentes entre facções e milícias, as comunidades das periferias cariocas são marcadas por um processo que envolve o estabelecimento de intrincadas relações de poder entre seus integrantes. O presente artigo objetiva discorrer a respeito do crescente domínio de poderes paralelos e as influências exercidas pelo narco pentecostalismo sobre a cidade do Rio de Janeiro, evidenciados por mudanças urbanas nas periferias cariocas na última década. A pesquisa bibliográfica e a análise jornalística permitem visualizar a influência do movimento neopentecostal na produção do crime organizado no Complexo de Israel, um conjunto de favelas geridas por narcotraficantes evangélicos.

Abstract: Faced with recurring conflicts between factions and militias, communities in the favelas of Rio de Janeiro are affected by a process that involves the intricate establishment of power dynamics among their members. This article aims to discuss the growing dominance of parallel powers and the influence of narco-Pentecostalism exerts on Rio de Janeiro, as evidenced by the urban changes in Rio's favelas in the last decade. The bibliographical research and journalistic analysis allow us to picture the influence of the Neo-Pentecostal movement on the development of organized crime in the "Complex of Israel", a group of favelas runs by evangelical drug traffickers.

INTRODUÇÃO

Apesar de geralmente atribuído a um núcleo administrativo centralizado, o termo poder se refere a qualquer mobilização de forças (econômicas, sociais ou políticas), de maneira deliberada ou não, a fim de atingir objetivos previamente propostos (BLACKBURN, 1997). Contrapondo a abordagem enquanto um fenômeno exclusivamente vinculado ao cerne da autoridade civil, destaca-se a noção de poder em Foucault, diluído em todos os setores da sociedade sob a forma de relações sociais desencadeadas por fatores externos. De acordo com Foucault (1979, p. 102), em aula ministrada no Curso do Collège de France em 1976,

“Trata-se, ao contrário, de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que [...] ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violento.”

Para Foucault, o poder não deve ser entendido como necessariamente atrelado a uma única pessoa ou instituição, sendo o tempo, a história e os espaços fatores relevantes para a compreensão de relações conflitantes, que tanto desencadeiam quanto são resultados de violências por parte de grupos diversos (FERREIRINHA & REITZ, 2010).

Ainda que esses conflitos existam em todos os setores da sociedade, suas consequências materiais são melhor observadas em territórios marginalizados. De acordo com Cao e Zhao (2010), processos intensos e acelerados de modernização, quando acompanhados por uma fragilidade estatal e redes de infraestrutura incapazes de responder às novas demandas urbanas, resultam em períodos de anomia

social, que encorajam a emergência de novas experiências de coletividade e coesão

No caso do Brasil, múltiplas favelas são alvo de cada vez menos investimento estatal, o que, frente à necessidade de controle sobre esses territórios, culmina no surgimento dos denominados poderes paralelos. Caracterizados por práticas ilegais, esses métodos de exercer domínio têm suas origens historicamente associadas às periferias dos centros urbanos e complexos prisionais segundo Oliveira & Alencar (2017). O termo “poderes paralelos” é usado comumente para fazer referência às organizações criminosas como facções e milícias, que, em constante combate com forças militares oficiais, estabelecem relações complexas entre seus integrantes, os moradores e demais setores da comunidade.

Para além do discurso oficial do crime organizado como essa força do mal onipresente, disforme e espraiada no tecido social como violência – à qual deve-se combater com a guerra do Estado – o controle que esses grupos exercem é estabelecido não apenas pela brutalidade, mas também por discursos de carga moral (LEAL & ALMEIDA, 2012). Esse fator é essencial para compreender a adição de outro poder paralelo nas análises acerca do crime, tanto no Brasil quanto em outros países na América Latina: a religião.

Como afirmado por Foucault em aulas ministradas para o *Collège de France* entre 1977 e 1978 (FOUCAULT, 2008), o denominado poder pastoral (um conceito entendido como a relação de poder entre um pastor e seu rebanho), de caráter religioso, se diferenciava completamente do poder político até o século XVIII. Porém, a partir do momento em que a temática do pastorado, intimamente relacionada com a ideia de salvação, lei e verdade, se torna interessante para o poder político, ela justifica tomadas de

Henrique Scaldini Campos

Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Contato:

<henriquescaldini@ufmg.br.>

Juliana Rodrigues Soares

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Contato:

<julianarsoares@ufmg.br.>

Leticia Campos Armond

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Contato:

<lecamos24@ufmg.br.>

Marina Gomes Silva Telles

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Contato:

<marinagomes@ufmg.br.>

Pedro Henrique Vilela Oliveira

Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Contato:

<pxdrov1@ufmg.br.>

Palavras-chave:

Neopentecostalismo; Narcotráfico; Poderes paralelos; Favelas; Espaço urbano.

Keywords: Neo-charismatic movement. Drug trafficking. on-state powers. Slums. Urban space.

decisões em que o governante, na condição de pastor, supostamente conduz seus súditos, seu rebanho, à salvação (FOUCAULT, 2008). A mistura do poder pastoral com o poder imperial tem como resultado a condição de governamentalidade, definida por Foucault como objeto de estudo em relação às formas de governar (1979, p. 163). Desse modo, emerge o Estado de Polícia, relacionado com o controle dos corpos, através da vigilância e a manutenção de um interesse dominante.

Partindo da necessidade simultânea de compreensão de diferentes partes constitutivas da sociedade e das ligações que essas exercem com sua totalidade, o presente artigo propõe tecer reflexões acerca das redes de relações envolvendo política, crime, religião e urbanização no Brasil sob a ótica de poder segundo Foucault. Para isso, é selecionado o caso do Complexo de Israel, no Rio de Janeiro, visto que esse tem em si delimitado o papel que a religião, enquanto poder político-social extremamente presente, desempenha na configuração do crime organizado nas periferias urbanas contemporâneas.

Esse artigo se trata de uma pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida remotamente em 2021 como trabalho final da disciplina de graduação Teoria Urbana (ACR 026) da Escola de Arquitetura da UFMG durante o período da pandemia de COVID-19. Cabe ressaltar que, devido às restrições conferidas pelo isolamento social no período de desenvolvimento da pesquisa e por se tratar de um fenômeno recente, com escassa produção acadêmica a respeito do Complexo de Israel, o trabalho foi desenvolvido a partir do contato com fontes secundárias, como a bibliografia selecionada e registros jornalísticos.

Desse modo, analisa-se primeiramente como as relações estabelecidas entre países do Norte Global e o Brasil em diferentes instâncias – territoriais, políticas, econômicas e sociais, repercutem no âmbito municipal carioca. A partir disso, são destrinchadas as definições de milícias e facções, e como, apesar da classificação de paralelos, esses poderes se encontram efetivamente intrincados com poderio estatal, entre o legal e o ilegal. Em seguida são especificadas as particularidades da religião enquanto um poder específico, com destaque para a ascensão do neopentecostalismo, o que finalmente permite analisar, considerando os múltiplos agentes envolvidos, a consolidação do Complexo de Israel em 2020 na cidade do Rio de Janeiro.

O NORTE GLOBAL NO RIO DE JANEIRO

O Rio de Janeiro, por se tratar de uma cidade significativa para o desenrolar dos principais acontecimentos políticos brasileiros, reflete acentuadamente múltiplas adversidades observadas na formação histórica e nos acontecimentos contemporâneos do país. Dentre essas adversidades, destacam-se processos de violência e desigualdade cujas origens podem ser atribuídas às influências que pensamentos

oriundos de países do Norte Global – como França e Estados Unidos – exerceram no desenvolvimento de esferas políticas, sociais, econômicas e urbanas brasileiras no decorrer do último século.

Em primeira instância, a necessidade de modernizar a então capital brasileira teve como consequência a aplicação de princípios de limpeza étnico-sociais e a adoção de abordagens urbanísticas baseadas em planos de renovação idealizados no Norte Global. Longe de solucionar as contradições entre diferentes classes, essas abordagens resultaram em dinâmicas baseadas em desigualdades até hoje vigentes.

No início do século XX, o ambiente urbano carioca vivenciou diferentes fases de renovação em seu território e suas arquiteturas, incluindo a emblemática reforma liderada por Pereira Passos, inspirada pelo plano do Barão de Haussmann, realizado em Paris em meados daquele mesmo século. Promotora de uma ligação entre as áreas centrais da cidade (onde residia a classe dominante) e o porto comercial, a Reforma de Pereira Passos foi responsável pela desacomodação de um grande contingente de moradores de cortiços e evidenciou o foco destrutivo, porém estratégico, das intervenções que viriam a ser feitas a partir daí. A indiferença das classes dominantes ascendentes e seu anseio por uma suposta limpeza etnosocial das ruas contribuiu de forma significativa para o aparecimento e crescimento das favelas e ocupações irregulares pela cidade, segundo Conceição (2017).

Mesmo com as diversas iniciativas de eliminação e readequação dos ambientes periféricos no Rio de Janeiro, aglomerações informais continuaram a se multiplicar na medida em que a desigualdade social aumentou, tornando a periferia não somente um espaço distinto e segregado dos demais, como também um espaço relegado à condição de sub-sociedade. Para Corrêa (1989), entre os agentes sociais que produzem o espaço urbano, os grupos sociais excluídos destacam-se no papel de modeladores de novos espaços, principalmente nas favelas. De acordo com Corrêa (1989, p. 30),

“É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção desse espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência.”

A hierarquia geopolítica global foi profundamente afetada pelas grandes guerras do século XX. Nesse contexto, os Estados Unidos ascenderam política e economicamente, assumindo o papel – antes atribuído à França – de nação com maior potencial de influência no modo de vida ocidental. Enquanto países europeus, profundamente afetados pelos conflitos dentro de seus territórios, priorizaram o restabelecimen-

to da infraestrutura interna, os Estados Unidos disseminaram seu poderio pelo Ocidente, a partir de planos de assistência econômica às nações atingidas pela Guerra. Segundo Gay (2017) os planos políticos, econômicos e militares do Sul Global sofreram grande influência estadunidense a partir da Guerra Fria; as dinâmicas socioespaciais brasileiras, assim como as de múltiplos países latinos, são drasticamente influenciadas pelos Estados Unidos nesse período.

Primeiramente, o planejamento urbano de cunho positivista, instituído a partir dos anos 1964 com o golpe civil-militar – com forte apoio estadunidense – intensificou a exclusão espacial nas cidades brasileiras. Foi a época em que os aparatos do planejamento urbano brasileiro mais cresceram, a partir do governo de Ernesto Geisel, em 1973. Tal solução centralizadora para o “caos urbano”, segundo Maricato (2000), não ouviu a população, nem técnicos municipais próximos das comunidades, muito menos os grupos excluídos. As grandes obras de infraestrutura propostas aumentaram a renda diferencial da terra nos centros econômicos, e foi nos anos 70 e 80 que as favelas mais cresceram no país. E como resultado da exclusão socioespacial, houve também o aumento da violência urbana.

Além disso, o surgimento das facções no Brasil – grande agente do escalonamento da violência urbana – está diretamente associado às políticas carcerárias vigentes durante o período ditatorial. O convívio entre guerrilheiros punidos por suas atividades contra o regime e criminosos diversos teve como consequência o compartilhamento de estratégias de cooperação entre prisioneiros que, a princípio, serviram para a reivindicação por melhores condições nas celas. Posteriormente, foram estabelecidas regras de conduta práticas que consolidaram o Comando Vermelho enquanto primeira e principal facção do período, de acordo com Gay (2017).

Porém, segundo Amorim (1993), a política antidrogas estabelecida nos Estados Unidos na década de 1980 e a necessidade de novos mercados por parte do Peru, Colômbia e Bolívia, tornaram o território brasileiro um ponto estratégico de descarga entre os países produtores e novos consumidores europeus. Consequentemente, houve um aumento no consumo de drogas como crack e cocaína no país, o que tornava a inserção no narcotráfico economicamente vantajosa para as facções vigentes.

Ainda segundo Gay (2017), como consequência desses e de outros eventos posteriores, o aumento da violência no Rio de Janeiro transformou a coexistência entre a polícia estadual e a população das favelas progressivamente hostil. Portanto, mesmo que baseados em princípios violentos, ao oferecer um senso de comunidade aos moradores, alguns grupos autônomos receberam o *status* de gestores. Ademais, a exploração e violação da população favelada se faz presente até os dias atuais nas ações de uma polícia corrupta e na completa

negligência dos governos, o que gera, em última instância, um sentimento generalizado de insegurança e abandono.

Desse modo, a capital carioca representa o espaço ideal para compreender como políticas pensadas para o Norte Global reiteram as desigualdades quando aplicadas irrestritamente em um contexto distinto (CORRÊA, 1989). Nesse cenário, grupos sociais minoritários tornam-se agentes de controle, tanto do espaço urbano, como de suas dinâmicas (LEAL & ALMEIDA, 2012). Assim, abre-se espaço para a instauração de organizações paralelas de poder que, ao oferecer um senso de comunidade e acolhimento às pessoas, têm um papel relevante na manutenção da ordem social.

PODERES PARALELOS NAS FAVELAS

Em oposição ao conceito de um poder unificado, observado exclusivamente nas relações governamentais, as noções de governamentalidade e de um “poder diluído” em Foucault permitem maior compreensão das causas e consequências por trás dos conflitos entre grupos com interesses divergentes. Desse modo, o “tripé moral, economia e política” precede a compreensão de governamentalidade no pensamento de Michel Foucault (FERREIRINHA & REITZ, 2010).

Para Foucault (1979, p. 91) “[...] o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder”. Na esfera estatal, governar exige rever as necessidades de uma sociedade e sustentá-las de acordo não apenas com sua demanda quantitativa, mas também pela compreensão de suas origens, a partir do equilíbrio dos âmbitos moral, economia e política. Como oposição desses preceitos surge o conceito de não governabilidade.

A materialização desse conceito é substancialmente observada em territórios onde grupos marginalizados, vítimas do fracasso do Estado de Legitimidade em garantir direitos constitucionais fundamentais, buscam a justiça e a ordem social por meios próprios e autônomos (SOUZA, 1995). A negligência no que concerne aos investimentos em infraestrutura urbana e serviços básicos de saúde, educação e lazer, aliada a um sentimento de insegurança e ameaça proveniente do enfrentamento direto da polícia com as comunidades, conduz ao surgimento de poderes que atuam paralelamente ao poderio do Estado (OLIVEIRA & ALENCAR, 2017).

No entanto, é importante reiterar que aqui a ideia de paralelo não significa necessariamente desvinculado, pois o próprio exercício desses poderes costuma ser incentivado por esferas estatais que se beneficiam financeiramente e politicamente de suas atividades. Conforme afirma Mingardi (1998), as organizações criminosas buscam estabelecer uma espécie de conluio com o Estado, a fim de atuar em mercados onde o governo tem poder de repressão. Para o

Estado, é vantajoso ampliar domínios para além do seu próprio aparato, a partir do apoio de organizações clandestinas em atividades lucrativas internacionais (LEAL & ALMEIDA, 2012).

A ordem social proposta pelo Estado, dessa maneira, tem de se apoiar também em forças ilegais, não oficiais, para seu devido funcionamento como um todo. Normalmente, tendo a base econômica para sua reprodução fornecida pelos mesmos mercados – especialmente o financiamento de drogas –, os dois tipos de grupos que reproduzem os poderes paralelos nas favelas brasileiras são as facções e as milícias, que diferem entre si principalmente por seus agentes (HIRATA, CARDOSO, GRILLO *et al.*, 2021).

Segundo Duarte (2021), as milícias referem-se inicialmente a grupos constituídos por policiais, ex-policiais, bombeiros e agentes penitenciários com formação militar, que se responsabilizam pela prestação de segurança às regiões onde o poder estatal não é exercido plenamente. Esses grupos se reúnem ilegalmente para garantir a segurança das pessoas, obrigando as comunidades em que atuam a pagar por serviços básicos, através da imposição do medo e da violência – o que caracteriza uma milícia como tal é sobretudo a presença e participação ativa de agentes públicos – membros do Judiciário, parlamentares, civis/militares e polícia (HIRATA, CARDOSO, GRILLO *et al.*, 2019).

As facções, por outro lado, surgem no Brasil principalmente como reação à violência nas unidades prisionais. Isso se dá sobretudo no período da Ditadura Militar, de quando data o surgimento de grandes grupos, como o PCC (Primeiro Comando da Capital), em São Paulo, e o já citado CV (Comando Vermelho), no Rio de Janeiro (HIRATA, CARDOSO, GRILLO *et al.*, 2019). Para além dos objetivos originais de proteção e autogestão, as facções acabam por encontrar maneiras de obter lucros em redes de relações socioeconômicas, com destaque para crimes como roubos, sequestros e, principalmente, o narcotráfico, impulsionado pela entrada de vários países latino-americanos nas redes de tráfico no final do século XX.

Foucault (1979, p. 102) analisa o direito de punir para além da teoria do direito democrático, buscando compreender como ele se materializa na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício “[...] em instituições locais, regionais e materiais, quer se trate do suplício ou do encarceramento, no âmbito ao mesmo tempo institucional, físico, regulamentar e violento dos aparelhos de punição. Os integrantes desses grupos, além de terem suas atividades comerciais beneficiadas pelo afastamento do poder público, também elaboram leis próprias, baseadas em princípios autônomos de justiça e métodos de punição destinados àqueles que causam problemas” (LEEDS, 1996).

Acima de tudo, esses poderes têm a capacidade de gerar laços de afetividade, identificação, pertencimento e dever entre os membros

da comunidade. Desse modo, destaca-se que o controle que as facções exercem hoje sobre a população é construído não somente pela força, mas pelo discurso moral (LEAL & ALMEIDA, 2012). Esse fato explica a potencialização de outro poder, que atua hoje em convergência com o crime organizado: a religião.

IDEOLOGIA NEOPENTECOSTAL NO PODER CONTRAVENTOR

Assim como no crime organizado, os vínculos comunitários proporcionados pelas igrejas encontram espaço no abandono governamental, fato comprovado pelo processo de transição religiosa vivenciado no Rio de Janeiro na última década. Entre 2000 e 2010, 64,71% dos residentes abandonaram o catolicismo e aderiram ao evangelismo neopentecostal, uma variante nacional do protestantismo (ALVES, BARROS, CAVENAGHI *et al.*, 2017). Essa dinâmica exemplifica a dimensão exercida pelo poder pastoral, que, devido a seu caráter ao mesmo tempo totalizante e individualizante, exerce um apelo moral àqueles a quem se impõe. De acordo com Foucault (2008, p. 254),

“O poder do pastor se exerce menos sobre um território fixo do que sobre uma multidão em deslocamento rumo a um objetivo; ele tem como papel fornecer ao rebanho a sua subsistência (...), trata-se de um poder que individualiza, concedendo, por um paradoxo essencial, tanto valor a uma ovelha quanto ao rebanho inteiro.”

Desse modo, esse poder é baseado em uma rede de compromissos em que a submissão do rebanho é justificada pela dedicação exclusiva do pastor a sua função de proteger e guiar a coletividade até a salvação. É a partir do acesso aos desejos, almas e até mesmo medos do grupo que o controle é estabelecido, permitindo ditar uma conduta apropriada para os fiéis. No cenário brasileiro, ao pregar a não culpabilização do indivíduo, a salvação após a morte e um discurso maniqueísta que delimita a moral combativa, muitos grupos armados adotam códigos, imagens e repertórios religiosos usados como símbolo de dominação.

A fé ofertada pelos novos templos oferece maleabilidade suficiente para que doutrinas de forte moral religiosa coexistam com estruturas monetizadas de corrupção. Segundo Cunha (2008), o pentecostalismo e o neopentecostalismo são correntes religiosas férteis em contextos de precariedade político-social, pois a ausência de instituições estatais provoca o nascimento de redes evangélicas de apoio, que fornecem trocas envolvendo dinheiro, comida, utensílios, informações e recomendações de trabalho para os reconhecidos como crentes. O fenômeno deriva do caráter menos universalista da filantropia evangélica, ou seja, há preferência por ajudar majoritariamente os “irmãos de fé”. Para Almeida (2006), o vínculo religioso/identitário garante reconhecimento moral positiva dos moradores de áreas estigmatizadas, como

as de favelas, onde a criminalização é expressiva.

Já a expansão na seara urbana é justificada pelo caráter de “não lugar” assumido pelos templos evangélicos (LEMOS, 2017). A teia de influência neopentecostal se forja a partir do estabelecimento de relações de multiplicidade, em detrimento de um território, de maneira semelhante ao conceito de poder pastoral, descrito por Foucault (2008). Assim, diferentemente da doutrina católica, por exemplo, o protestantismo permite que qualquer indivíduo funde uma denominação, com funcionamento em qualquer lugar, como garagens, galpões, estacionamento, dentro do transporte público e em calçadas, o que confere uma capilaridade muito maior à fé neopentecostal. Além disso, há maior investimento nas ações de pastorais urbanas, pois o ambiente da cidade é entendido como local de fortificação do “Mal” e deve ser combatido em “batalhas espirituais” cotidianas.

A relação entre protestantismo e guerra também é estabelecida em sua filosofia e *práxis*, pois o caráter bélico acompanha definições-chaves da religião. Analisando algumas canções evangélicas, encontramos que Deus é “varão de guerra que desce na terra para guerrear” (FLÖRDELIS, 2010), os fiéis são “soldados revestidos da vontade do senhor” (MEL, 2014) e o templo é “quartel general de Jeová” (FLÖRDELIS, 2010). Christina Cunha (2008) chama de gramática da guerra o linguajar e entendimento do mundo como campo de batalha entre o bem e o mal, entre o céu e a terra, comunicando diretamente com a realidade dos moradores e com a criminalidade.

Assim, cria-se um ideal de exercício de fé como um confronto, em que os inimigos são aqueles que se opõem aos filhos de Deus. O traficante evangélico entende sua atuação na contravenção como temporária e decorrida de fraqueza espiritual e necessidade da situação em que se encontra. Ainda segundo Cunha (2008), a doutrina neopentecostal aparece como promessa de transitoriedade da criminalidade e esperança de conversão a Cristo pós-vida criminoso e acumulação de riqueza no tráfico, possibilitando esvaziamento da culpa individual. De acordo com Morellato (2019, p. 31),

“A instrumentalização cotidiana evangélica do mal, a sua absolutização é eficiente para identificar e justificar a eliminação do inimigo, rivais, estranhos e indiferentes como agentes do demônio, o que pode legitimar até mesmo o apelo à violência para resolução de conflitos e manutenção da estabilidade vigente.”

O contato dos traficantes com a igreja nas favelas acontece no momento de ganho de poder político pelas lideranças evangélicas, em que as figuras religiosas estabelecem acordos com o crime organizado por proteção e paz no espaço. A passagem por prisões também são fatores de empatia entre os traficantes e o discurso evangélico, pois há extensa ação de caridade de igrejas em penitenciárias e recuperação

de adictos, a exemplo da Assembleia de Deus dos Últimos Dias. Fundada por Marcos Pereira da Silva, a congregação tem ex-condenados e familiares como parte dos membros, e por isso, têm acesso a lugares isentos da interferência do poder público (MONTEIRO, 2009).

A conquista de cargos de poder pelos grupos religiosos ocorre paralelamente na instância pública e política, operando de forma semelhante: a ação religiosa fornece material para satisfazer o desejo de transcender a vida árdua, e assim convertem-se milhares. A onda protestante sustentou a candidatura de políticos codificados como evangélicos, oriundos da cidade do Rio de Janeiro. No pleito de 2020, o número de parlamentares protestantes dobrou em todo o país. Tais políticos utilizam de imaginários e símbolos semelhantes aos reivindicados por traficantes evangélicos, entre eles a bandeira de Israel. Para Douek em entrevista para Efraim (2020), Israel é simbolicamente ligado às doutrinas da direita, pela conexão com os Estados Unidos e pelo alinhamento da esquerda com a Palestina.

Além disso, muitos fiéis confundem o Estado contemporâneo com o Israel bíblico, e assim seus símbolos, como bandeiras, são utilizados em cultos e fachadas de templos, como o Templo de Salomão, da Igreja Universal. Tanto os políticos quanto os traficantes evangélicos propositalmente ignoram a diversidade de posicionamentos do povo judeu, que não segue o cristianismo, e as tendências progressistas do país, para apropriar os símbolos em nome do seu próprio projeto político. A afirmação da facção a partir dos símbolos do grupo é essencial também como afirmação do seu poder frente às facções rivais. Um caso específico, que ajuda a explicar as particularidades que o contexto local leva à efetividade criminal é o do Complexo de Israel, selecionado para análise por englobar os três principais poderes paralelos aqui apresentados.

O COMPLEXO DE ISRAEL

Conhecido pelos apelidos de Arão e Peixão, o traficante Alvaro Rosa é o líder do Complexo de Israel. Desde julho de 2020, cinco comunidades estão sob seu comando: Vigário Geral, Parada de Lucas, Cidade Alta, Cinco Bocas e Pica-Pau, totalizando, desse modo, 130.000 habitantes. Contudo, o início do processo de expansão que culminou no domínio da região pelo grupo de Peixão – denominado Exército do Deus Vivo, ou Tropa do Arão – data de meados de 2007, quando os narcotraficantes das três maiores comunidades da região (Vigário Geral, Parada de Lucas e Cidade Alta), dominadas pelo Comando Vermelho, iniciaram uma disputa pelo controle do tráfico local (FERNANDES, LEITAO, RIANELLI, et al., 2020).

A facção, comandada por Peixão, tradicionalmente dominava a Parada de Lucas, e em 2007 a anexou à região próxima de Vigário Geral. Em 2016, o grupo atingiu outra dimensão espacial ao conquistar comunidades do outro lado da Avenida Brasil: o confronto pela posse

da Cidade Alta durou sete meses, com intervenção policial e queima de veículos nas vias próximas, seguido da anexação da região de Pica-Pau. Em 2019 os traficantes começaram

a disputa pela favela Cinco Bocas, em Brás de Pina (Fig. 1).

Figura 1: Território do Complexo de Israel (autoria dos autores sobre imagem do Google Earth). Acesso em: ago. 2023.



Em 2020, milicianos da região do Morro do Quitungo, no bairro Brás de Pina, uniram-se ao Terceiro Comando Puro (TCP), na disputa contra o Comando Vermelho pelo controle da Região Norte. O acordo foi firmado durante o início da pandemia da COVID-19, em maio de 2020, a partir de negociações intermediadas por traficantes que tiveram permissão dos paramilitares para visitar parentes que moram em morros dominados pela milícia (OLIVEIRA, C. 2021). Segundo Fernandes, Leitão, Rianelli *et al.* (2020), aproveitou-se do período da pandemia para ampliar a dominação territorial para áreas que antes não tinham a presença do tráfico de drogas, alterando drasticamente a dinâmica social da população, desacostumada com a presença do crime organizado.

Ao se referir ao Estado de Israel para pautar suas ações sobre o território, Álvaro Rosa coloca-se como o próprio salvador da cristandade no Rio de Janeiro. Segundo algumas correntes neopentecostais, o regresso do povo israelita às suas terras de origem seria um dos sinais do retorno de Jesus Cristo e do salvamento dos seguidores de sua fé. Assim, ao instituir uma região regulada pelo teocentrismo evangélico e pelo tráfico de produtos ilícitos, Peixão estabelece-se, não somente como uma liderança na hierarquia do crime, mas também como um líder religioso instituído de autoridade divina.

O domínio do território adquire dimensão gráfica e estética pela apropriação de símbolos religiosos afirmando o poder do grupo dominante frente às facções rivais. Desde 2020 é possível contemplar sobre o ponto mais alto da Cidade Alta uma figura em *led* azul, formada

por dois triângulos sobrepostos: a Estrela de Davi. A peça de 4 metros de altura é vista por trechos da Avenida Brasil, uma das principais vias de acesso ao Rio de Janeiro.

O apelo imagético aparece nos muros dos bairros que, durante o regime de Peixão, receberam artes em grafite com dizeres bíblicos. Em uma delas, um pergaminho desenrola-se para revelar a mensagem "Deus é o Dono do Lugar", ao lado do mapa do Brasil sobreposto às cores da bandeira de Israel. Em outro, o nome de uma das comunidades aparece estilizado ao lado do personagem infantil Peixonauta, referência ao apelido utilizado por Álvaro Rosa. Tal utilização de símbolos religiosos remete ao imaginário narrativo e à dominação exercida pelas igrejas sobre diversos territórios (CUNHA, 2008).

Logo após a unificação das comunidades divididas pelo crime organizado, houve o reconhecimento e aprovação do ideário de Álvaro Rosa por outros criminosos convertidos ao evangelismo e igrejas neopentecostais, acarretando a criação de um grupo de traficantes evangélicos no Rio de Janeiro, sob a liderança de Peixão.

CONCLUSÃO

Por se tratar de uma região significativa para a análise da atuação mútua de diversas forças paralelas à dominação do Estado, o complexo de Israel reflete os enredamentos das relações de poder estabelecidas em território nacional. A atual configuração urbana da cidade do Rio de Janeiro, em si, já é conflituosa.

Como anteriormente explicitado, a segregação e a subjugação das classes trabalhadoras pelas dominantes produz espaços abertos a outros tipos de subordinação, que não somente à do Estado. Vale ressaltar que essas relações, apesar de envolverem a criação de comunidades autônomas com fortes laços comunitários, são pautadas, principalmente, pelo interesse do capital, que articula o tráfico de drogas, as milícias, as igrejas evangélicas e o poder público por meio da violência.

Assim, o papel do capitalismo neoliberal na formação da ideologia de uma possível ascensão social (CUNHA, M. & LAHUERTA, 2014), aliado aos interesses do narcotráfico, promove a manutenção do fenômeno estudado. Nesse sentido, há uma forte ligação de diferentes problemáticas sociais do contexto brasileiro e latino-americano. Tem-se a profunda desigualdade representada pela dicotomia morro-asfalto, originada na escravidão, nas diversas reformas urbanas higienistas, e na subjugação de classes populares migratórias; hoje, mascarada por discursos meritocráticos. Além disso, a violência policial afeta diretamente a periferia carioca na medida em que a vê como inimiga passível de

extermínio. Dessa maneira, pode-se compreender o cerceamento dessa população por uma realidade hostil na qual a possibilidade de amparo e solidariedade é construída coletivamente por meio de laços não institucionais.

O pentecostalismo surge como elemento amalgamador e fonte de esperança nas favelas e comunidades, atingindo proporções inéditas no Complexo de Israel. As ações geopolíticas do controle territorial, justificadas também pela expansão da fé, geram uma nova complexidade urbana nas favelas no Rio de Janeiro, por meio de novas regras e instâncias de poder permeadas por uma religiosidade estrita e violenta. O fenômeno da aproximação entre criminosos e evangélicos é observado de maneira significativa no Complexo de Israel, desde 2020, assim como o fenômeno da grande adesão às igrejas evangélicas dentro dos presídios do país. Uma relação que em primeira instância parece contraditória, mas que, de acordo com Brandão e Teixeira (2021), é congruente, ao serem considerados os códigos, as imagens e repertórios religiosos utilizados como símbolo de dominação de alguns grupos armados.

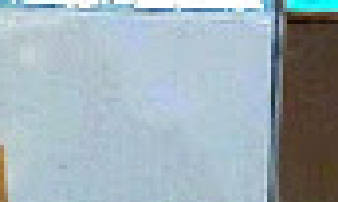
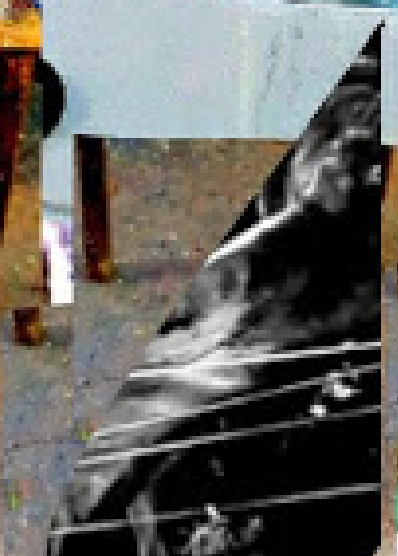
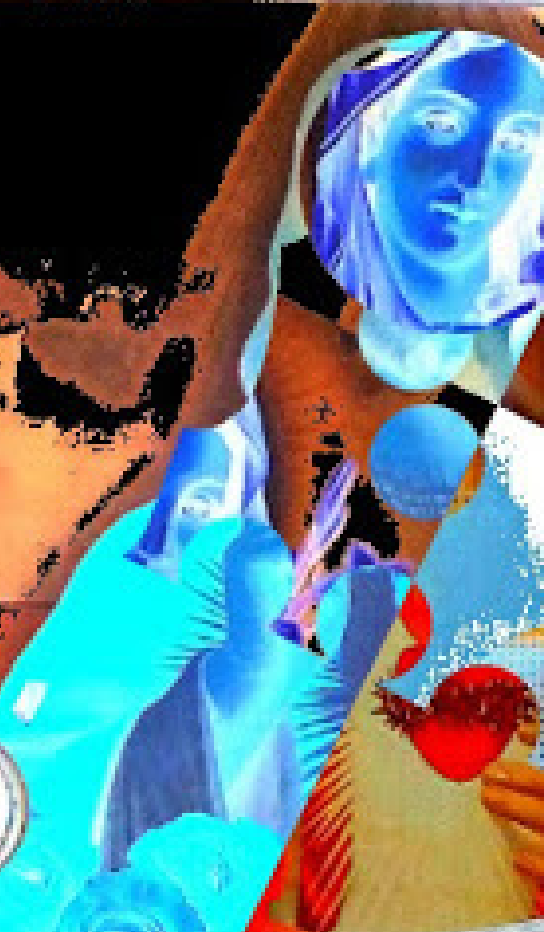
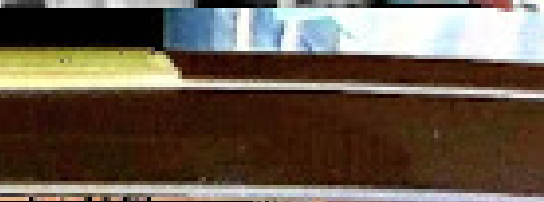
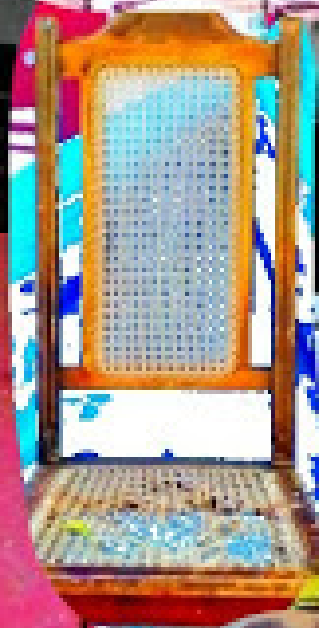
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Diccionario de Filosofia. Actualizado y aumentado por Giovanni Fornero**. 4ª edição. Cidade do México: FCE, 2004.
- ALMEIDA, R. A expansão pentecostal: circulação e flexibilidade. **Petrópolis: Vozes, As religiões no Brasil: continuidades e rupturas**. Petrópolis, v. 1, n. 1, p. 111-22, 2006.
- ALVES, E.J.; BARROS, F.L.; CAVENAGHI, S.; DE CARVALHO, A.A. Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil. **Tempo Social**. São Paulo, v. 29, n. 2, p. 216-42, 2017.
- AMORIM, Carlos. **Comando Vermelho, a história secreta do crime organizado**. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de Filosofia**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BRANDÃO, B. & TEIXEIRA, C. Crime e Pentecostalismo no Rio de Janeiro: algumas considerações sobre a experiência da conversão em centros de recuperação pentecostais. **Lusotopie**, publicação online, v. 20, n. 1, p. 1-14, 2021.
- CAO, L. & ZHAO, R. Social Change and Anomie: A Cross-National Study. **Social Forces**. Oxford, v. 88, n. 3, p. 1209-29, 2010.
- CONCEIÇÃO, D. da. A reforma Pereira Passos e seus impactos sobre a cidade do Rio de Janeiro. **Encontros**, v. 15, n. 29, p. 38-48, 2017.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4ª edição. São Paulo: Ática, 1989.
- CUNHA, C. V. da. Traficantes evangélicos: novas formas de experimentação do sagrado em favelas cariocas. **Plural**. São Paulo, v. 15, n. 1, p. 26-46, 2008.
- CUNHA, M. do N. & LAHUERTA, M. O neopentecostalismo e os dilemas da modernidade periférica sob o signo do novo desenvolvimentismo brasileiro. **Revista brasileira de Ciência Política**. Brasília, v. 34, n. 1, p. 89-103, 2014.
- DUARTE, T. L. Facções criminosas e milícias: aproximações e distanciamentos propostos pela literatura. **Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais**. São Paulo, v. 1, n. 90, p. 1-16, 2021.
- FERREIRINHA, I. M. N. & RAITZ, T. R.. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Revista De Administração Pública**. São Paulo, v. 44, n. 2, p. 367 - 383, 2010.
- FLORDELIS. **Divisa de Fogo**. In: FLORDELIS. Fogo e Unção. [S.l.]: MK Music, 2010.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 18ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. **Segurança, Território e População**. 1ª edição. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora LTDA, 2008.
- SANTOS, G. **A Nova Democracia**, 2021. Paramilitares e delinquentes se unem para compor o "Complexo de Israel". Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/rj-paramilitares-e-delinquentes-se-unem-para-compor-complexo-de-israel/>. Acesso em: 30 ago. de 2021.
- GAY, R. Of Criminal Factions, UPPs, and Militias: The State of Public Insecurity in Rio de Janeiro. **International Journal of Politics, Culture, and Society**. Cambridge, v. 27, n. 3, p. 291-305, 2017.

- HIRATA, D.; CARDOSO, A.; GRILLO, C. *et al.* A expansão da milícia no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados. **Observatório das Metrópolis**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-37, 2021.
- FERNANDES, F.; LEITÃO, L.; RIANELLI, E. *et al.* **G1**, 2020. Traficantes usam pandemia para criar 'Complexo de Israel' unindo cinco favelas na Zona Norte do Rio. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/24/traficantes-usam-pandemia-para-criar-novo-complexo-de-favelas-no-rio-deixam-rastro-de-desaparecidos-e-tentam-impor-religiao.ghtml#>. Acesso em: 18 ago. 2021.
- LEAL, G. & ALMEIDA, J. Estado Organizado e territórios: poderes paralelos ou convergentes? **Jornada do Trabalho**. Pres. Prudente, v. 13, n. 1, p. 1-20, 2012.
- LEEDS, E. Cocaine and parallel polities in the Brazilian urban periphery: Constraints on local-level democratization. **Latin American Research Review**, v. 31, n. 2, p. 57-82, 1996.
- LEMOS, Fernanda. **Pentecostalismos em movimento: o (não) lugar religioso na modernidade**. Curitiba: Prismas, 166 p, 2017.
- MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000.
- MATTOS, A. D. **Exército diferente**. In: MEL, C. Turminha da Cristina Mel: Fazendo a Diferença. [S.l.]: Sony Music Entertainment, 2014.
- MINGARDI, G. **O estado e o crime organizado**. 1998. Tese (Mestrado) - Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, São Paulo, 1998.
- MONTEIRO, L. **Revista Trip**, 2009. Guardiões do Éden. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/guardias-do-eden>. Acesso em: 15 mai. 2023.
- MORELLATO, A. C. **Tráfico de drogas, acumulação social da violência nas favelas, neopentecostalismo e a expressão de fé pelos traficantes evangélicos**. 2019. Trabalho de Bacharelado, Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2019.
- OLIVEIRA, A. S. & ALENCAR, J. C. K. Estado Paralelo: A ascensão de um poder alimentado pela desumanização e negligência estatal. **Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça**, Campo Grande, v. 4, n. 4 p. 1, 2017.
- OLIVEIRA, C. **A Nova Democracia, 2021**. Paramilitares e delinquentes se unem para compor "Complexo de Israel". Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/noticias/14971-rj-paramilitares-e-delinquentes-se-unem-para-compor-complexo-de-israel>. Acesso em: 30 ago. 2021.
- ROCHA, O. P. **A Era das Demolições**: Cidade do Rio de Janeiro 1870-1920. 2ª edição. Rio de Janeiro, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1995.
- SOUZA, M. L. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, Iná et al, **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

SEDV
DESIKT

ANK



SEDV
DESIKT

ANK

Safira da Mata Oliveira. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com mobilidade internacional na University of Sheffield (UoS).

Contato:

<damatasafira@gmail.com>

Palavras-chave:

Autocratização. Crise da democracia. Governo Bolsonaro.

Keywords: *Autocratization. Crisis of democracy. Bolsonaro government.*

A EROSÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL SOB A PERSPECTIVA DE LEVITSKY E ZIBLATT

DEMOCRATIC BACKSLIDING IN BRAZIL ACCORDING TO LEVITSKY AND ZIBLATT

Resumo: De acordo com dados do V-Dem (2021), entre 2017 e 2020, a democracia declinou em 25 países, incluindo o Brasil. O objetivo deste artigo é, então, interpretar a erosão da democracia brasileira através dos parâmetros estabelecidos no livro *Como as democracias morrem* (2018). Por meio de uma análise da crise da democracia brasileira, seguida da apresentação de dados do V-Dem (2022) que ilustram esse processo, demonstramos como Jair Bolsonaro se encaixa no perfil autoritário identificado por Levitsky e Ziblatt (2018). Para além de uma queda na qualidade da democracia, o Brasil conta com um ex-presidente com comportamento autocrático.

Abstract: *According to V-Dem (2021) data, between 2017 and 2020, democracy is in decline in 25 countries. Given that, the purpose of this article is to interpret the Brazilian democratic backsliding through parameters established in the book How democracies die (2018). Through an analysis of the Brazilian crisis of democracy, followed by the presentation of V-Dem (2022) data that illustrates this process, we demonstrate how Jair Bolsonaro fits in the authoritarian profile identified by Levitsky and Ziblatt (2018). Beyond the decline in the quality of democracy, Brazil has an ex-president with autocratic behaviour.*

1. INTRODUÇÃO:

Ao longo do século XX, os ciclos favoráveis e desfavoráveis à democracia foram pensados em termos de ondas de democratização e desdemocratização. As ondas de democratização ocorrem quando transições em direção a regimes democrático-liberais superam as transições em direção a regimes autoritários (HUNTINGTON, 1994; LIJPHART, 2012). As ondas reversas, que concretizam o processo de autocratização, dizem respeito ao declínio da qualidade da democracia e seguem um mesmo padrão. Segundo relatório do V-Dem (2021, p.07), primeiro, vem o ataque à mídia e à sociedade civil; depois, a polarização da sociedade através do desrespeito aos oponentes e da disseminação de informação falsa; por fim, o ataque às instituições.

Em geral, durante as últimas três décadas, a confiança nas instituições políticas, parlamentos e/ou tribunais de justiça declinou até entre as democracias consolidadas, assim como o comparecimento às urnas e a identificação/filiação partidária (FOA & MOUNK, 2016). Esse processo de autocratização, contudo, está se agravando especialmente nos países da Ásia, do leste da Europa e da América Latina. Anteriormente, só se acreditava na possibilidade de aprofundamento da democracia (HUNTINGTON, 1994), mas os dados evidenciam a chance de reversibilidade democrática. Em 2020, pela primeira vez desde 2001, as democracias deixaram de ser a maioria. De acordo com dados do V-Dem (2021), entre os anos de 2017 e 2020, a democracia declinou em 25 países. Como colocado por Foa e Mounk (2016), Ronald Inglehart e Pippa Norris, por exemplo, geralmente não interpretavam tais fatos como sinais de crise democrática, mas somente como críticas às elites tradicionais das democracias liberais. Porém, a emergência de líderes populistas aves-

os a comportamentos democráticos somada à chegada de agendas neoliberais ao limite fez com que vários autores começassem a trabalhar acerca disso; entre eles, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018) vêem evidências de um declínio democrático na contemporaneidade.

Nesse contexto, o Brasil aparece como um exemplo interessante para investigação, porque se trata do 4º país que mais autocratizou entre os anos de 2010 e 2020, tendo somente Polônia, Hungria e Turquia na sua frente (V-DEM, 2021). Depois do segundo processo de *impeachment*, com a derrubada da ex-presidenta Dilma Rousseff (GARCIA, CALGARO, MATOSO *et al.*, 2016), e de vários escândalos de corrupção, o sentimento de desconfiança em relação às instituições públicas brasileiras e os atos antidemocráticos ganharam espaço no país (AVRITZER & RENNÓ, 2021). Esse crescimento de ideias autoritárias chegou ao seu ápice com a eleição de Jair Bolsonaro (PSL - Partido Social Liberal), que, ao longo de sua carreira política, revelou progressivamente sua tendência antidemocrática.

Diante disso, nosso objetivo, neste artigo, é interpretar a erosão da democracia brasileira através dos parâmetros estabelecidos no livro *Como as democracias morrem* (2018). Na obra de 2018, Levitsky e Ziblatt analisam as ameaças às democracias tradicionais através de uma comparação entre a eleição de Trump e outros exemplos de rompimento democrático. Para entender se a teoria desenvolvida pelos cientistas políticos estadunidenses se estende para além do caso dos Estados Unidos, além desta introdução, o artigo conta com mais três seções. Na primeira seção, exploraremos brevemente aspectos centrais da crise da democracia contemporânea brasileira. Logo depois, apresentaremos dados específicos do V-Dem (2022) que corroboram essa realidade. O Ins-

tituto Variedades da Democracia conta com “quase 30 milhões de pontos de dados para 202 países de 1789 a 2020”, envolvendo mais de 3.500 acadêmicos e especialistas (LAGO, 2021, p. 2). O projeto V-Dem tem como foco uma nova abordagem do conceito de democracia, ultrapassando uma análise limitada às eleições e avaliando centenas de atributos diferentes que dizem respeito à qualidade da democracia. Posteriormente, faremos uma revisão do perfil autoritário identificado por Levitsky e Ziblatt (2018), demonstrando como Jair Bolsonaro se encaixa no modelo do político com tendências autocráticas. Por fim, apresentaremos nossas considerações finais.

2. A AUTOCRATIZAÇÃO NO MUNDO E NO BRASIL:

Desde o final da Guerra Fria, a maior parte dos colapsos democráticos foi causada pelos próprios governos eleitos. É desse cenário que Levitsky e Ziblatt (2018) partem para demonstrar que, hoje, golpes militares e outras tomadas violentas do poder são raras. A morte das democracias, cada vez mais, acontece através de líderes eleitos que subvertem o próprio processo que os levou ao poder, “mudando o cenário internacional e trazendo consigo novas batalhas pela ‘verdadeira’ história” (SCHWARCZ, 2019, p. 25). Alguns desses líderes desmantelam a democracia rapidamente, como fez Hitler na Alemanha. Porém, é mais comum as democracias decaírem aos poucos, em etapas nem sempre visíveis:

“Não há tanques nas ruas. Constituições e outras instituições nominalmente democráticas restam vigentes. As pessoas ainda votam. Autocratas eleitos mantêm um verniz de democracia enquanto corroem a sua essência. Muitos esforços do governo para subverter a democracia são ‘legais’, no sentido de que são aprovados pelo Legislativo ou aceitos pelos tribunais [...]. Os jornais continuam a ser publicados, mas são comprados ou intimidados e levados a se autocensurar. Os cidadãos continuam a criticar o governo, mas muitas vezes se veem envolvidos em problemas com impostos ou outras questões legais. [...] Como não há um momento único – nenhum golpe, declaração de lei marcial ou suspensão da Constituição – em que o regime obviamente ‘ultrapassa o limite’ para a ditadura, nada é capaz de disparar os dispositivos de alarme da sociedade”. (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018, p. 17)

Dessa forma, os governos eleitos dão passos, nenhum deles explicitamente inconstitucionais ou antidemocráticos, que, somados, vão aumentando a discricionariedade do governo. Por isso, o teste essencial para as democracias não é se os demagogos extremistas surgem, mas se líderes e partidos políticos conseguem evitar que eles acumulem poder. Se esse aspirante a ditador chega ao poder, a democra-

cia enfrenta um teste crucial: as instituições democráticas serão subvertidas ou ele será estrangido por elas? (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018). Nesse sentido, o caso brasileiro surge como um exemplo de ataque aos elementos democráticos centrais para Levitsky e Ziblatt (2018): as instituições públicas e a legalidade.

Historicamente, a democracia brasileira pode ser entendida como constituída a partir de movimentos pendulares (AVRITZER, 2018). Antes num momento expansivo, caracterizado pela ampliação de direitos, processamento institucional dos conflitos, estabilização democrática e crescimento econômico (AVRITZER, 2018), o Brasil, ainda sofrendo as consequências da crise imobiliária de 2008, encarou, no ano de 2013, uma série de protestos causados, por exemplo, pela má qualidade dos serviços públicos, como o transporte coletivo, e pelo crescimento da corrupção no país (SILVA, 2018). Após o primeiro momento de crescimento das manifestações, marcado por um otimismo democratizante, os confrontos continuaram com dinâmicas mais polarizadas, banalizando soluções autoritárias e progressivamente invalidando instituições democráticas (MENDONÇA & DOMINGUES, 2022). Deixando de lado a certeza de que o repertório típico de ação dos movimentos sociais – os protestos – necessariamente contribuem para o aprofundamento da experiência democrática, vemos o Brasil como um exemplo concreto de como as manifestações “podem alimentar o processo de erosão democrática de diversas formas” (MENDONÇA & DOMINGUES, 2022, p. 02).

Como resultado desse cenário, instaurou-se um momento regressivo, marcado por fortes divisões políticas, crises econômicas e profundos desacordos em relação ao projeto de país (AVRITZER, 2018). Desde então, encaramos o acirramento da polarização na campanha presidencial de 2014, a crise econômica iniciada em 2015, os desdobramentos da Operação Lava Jato – como a decisão de Gilmar Mendes, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), de impedir que o então ex-presidente Lula assumisse o ministério da Casa Civil no governo de Dilma Rousseff (KERCHE & JUNIOR, 2018) –, o processo de criminalização da política, que fez parte da chave interpretativa da maior parte das instituições midiáticas brasileiras (AVRITZER, 2020), a interrupção do mandato de Dilma Rousseff... Nesse contexto, protestos explicitamente antidemocráticos tornaram-se parte do cotidiano político brasileiro. Assim, a ameaça à democracia passou a se basear numa antipolítica, num populismo de direita e numa aglutinação da face antipetista em torno da imagem de Jair Bolsonaro (MENDONÇA & DOMINGUES, 2022).

Apesar de ter se deparado com uma ordem administrativa forte e bem estabelecida em 2019 (SÁ E SILVA, 2021), Bolsonaro adotou um projeto político que colidiu com muito do que o Estado brasileiro vinha fazendo em termos de políticas públicas. Existia um certo padrão de conduta, principalmente quanto à proteção ambiental, inclusão social, questões raciais,

igualdade de gênero e saúde pública baseada na ciência, que foi, em grande parte, destruído. Mais tarde, a partir da nomeação de cargos para seu ministério e da forma como ele enfrentou a pandemia de COVID-19, percebemos como essas estratégias podem ser entendidas como evidências de preocupação zero com a governabilidade (AVRITZER, MARONA e KERCHÉ, 2021).

A disseminação de informação falsa e o estímulo à polarização da sociedade através da negação da legitimidade dos adversários políticos já faziam parte do cotidiano de Bolsonaro antes da eleição de 2018. Com o foco de fomentar sua reputação e desacreditar a oposição, era comum ouvir o então deputado federal falando em “fuzilar a petralhada” (RIBEIRO, 2018), dividindo a sociedade em dois campos opostos cujos membros desconfiam uns dos outros, ou negar a ditadura militar brasileira de 1964, tratando-a como uma “imposição popular” (DE CAMPOS, 2019). Juntando esse comportamento, que se manteve após sua eleição como presidente, à propagação da ideia de que deve ser imposta uma soberania forte por parte do líder político, não demorou muito para que começassem os ataques às instituições mediadoras, como os partidos e a mídia. Aqui, chegamos à última fase do que o V-Dem chama de autocratização (2021). É possível notar, também, que essa abordagem bolsonarista se enquadra no que Lilia Schwarcz (2019, p. 53) chama de “modelo autoritário de fazer política”. Esse termo se refere a um modo de se colocar na vida política sem se desvencilhar das velhas elites rurais e atualmente urbanas, desautorizando demandas de minorias, recriando o passado, abusando da autoridade e reproduzindo dinâmicas segregacionistas e hierarquias simbólicas (SCHWARCZ, 2019).

Porém, não é fácil manter políticos autoritários, como Jair Bolsonaro, fora do poder – até porque as democracias não devem e não podem banir ou proibir candidatos de concorrer em eleições. Dessa forma, mesmo num regime democrático que envolve diversos agentes, como imprensa, Congresso, Judiciário e eleitores, para Levitsky e Ziblatt (2018), a responsabilidade se volta para os partidos políticos, que são entendidos como “guardiões da democracia”. Levitsky e Ziblatt (2018) retomam Nancy Bermeo (2003) para dizer que os partidos pró-democráticos precisam ter o que a cientista política chama de “capacidade de se distanciar”. Isso pode ser feito, por exemplo, através da manutenção dos autoritários em potencial fora das chapas eleitorais, da erradicação de extremistas nas bases de suas fileiras e da atuação sistêmica para isolamento (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018). Porém, como fazer isso num país onde os partidos fazem parte das instituições debilitadas?

Agravando a situação, na conjuntura brasileira, as barreiras contra a entrada de *outsiders* (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018) – além dos partidos, a economia e a mídia – estão bem enfraquecidas. Economicamente, a barreira se desfez porque houve um alinhamento à agenda econômica trazida pelo governo Bolsonaro. Ele se

aproximou do mundo dos negócios através de um programa restritivo e antiestado, revisitando o populismo neoliberal dos anos 90, sendo que o apoio do mercado financeiro seria recompensado com o poder de escolher os legisladores responsáveis pelas políticas públicas da área econômica (RENNÓ, AVRITZER e CARVALHO, 2021). Ademais, no aspecto midiático, vale ressaltar que Bolsonaro, o terceiro *outsider* de direita a chegar na presidência do Brasil, depois de Jânio Quadros (1960) e Fernando Collor (1990) (AVRITZER, MARONA e KERCHÉ, 2021), cria uma estrutura a partir de uma consolidada base nas redes sociais, estabelecendo um canal próprio e direto com os apoiadores, sem mediação da imprensa. Nesse cenário, passa a ser comum ver estratégias de degradação das instituições políticas com base em uma grande rede de desinformação e disseminação de *fake news* (AVRITZER, MARONA e KERCHÉ, 2021). Por meio dessa rede, ele consegue “atacar o sistema político, o STF e até mesmo o carnaval do Rio de Janeiro”, sendo que já é comprovado como esses ataques afetam negativamente a legitimidade das instituições políticas (AVRITZER, MARONA e KERCHÉ, 2021, p.17).

É importante ressaltar que a crise da democracia contemporânea brasileira tem algumas particularidades em relação a outros casos que vêm sendo estudados, como os EUA e a Hungria. Ainda que a tensão entre uma burocracia forte e independente e as disputas inerentes à democracia sejam fundamentais para a formação de um regime eficaz (ABRAMOVAY & LOTTA, 2022), no Brasil, há uma mistura, por exemplo, da extensão do Estado com a criação de uma burocracia complexa e a complicação da produção de dados. Tenta-se, sobretudo, articular uma burocracia e uma economia relativamente complexas com uma gestão autoritária. O país, então, pode ser definido como um caso de autoritarismo burocrático:

“Esse termo estranho [é usado] porque facilita o emprego do termo “autoritário” como um genus que inclui outros tipos de sistemas políticos não democráticos sul-americanos associados com níveis baixos de modernização. O termo ‘burocrático’ sugere os traços cruciais específicos dos sistemas autoritários de alta modernização: o crescimento do poder organizacional de muitos setores sociais, as tentativas governamentais de controle pelo ‘encapsulamento’, os padrões de carreira e as bases de poder da maioria dos portadores de papéis tecnocráticos, e o papel-chave desempenhado pelas grandes burocracias (públicas e privadas)”. (O’DONNELL, 1973, p. 95)

A abordagem de Guillermo O’Donnell, para além de explicar a ruptura democrática institucional nas democracias de economia periférica, elucida um novo tipo de dominação autoritária na América Latina, que se dá a partir de características histórico-estruturais e de processos tardios de desenvolvimento econômico e industrial determinadores da trajetória até o autoritarismo (JUNIOR & LIVACIC, 2017). Nes-

se sentido, ultrapassando o período da ditadura militar brasileira, o cientista político argentino se baseia na ideia de que “as sociedades estariam determinadas por uma certa ordem social, econômica ou cultural que afeta as condutas e comportamento dos atores sociais e políticos ao longo do tempo” (CASTIGLIONI & FUENTES, 2015, p. 16).

Dessa maneira, a teoria clássica da modernização, que coloca o desenvolvimento econômico e a modernização social como criadoras de condições para a democracia, é substituída pela ideia de que esses fatores seriam responsáveis por condicionar novas formas de dominação política autoritária. Por conseguinte, numa conjuntura de correspondência entre a estrutura econômica e o tipo de ordem política, a polarização política é transformada em crise econômica, social e ideológica, fazendo com que os interesses político-sociais heterogêneos gerem pressão suficiente para rupturas institucionais e golpes de Estado (JUNIOR & LIVACIC, 2017).

3. OS DADOS NÃO MENTEM:

Num contexto mais geral, quando observamos, por exemplo, o alcance da democracia deliberativa, eleitoral, igualitária, liberal e participativa – os cinco indicadores clássicos do V-Dem –, notamos que, progressivamente, vem se instaurando um quadro de queda em todos esses índices, que são medidos entre 0 e 1, sendo 1 o valor máximo e ideal. No caso, a democracia deliberativa diz respeito ao nível em que as discussões são orientadas pelo bem comum ao invés de respeitarem somente interesses individuais; o índice agregado de democracia eleitoral combina os componentes de participação eleitoral e os graus de contestação presentes no regime (NETO & COPPEDGE, 2015). Por sua vez, o componente igualitário aponta como se dá a distribuição de poder político, assim como em que medida a igualdade entre os cidadãos é promovida; já a democracia liberal “mede os limites da atuação do estado, a primazia da lei, e a garantia dos direitos individuais” (NETO & COPPEDGE, 2015, p. 19). O aspecto participativo, por fim, ressalta a participação direta de cidadãos e da sociedade civil em processos políticos, eleitorais ou não (NETO & COPPEDGE, 2015).

Figura 1: Indicadores clássicos V-Dem - de 2017 a 2021.



Fonte: V-Dem (2022)

Ainda que haja um crescimento na esfera deliberativa entre 2020 e 2021, trata-se de algo insuficiente: embora haja uma pequena melhora, o valor ainda está muito ruim, sendo que os outros índices mantiveram um padrão de queda. Apesar de Levitsky e Ziblatt (2018) partirem dos Estados Unidos na construção de boa parte de sua análise, chegando a colocar que a democracia brasileira fazia parte das democracias intactas e não atingidas pelo processo de corrosão de normas democráticas, a realidade, em 2022, é outra. Uma maneira bem simples de enxergar isso é observar os princípios estabelecidos pelos autores como definidores do

comportamento autoritário. Baseados no trabalho de Linz, Levitsky e Ziblatt (2018) definem quatro sinais de alerta que podem nos ajudar a reconhecer um demagogo, conforme exposto no quadro seguinte:

Quadro I: Os quatro principais indicadores de comportamento autoritário

| Indicadores | Exemplos de medidas |
|--|---|
| 1. Rejeição, em palavras ou ações, das regras democráticas do jogo (ou compromisso débil com elas) | Rejeição da Constituição; sugestão de medidas antidemocráticas, como cancelar eleições; tentativa de minar a legitimidade de eleições. |
| 2. Negação da legitimidade dos oponentes políticos | Descrição dos rivais como subversivos, ameaçadores ou criminosos. |
| 3. Tolerância ou encorajamento à violência | Laços com milícias e forças paramilitares; estimulação a ataques contra oponentes; elogio a atos de violência política do passado. |
| 4. Propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia | Apoio a políticas de restrição de liberdades civis; elogio a medidas repressivas tomadas por outros governos; ameaça ações punitivas contra críticos. |

Fonte: Levitsky e Ziblatt (2018)

É importante salientar que, segundo Levitsky e Ziblatt (2018), um político que se enquadre em sequer um desses critérios é motivo de preocupação. Pensando em algumas declarações polêmicas de Bolsonaro, não é difícil encontrar ilustrações concretas desses indicadores. Um presidente que fala que se chegasse algo fora das 4 linhas da Constituição, ele seria obrigado a sair das 4 linhas (ESTADÃO CONTEÚDO, 2021) mostra, no mínimo, um compromisso débil com a Constituição. Ao se referir aos adversários como “marginais vermelhos” e dizer que eles seriam “banidos de nossa pátria” (VEJA, 2018), vemos, por exemplo, a negação da legitimidade dos oponentes políticos. Ao dizer, também, que, sem a ditadura militar, o país seria uma “republicueta” (MAZUI & RODRIGUES, 2022), há um indício não só de tolerância mas de encorajamento à violência. Mais um fator que merece atenção é a propensão em restringir liberdades civis: ou estaria a democracia brasileira sã e salva nas mãos de um presidente que fala em encher a boca de um jornalista de “porrada” (UOL, 2022)?

Vale enfatizar, também, que, frequentemente, são os *outsiders* populistas que dão positivo no teste do autoritarismo (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018). Recuperando um pouco dos principais nomes da literatura sobre o populismo (FINCHELSTEIN, 2020; LACLAU, 2013; MUDDE & KALTWASSER, 2017), os autores colocam que:

“Populistas são políticos antiestablishment – figuras que, afirmando representar a “voz do povo”, entram em guerra contra o que descrevem como uma elite corrupta e conspiradora. Populistas tendem a negar a legitimidade dos partidos estabelecidos, atacando-os como antidemocráticos e mesmo antipatrióticos. Eles dizem aos eleitores que o sistema não é uma democracia de verdade, mas algo que foi sequestrado, corrompido ou fraudulentamente manipulado pela elite.

E prometem sepultar essa elite e devolver o poder “ao povo”. Esse discurso deve ser levado a sério. Quando populistas ganham eleições, é frequente investirem contra as instituições democráticas”. (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018, p. 32)

Especificamente no populismo de Jair Bolsonaro, “povo e elite têm semblantes facilmente identificáveis” (RICCI, IZUMI e MOREIRA, 2021, p. 10). Atendo-se aos defensores dos valores conservadores da família tradicional, o antipluralismo e a rejeição da inclusão de alguns grupos específicos dentro da ideia de povo são marcantes (RICCI, IZUMI e MOREIRA, 2021). Aqui, é imprescindível destacar que a gestão da pandemia covid-19 entra como um ponto de extrema relevância, sendo que vários dos líderes mundiais que minimizaram a pandemia em regimes democráticos foram populistas – como Jair Bolsonaro no Brasil, Donald Trump nos Estados Unidos e Daniel Ortega na Nicarágua (RENNO, AVRITZER e CARVALHO, 2021).

Levando tudo isso em consideração, a proposta, agora, é verificar, por meio de índices que dizem respeito à qualidade da democracia, que a erosão democrática vem, de fato, ocorrendo no Brasil. Mais do que isso, essa piora está centralizada não só no governo, mas também na figura de Bolsonaro. Para isso, foram selecionados os seguintes indicadores correspondentes a cada critério apontado por Levitsky e Ziblatt (2018):

Quadro II: Os quatro principais indicadores de comportamento autocrático de acordo com dados do V-Dem (2022)

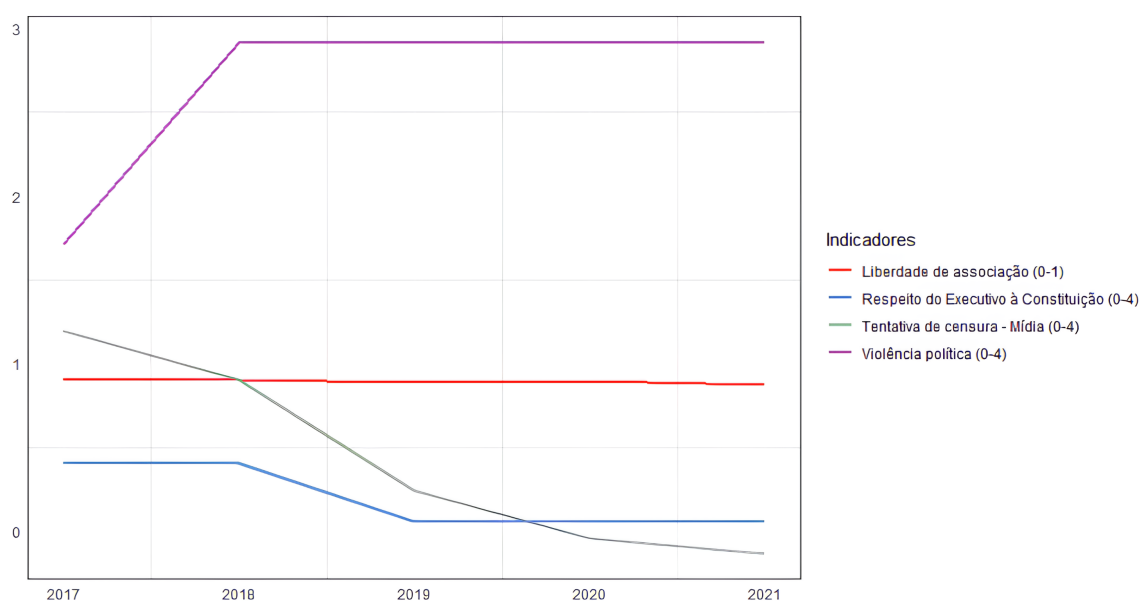
| Indicadores segundo Levitsky e Ziblatt (2018) | Indicador correspondente V-Dem (2022) |
|--|---|
| 1. Rejeição, em palavras ou ações, das regras democráticas do jogo (ou compromisso débil com elas) | Respeito do Executivo à Constituição (v2exrescon) |
| 2. Negação da legitimidade dos oponentes políticos | Liberdade de associação (v2x_frassoc_thick) |
| 3. Tolerância ou encorajamento à violência | Violência política (v2caviol) |
| 4. Propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia | Tentativa de censura - Mídia (v2mecenefm) |

Fonte: Adaptada de Levitsky e Ziblatt (2018), usando dados do V-dem (2022).

Inicialmente, a medida “Respeito do Executivo à Constituição” revela como tem se dado, na prática, a rejeição das regras democráticas do jogo. Aqui, o 0 simboliza o pior valor, indicando que os membros do Executivo violam a Constituição sem sofrer com consequências legais; o 4, por outro lado, é o ideal, apontando que não há violações. Já a “Liberdade de Associação” diz respeito ao nível da permissão dada às organizações da sociedade civil e aos partidos – incluindo os partidos de oposição – para sua mobilização e participação nas eleições. Nesse caso, a escala varia entre 0 e 1, sendo 1 o grau mais alto de liberdade. “Violência política” trata da frequência com que atores não estatais praticaram violência política. O 0 passa a ser a medida ideal, revelando o mínimo de violência possível, enquanto o 4 revela uma constância. Por fim, “Tentativa de censura – Mídia”

nos mostra se o governo tenta, diretamente ou indiretamente, censurar a mídia impressa ou de transmissão. A medida varia entre 0 e 4, e, quanto mais próximo de 0, pior: significa que as tentativas são diretas e rotineiras. Aqui, vale ressaltar que os indicadores do V-Dem são calculados ordinalmente e os valores estão dentro de uma escala intervalar. Por isso, os resultados assumem valores discretos, mas a pontuação real pode ser de qualquer valor numérico, geralmente variando entre -4 e 4 ou -1 e 1 (V-DEM, 2022). Olhando a disposição desses índices entre 2017, um ano antes da eleição de Jair Bolsonaro, e 2021, 3 anos completos de governo Bolsonaro, temos os valores dispostos graficamente a seguir:

Figura 2: Indicadores selecionados V-Dem - de 2017 a 2021



Fonte: V-Dem (2022).

Observando somente as curvas destes indicadores, podemos perceber que o bolsonarismo foi catastrófico para a democracia brasileira. Com exceção da “Liberdade de associação”, que vem decaindo lentamente ao longo desses últimos anos, todas as outras medidas indicam uma piora significativa na qualidade da democracia como um todo. Quando olhamos o “Respeito do Executivo à Constituição”, os valores variaram quase 85% apenas entre 2018 e 2019. Seguindo um caminho similar, a “Violência política” aumentou 70,41% somente de 2018 para 2019. Depois disso, nesses dois parâmetros, entramos num período de estabilidade, mas, novamente, uma estagnação num valor muito baixo e ruim. Já a “Tentativa de censura – Mídia” segue num crescimento absurdo: entre 2017 e 2021, assistimos a um aumento de 110,80%, com o índice chegando a atingir valores negativos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

No caso brasileiro, é possível ver que a crise da democracia contemporânea está acontecendo diante dos nossos olhos quando analisamos dados sobre a qualidade democrática. E esses dados, realmente, não mentem: não é difícil enxergar como o governo de Jair Bolsonaro se enquadra nos parâmetros de comportamento autoritário estabelecidos por Levitsky e Ziblatt (2018). A partir da análise dos indicadores do V-Dem (2022), percebemos que a gestão bolsonarista foi, de fato, símbolo de desrespeito à Constituição e potente no aumento da violência política e das tentativas de censura da mídia.

Entendemos, assim, que a regressão democrática no país, iniciada nas manifestações de 2013, ganhou novas proporções com o uso

da crise política e econômica como meio de ascensão (HUNTER & POWER, 2019) para a chegada de Jair Bolsonaro à Presidência da República. Ao longo dos anos, o então presidente de tendências autoritárias e populistas cresceu através de um discurso meritocrático que escondia interesses de grupos específicos em detrimento da política (ABRAMOVAY & LOTTA, 2022). Assim, ele foi se fortalecendo não como um líder político, mas como representante de um movimento capaz de destruir políticas e políticos (AVRITZER, MARONA e KERCHÉ, 2021). A queda na qualidade democrática já em curso foi extremamente potencializada por um governo nada preocupado com a governabilidade e a manutenção de políticas públicas (AVRITZER, MARONA e KERCHÉ, 2021) – ou, como colocado pela cientista política Gabriela Lotta (FORA DA POLÍTICA NÃO HÁ SALVAÇÃO, 2022), um governo contra o Estado.

Como consequência desse cenário, assistimos, sobretudo, ao processo gradual de destruição da democracia contemporânea brasileira. A presença numerosa de militares na administração, a radicalização do discurso político, a crescente violência política, a adesão ao discurso negacionista e o reconhecimento de Jair Bolsonaro como representante da identidade legítima do povo são só algumas das consequências que ficam como legado de um governo incompatível com a democracia e com o Estado de Direito (LYNCH & CASSIMIRO, 2022). Agora, o desafio não é apenas rever políticas públicas inconciliáveis com valores democráticos, mas também fortalecer a própria democracia, que foi fragilizada pelo radicalismo conservador (ROSA, 2023).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABRAMOVAY, Pedro & LOTTA, Gabriela. **A democracia equilibrista: Políticos e burocratas no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 2022.
- AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil: Uma análise da crise 2013-2018. **Novos Estudos**, n. 37, v. 2, p. 273-289, 2018.
- AVRITZER, Leonardo. **-Política e antipolítica: A crise do governo Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2020.
- AVRITZER, Leonardo; MARONA, Marjorie; KERCHÉ, Fábio (orgs.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- AVRITZER, Leonardo & RENNÓ, Lúcio. The Pandemic and the Crisis of Democracy. **Journal of Politics in Latin America**, n. 13, v. 3, p. 442-457, 2021.
- BERMEO, Nancy. **Ordinary People in Extraordinary Times: The Citizenry and the Breakdown of Democracy**. Princeton: Princeton University Press, 2003.
- CASTIGLIONE, Rosana & FUENTES, Claudio. **Política Comparada Sobre América Latina: Teorías, Metodos y Tópicos**. Santiago de Chile, Ediciones Universidad Diego Portales, 2015.
- DE CAMPOS, João Pedroso. Doze vezes em que Bolsonaro e seus filhos exaltaram e acenaram à ditadura. **Veja**, 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/doze-vezes-em-que-bolsonaro-e-seus-filhos-exaltaram-e-acenaram-a-ditadura/>>. Acesso em: 02 dez. 2022.
- ESTADÃO CONTEÚDO. Bolsonaro: Se chegar algo fora das 4 linhas, sou obrigado a sair das 4 linhas. **Estadão**, 2021. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/08/04/interna_politica,1292982/bolsonaro-se-chegar-algo-fora-das-4-linhas-sou-obrigado-a-sair-das-4-linh.shtml>. Acesso em: 24 mar. 2023.
- FINCHELSTEIN, Federico. **Do fascismo ao populismo na história**. Tradução de Jaime Araújo. São Paulo, Edições 70, 2020.

FOA, Roberto Stefan & MOUNK, Yascha. A desconexão democrática. *Journal of Democracy* (em português), n. 5, v. 2, p. 1-21, 2016.

FORA DA POLÍTICA NÃO HÁ SALVAÇÃO: Um governo contra o Estado | Com Gabriela Lotta / 126. Entrevistada: Gabriela Lotta. Entrevistador: Cláudio Couto. [S. l.]: Cláudio Couto, 7 mai. 2022. **Podcast**. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/241mMv8KYKZH0dkMoZEIbk?si=CvbDLFcRTLSoe5GUKk9r-g&nd=1>>. Acesso em: 2 dez. 2022.

GARCIA, Gustavo; CALGARO, Fernanda; MATOSO, Filipe; LIS, Laís; RODRIGUES, Mateus. Senado aprova impeachment, Dilma perde mandato e Temer assume. **G1**, 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-dilma-perde-mandato-e-temer-assume.html>>. Acesso em: 24 mar. 2023.

HUNTER, Wendy & POWER Timothy. Bolsonaro and Brazil's Illiberal Backlash. *Journal of Democracy*, n. 30, v. , p. 68-82, 2019.

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo, Ática, 1994.

IDOETA, Paula Adamo. Lula eleito: de 'Não sou covreiro' a 'pintou um clima'; as frases que podem ter custado votos a Bolsonaro. **BBC News Brasil**, 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63111634>>. Acesso em: 02 dez. 2022.

JUNIOR, José Carlos Martines Belieiro & LIVACIC, Gaston Ernesto Passic. Estados Autoritários na América Latina: uma revisão crítica ao conceito de Estado Burocrático Autoritário em Guillermo O'Donnell. **REBELA. Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, n. 7, v. 2, p. 261-287, 2017.

KERCHE, Fábio & JÚNIOR, João Feres. **Operação Lava Jato e a Democracia Brasileira**. São Paulo: Contracorrente, 2018.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. 1ª edição, São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LAGO, Rudolfo. **Estudo inclui o Brasil entre países com declínio democrático**. UOL: Congresso em Foco, 2021. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/estudo-da-universidade-de-gotemburgo-inclui-brasil-entre-paises-com-declinio-democratico/>>. Acesso em: 25 mai. 2023.

LEVITSKY, Steven & ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracias: Desempenho e padrão de governo em 36 países**. Tradução de Vera Caputo. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

LYNCH, Christian & CASSIMIRO, Paulo Henrique. **O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo**. 1ª edição. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.

MELO, Carlos Ranulfo. "Os partidos nas democracias: passado, presente e futuro." *In*: MENDONÇA, Ricardo Fabrino; CUNHA, Eleonora Schettini Martins (orgs). **Introdução à Teoria Democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino & DOMINGUES, Letícia Birchal. Protestos contemporâneos e a crise da democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 37, p. 1-36, 2022.

MAZUI, Guilherme & RODRIGUES, Paloma. Em discurso, Bolsonaro defende ditadores militares e deputado dos atos antidemocráticos. **G1**, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/03/31/em-discurso-no-planalto-bolsonaro-defende-ditadores-militares-e-deputado-reu-por-atos-antidemocraticos.ghtml>>. Acesso em: 24 mar. 2023.

NETO, Fernando Bizzarro & COPPEDGE, Michael. O Brasil na perspectiva do Projeto Variedades da Democracia. **Working Paper - THE VARIETIES OF DEMOCRACY INSTITUTE**. Series 2015:14, 2015.

O'DONNELL, GUILHERMO. **Modernization and Bureaucratic-Authoritarianism - Studies in South American Politics**. Berkeley, Institute of International Studies - University of California, 1973.

RENNÓ, Lúcio; AVRITZER, Leonardo; CARVALHO, Priscila D. Entrenching right-wing populism under covid-19: denialism, social mobility, and government evaluation in Brazil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 36, p. 1-29, 2021.

RIBEIRO, Janaína. Set/2018: "Vamos fuzilar a petralhada", diz Bolsonaro em campanha no Acre. **Exame, 2018**. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/>>. Acesso em: 02 dez. 2022.

RICCI, Paolo; IZUMI, Maurício; MOREIRA, Davi. O populismo no Brasil (1985- 2019): um velho con-

ceito a partir de uma nova abordagem. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 36, v. 107, p. 1-22 2021.

ROSA, Ana Silva. O reacionarismo no poder. **Quatro Cinco Um**. Disponível em: <<https://www.quatro-cincoum.com.br/br/resenhas/laot/o-reacionarismo-no-poder>>. Acesso em: 02 jun. 2023.

SÁ E SILVA, Michelle Morais de. **Beyond ordinary policy change: Authoritarian policy dismantling in Brazil**. SciELO Preprints, 2021.

SCHWARCZ, Lilia. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Marcelo Kunrath. A apropriação conservadora do ciclo de protestos de 2013: rumo aos protestos anti-Dilma? **Lusotopie**, Marseille, n. 17,v. 1, p. 88-111, 2018.

UOL. *Declarações polêmicas de Jair Bolsonaro durante seu mandato no Brasil*. **Uol**, 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2022/09/28/declaracoes-polemicas-de-jair-bolsonaro-durante-seu-mandato-no-brasil.htm/>>. Acessado em: 02 dez. 2022.

V-DEM, **The V-Dem Dataset**, 2022. Disponível em: <<https://www.v-dem.net/data/the-v-dem-dataset/>>. Acesso em: 18 nov. 2022.

V-DEM INSTITUTE. **Autocratization Turns Viral** - Democracy Report 2021. Disponível em: <https://v-dem.net/documents/12/dr_2021.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2022.

V-DEM INSTITUTE. **Autocratization Changing Nature?**- Democracy Report 2022. Disponível em: <https://v-dem.net/media/publications/dr_2022.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2022.

VEJA. “Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”, diz Bolsonaro. **Veja**, 2018. <<https://veja.abril.com.br/brasil/esses-marginais-vermelhos-serao-banidos-de-nossa-patria-diz-bolsonaro/>> Acesso em: 24 mar. 2023.



Aua Silá

Aua Silá de nacionalidade guineense, bacharela em Ciências Humanas pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Graduada do curso de licenciatura em Ciências Sociais pela mesma universidade. Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Contato:

<auasilabissau@gmail.com>

Palavras-chave:

Guiné-Bissau; Mulheres; Participação política; Amílcar Cabral; Libertação.

Keywords: *Guinea-Bissau; Women; Political participation; Amílcar Cabral; Liberation.*

1 A Guiné-Bissau fica situada na costa ocidental da África tendo limites fronteiriços ao norte com Senegal, leste e sul com Guiné-Conakry e oeste com oceano atlântico, uma superfície total de 36.125km² e um clima tropical, quente e húmido. É constituída por três províncias, as quais: norte, sul e leste, tem oito regiões: Biombo, Cacheu, Bafafá, Gabu, Oio, Quinara, Tombali Bolama Bijagós e um sector autónomo Bissau (BENZINHO; ROSA, 2015).

2

https://news.un.org/pt/019/07/1679791

3 Exceto a sociedade dos povos Bijagos na qual as mulheres exercem funções de poder, uma vez que, a

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NA GUINÉ-BISSAU (1956-1973): A PERSPECTIVA DE AMÍLCAR LOPES CABRAL

Resumo: Considerando que gênero é uma categoria de análise do fenômeno da desigualdade social entre homens e mulheres e que a participação constitui um mecanismo que permite tomar parte e influenciar decisões políticas, este artigo aborda a participação das mulheres na luta da libertação da Guiné-Bissau do jugo colonial a partir da perspectiva de Amílcar Cabral para compreender a relação entre gênero e participação política na sociedade guineense. Recorreu-se a uma pesquisa bibliográfica e evidenciou-se que Cabral conseguiu estabelecer a união e a força entre homens e mulheres na luta de libertação da Guiné-Bissau.

Abstract: *Considering that gender is a category of analysis of the phenomenon of social inequality between men and women and that participation constitutes a mechanism that allows taking part and influencing political decisions, this article addresses the participation of women in the struggle for the liberation of Guinea-Bissau from the power colonial from the perspective of Amílcar Cabral to understand the relationship between gender and political participation in Guinean society. It resorted to a bibliographical research and showed that Cabral managed to establish unity and strength between men and women in the struggle for the liberation of Guinea-Bissau.*

INTRODUÇÃO

As mulheres guineenses sempre desempenharam papel importante na construção das sociedades tradicionais do atual território da Guiné-Bissau¹, participando da luta anticolonial e da construção de Estado guineense. Nesta sociedade, as mulheres são a maioria da população, representando 52%². Contudo, na organização social e nas relações sociais guineenses, as mulheres são relegadas à posição de subalternidade³. O patriarcado, enquanto sistema de poder que privilegia o homem, criou obstáculos na sociedade guineense não apenas no que concerne à participação das mulheres na luta contra o império colonial, como constitui um elemento fundamental para a sua inferiorização na atualidade. Neste artigo, analiso a participação das mulheres na luta pela libertação da Guiné-Bissau do jugo colonial a partir da perspectiva de Amílcar Cabral, buscando compreender como sua ideologia contribuiu para a mobilização e emancipação das mulheres durante a luta de libertação nacional. Amílcar Lopes Cabral foi o agrônomo e o líder político que liderou a luta contra o colonialismo português com objetivo de libertar a Guiné-Bissau e Cabo-Verde. Por isso, é considerado o pai da independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde, apesar de ter sido assassinado em 20 de janeiro de 1973, antes de ver os seus objetivos serem concretizados com a Proclamação da Independência dos países supracitados.

Este artigo recobre o período de 1956 – ano de fundação do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) – a 1973, ano que marca o fim da guerra da libertação e a independência da Guiné-Bissau. A partir de estudo bibliográfico (MARCONI, 2015), foi feito o levantamento de informações em livros e artigos de autoria de Amílcar Lopes Cabral e de pensadores que abordam o seu pensamento. Diante disso, foram analisados: Arma da teoria vol. I (1976); Arma da teoria vol. IV

(1980); Guiné-Bissau, nação africana forjada na luta (1974) e Unidade e luta – alguns princípios do partido (1945). Essas obras, de modo geral, abordam a realidade social, política, econômica do contexto colonial na Guiné-Bissau, o seu cotidiano, teorias sociopolíticas, econômicas, culturais, diplomáticas e como estas constituem estratégias fundamentais no direcionamento das ações coletivas na luta da libertação contra o jugo colonial português e na conquista da independência da Guiné-Bissau.

O artigo está dividido em três partes. A primeira parte apresenta os conceitos de gênero e participação política como noções importantes para a análise da sociedade guineense e aborda as relações de gênero neste contexto a fim de compreendermos melhor os aspectos relacionados à participação política das mulheres nesta sociedade. A segunda parte apresenta a trajetória de Amílcar Cabral e sua importância na luta pela independência da Guiné-Bissau do jugo colonial português. Por fim, trata da influência do pensamento e da luta de Amílcar Lopes Cabral sobre a participação das mulheres na luta de libertação da Guiné-Bissau e sua importância no processo de emancipação delas.

GÊNERO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU

Gênero é um marcador social importante para a construção de diferenças, bem como de desigualdades sociais. Adotado inicialmente na década de 1950 pela sexologia, em pesquisas sobre as identidades dos então chamados hermafroditas (hoje intersexos), o conceito de gênero passou a ser utilizado para analisar as relações entre homens e mulheres e as desigualdades surgidas a partir destas relações (SCOTT, 1989).

O conceito de gênero foi introduzido na sociedade africana pelos colonizadores europeus, sendo uma categoria construída a partir das

experiências dos membros de sociedades ocidentais. Durante muito tempo, o determinismo biológico baseou os estudos sobre estas sociedades, sendo o conceito “mulher” central para as ideias e os discursos ocidentais sobre as relações de gênero. O termo mulher, tornado “o outro” do homem pelo patriarcado, foi impedido o entendimento da sua capacidade de se relacionar de modo igualitário com os homens em sociedades colonizadas (OYEWUMI, 1997).

Durante os anos 1980, surgiram na África os estudos sobre mulheres, mais tarde denominados estudos de gênero que, no contexto africano, se desenvolveram com o intuito de encontrar suas especificidades, novos caminhos metodológicos e de mudanças de paradigma. (GOUWĪS, 2012 *apud* MOREIRA, 2018 p. 30). Por outro lado, gênero existe a partir da dinâmica das relações sociais, dado que os seres humanos apenas se constroem com base na relação com os outros. Nesta senda, os estudos de gênero têm se desenvolvido com objetivo de questionar os determinantes biológicos, questionando a naturalização das diferenças entre os indivíduos de cada sociedade e, assim, desconstruir as produções discursivas sobre o gênero, desmistificando ideias e modos de vida entendidos como *próprios* de cada sexo (MOREIRA, 2018). Nesta perspectiva, a categoria gênero é sustentada e politicamente orientada para a redefinição das relações de poder entre homens e mulheres, tendo sido concebida para indicar a construção social das diferenças e desigualdades existentes nas sociedades humanas (GOMES, 2015).

É perceptível a subalternização das mulheres, fato que remete à necessidade de entender a dinâmica da sociedade patriarcal, ou seja, a organização social construída pelo patriarcado. Os debates feministas sobre patriarcado colocam no centro o poder do homem sobre a mulher nas sociedades capitalistas contemporâneas, a subordinação das mulheres com a apropriação masculina do labor reprodutivo da mulher (SCOTT, 1989).

No patriarcado moderno a distinção entre os sexos é tida como uma diferença natural, numa concepção da diferença sexual que atribui às mulheres um papel subordinado (DE AZEVEDO, 2016). A base do patriarcado é a opressão das mulheres a partir da socialização dos homens para odiarem as mulheres. Na sociedade patriarcal, os homens são encorajados a agredir aqueles que não tem poder, como é o caso das mulheres (bell HOOKS, 1981).

As mulheres foram, ao longo de muitos anos e em muitas sociedades, vistas apenas ligadas à esfera doméstica e privada. Todavia, esses olhares têm sofrido mudanças e, com o passar dos séculos, ser mulher passa de mãe à professora, jornalista, engenheira, política, entre outros cargos que eram considerados adequados exclusivamente para os homens. Neste contexto, a igualdade de gênero constitui o bem econômico essencial para a promoção de um crescimento econômico justo e inclusivo (TARRAFA, 2016, p. 11).

Ao iniciar esta seção com debate conceitual sobre gênero, mostro como este se constitui uma importante categoria de análise do fenômeno social, diretamente relacionada à temática central deste artigo, uma vez que a desigualdade de gênero é um fenômeno vigente na sociedade guineense e, sobretudo, representa um fato social que constitui a preocupação de Cabral dentro do PAIGC, que se preocupava em mostrar aos companheiros que, para que a luta fosse bem-sucedida, precisavam abolir as contradições existentes entre as relações de gênero (homem e mulher) e destruir as desigualdades no seio social guineense. Consequentemente, construir uma sociedade justa e igualitária, dando a todos e a todas as mesmas oportunidades sem a distinção de sexo ou raça dentro do partido e na sociedade. A ideia de Cabral sobre a emancipação das mulheres era apoiada pelo bloco socialista na época.

Com relação ao conceito de participação, este tomou-se parte do vocabulário político popular a partir dos últimos anos da década 1960, através das reivindicações feitas pelos estudantes. Diante disso, a participação se tornou parte da teoria da democracia moderna mais aceita, popular entre estudantes, teóricos e sociólogos políticos (PATEMAN, 1992). A participação é educativa, uma vez que promove, por meio de capacitação e conscientização individual e coletiva, o desenvolvimento da cidadania com o objetivo de romper com a subordinação e as injustiças sociais (PATEMAN, 1992 *apud* LUCHMANN, 2006, p. 21).

Participação política é uma ação desenvolvida em solidariedade com outros no âmbito do Estado ou de uma classe, com o objetivo de modificar ou preservar a estrutura e o sistema de interesse dominantes, como forma de tomar a parte de um todo e partilhar, associar ao pensamento ou sentimento coletivo (PIZZORNO, 1975; FERREIRA, 2009 *apud* DA SILVA, 2018). Boot e Seligson (1976 *apud* BORBA, 2012) ilustram a participação política como um procedimento que influencia ou procura influenciar a repartição dos bens públicos.

Na maioria das sociedades da África ocidental, o patriarcado se faz presente, uma vez que se fundamenta na organização social tradicional que relega as responsabilidades e os poderes aos membros masculinos e impõe às mulheres posições inferiores, com pouca participação. Nesta sequência, Borges (2005, p. 27) acrescenta que:

“Na África Ocidental, a tradicional interdependência ou relativa autonomia das mulheres, apesar da prevalência da ideologia patriarcal, em resultado das suas atividades econômicas e, até certo ponto do seu estatuto polígamo em que cada mulher é responsável pela gestão da subunidade básica dentro da família extensa, permitiu a valorização da mulher na África pré-colonial, as suas atividades econômicas públicas e a concepção da família, impondo a responsabilidade na manutenção da unidade

organização social e relações sociais desse povo se baseiam no sistema matrilinear. Nesta sociedade, o parentesco se constitui pelo laço materno, a partir desse clã materno que sai as chefias. É fato que, na cosmologia dos bijagós, o primeiro ser que existiu nessa sociedade era mulher (SILVA, 2000, p. 68).

básica, o “fogão” constituído pela mãe e seus filhos, fazem com que as atividades e os bens sejam objeto de uma luta e de uma negociação entre os dois gêneros’ (BORGES, 2005, p. 27).

No período pré-colonial, as mulheres possuíam autonomia e responsabilidade dentro da família, uma vez que com as suas atividades econômicas contribuíam para a manutenção da casa. As mulheres estão sempre presentes nas ruas como vendedoras e compradoras, também se organizavam em associações para manterem seus poderes econômicos, religiosos e políticos enquanto estratégias de emancipação social e política. Ainda, a associação *mandjuandade*⁴ lhes proporcionava o lugar de autonomia e de empoderamento, visto que, as mulheres criaram este tipo de associação para manter as solidariedades mútuas e terem autonomias em várias funções.

As estratégias utilizadas pelas mulheres guineenses na época pré-colonial foram fundamentais para a defesa dos seus interesses econômicos, sociais e políticos. Com as associações, elas desafiaram o sistema patriarcal enraizado no seio doméstico. As mulheres lutaram para a autoafirmação, romperam as barreiras da hierarquização social e participaram do associativismo, no qual obtinham lugar de destaque dentro de uma sociedade dominada pelos homens. Sabe-se que, neste período, que as associações de mulheres se baseavam em grupos de idade e gênero (DE CARVALHO & MBUNDÉ 2021, p. 156).

Na Guiné-Bissau, as associações de *mandjuandades* foram criadas por mulheres comerciantes para defenderem os seus interesses, além disso, serviu-se de oportunidade para construir redes de relações sociais a partir da confiança mútua, constituindo a base da estratégia de participação feminina (BORGES, 2005). Nesta senda, nos espaços de *mandjuandades* as mulheres ocupavam cargos de dirigentes, visto que a participação nessas instituições servia de ensejo para ultrapassar as limitações hierárquicas baseadas na senioridade e gênero, assumindo papéis socialmente valorizados, proporcionando às mulheres o acesso ao poder público, mesmo sendo de caráter simbólico (WIPPER, 1995; ODEYÉ-FINZI, 1985 *apud* BORGES, 2005, p. 24)

Por outro lado, no período colonial, a ideologia patriarcal foi reforçada, visto que foi estabelecida a hierarquia de papéis no que tange aos domínios público e privado. As mulheres passaram a ser excluídas da esfera pública e os homens passaram a ocupar as atividades produtivas e políticas, o que enfraqueceu o poder e prestígio das mulheres (BORGES, 2005, p. 27). Nesta ótica, a participação das mulheres guineenses nas *mandjuandades* na época da luta de libertação deu-se em parceria com a União Democrática das Mulheres (UDEMU⁵), com a organização e mobilização das mulheres nas cidades para a reconstrução nacional, quer dizer, as *mandjuandades* serviram ao movimento independentista como base de apoio clandestino

na luta contra o estado colonial, fato que permitia a interligação entre os grupos de *mandjuandades* e UDEMU (KOHL, 2011).

Portanto, percebe-se que a participação das mulheres na sociedade e na política acontecia antes da luta de libertação da Guiné-Bissau do jugo colonial de forma indireta, através dos grupos de *mandjuandades*. Do mesmo modo, a base sociocultural e política da *mandjuandade* veio a servir na luta pela independência como espaço de mobilização política guineense com vista a realçar a ideologia política do PAIGC para que pudesse conquistar a libertação nacional. Em suma, as mulheres exerciam poder nestas associações, influenciavam e participavam da tomada de decisões.

O LÍDER AMÍLCAR LOPES CABRAL

Amílcar Lopes Cabral foi o líder político que desencadeou a luta pela independência da Guiné-Bissau. Nascido no dia 12 de setembro de 1924, em Bafata, Guiné-Bissau, era filho dos imigrantes cabo-verdianos Juvenal António Lopes Cabral e Iva Pinhel Évora. Sua formação acadêmica ocorreu em Lisboa, Portugal, por meio da bolsa de estudo formou-se em Agronomia, no Instituto Superior de Agronomia, em 1945.

Durante a sua estadia em Lisboa, participou da fundação, juntamente com outros estudantes africanos originários das colônias, do Centro de Estudos Africanos, em 1951. O objetivo dessa associação assentava na ideia de “(re) africanização dos Espíritos”, quer dizer, reencontrar as suas raízes africanas e os meios adequados para combater o colonialismo. Em Lisboa, Cabral trabalhava como investigador na estação agrônoma e, quando regressou à Guiné-Bissau, mobilizou o conhecimento adquirido como engenheiro-agrônomo para analisar a realidade guineense. Também criou o clube desportivo local que foi fechado em 1954 pelo governo. No momento, Cabral começou a mobilização alertando a população sobre a dominação colonial e sobre a experiência concreta de luta contra o domínio colonial. Em vista disso, foi obrigado pela conjuntura política repressiva a deixar a Guiné-Bissau, uma vez que queria mobilizar os guineenses para a revolta contra a opressão portuguesa. Após este episódio, a sua permanência no país foi restringida a uma vez por ano (CABRAL, 1980).

Em 19 de setembro de 1956, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) foi criado por Amílcar Lopes Cabral, juntamente com outros cinco membros (Aristides Pereira, Luís Cabral, Júlio de Almeida, Fernando Fortes e Elisée Turpin), com sede em Guiné-Conakry (LOPES, 1982). A conscientização sobre a realidade sociopolítica colonial e a desumanização na qual se encontravam os trabalhadores impulsionou a classe trabalhadora a fazer uma revolta no porto de Bissau em 3 de agosto de 1959, reivindicando as melhores condições de trabalho, data que ficou conhecida como o massacre de *Pindjiquiti*. Nesta senda, os colonizadores contestaram a manifesta-

4 *Mandjuandade* constitui grupos de pessoas da mesma idade que se organizam pelas normas próprias, cuja finalidade é a solidariedade social entre os seus membros (SEMEDO, 2010, p. 123).

5 UDEMU- base feminina do movimento de libertação nacional da Guiné e Cabo-Verde.

ção de forma violenta, mataram trabalhadores e, por esta razão, Cabral regressou à Bissau, onde reuniu o PAIGC para a mobilização das massas camponesas para a luta de libertação (CABRAL, op. cit.).

Em 1962, sob a liderança de Cabral, o PAIGC apresenta um trabalho de cunho crítico ao colonialismo e em defesa do interesse do povo guineense e caboverdiano pela primeira vez nas Nações Unidas. Diante disso, em 23 de janeiro de 1963, iniciou a luta armada contra a dominação colonial portuguesa, que resultou na proclamação unilateral da independência da Guiné-Bissau em 24 de setembro de 1973. Em seguida, em 1964, Amílcar Cabral conduziu o primeiro congresso do PAIGC em Cassacá, nas zonas libertadas no Sul do país, onde foi realizada uma mudança decisiva na marcha da luta (ibid). Enquanto decorria a luta armada, guerrilhas de Cabral conquistavam as zonas de combate e ali se instalavam as escolas, porque Cabral considerava a educação como a arma mais poderosa para alcançar a libertação. Com conteúdos revolucionários, a educação visava construir o "homem novo" guineense, que teria a noção da realidade sociopolítica, cultural, econômica da época e da (re) valorização da sua cultura (LOPES, op. cit.).

Ainda durante a luta armada, Cabral estabelecia a ideia de unidade e luta como as divisões que serviam de princípios básicos da orientação das guerrilhas. Para Cabral, a ideia da unidade seria uma forma de resistência pedagogicamente acentuada para evitar diferentes contradições de interesses dos grupos sociais da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Cabral também estendeu sua ideia de unidade e associou-a aos princípios panafricanistas, que visam à promoção da união entre os países africanos a fim de lutarem juntos para a expulsão dos imperialistas europeus (LOPES, op. cit.). Além disso, Cabral defendia a ideia do desenvolvimento da Guiné-Bissau como objetivo maior, apesar de não presenciar o momento da conquista de independência da Guiné-Bissau, e já tinha apresentado a sua ideologia desenvolvimentista, que passava pelas alterações das instituições políticas, econômicas, sociais e culturais coloniais para a introdução de novo sistema para que a transformação econômica pudesse trazer uma nova dinâmica social (CHILCOTE, 1968 *apud* CARDOSO, 2015).

Enfim, com esses argumentos compreende-se que Cabral enquanto líder de libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde, apresentava as suas ideologias sociais e políticas como diretrizes a seguir para operacionalização da luta armada, construir e desenvolver esses países. Tais ideologias enfatizavam a necessidade de criação de um partido político, da conscientização e mobilização do povo guineense e caboverdiano para lutarem contra o império colonial, de apostar numa educação revolucionária que construiria "um homem novo", de lutar para igualdade de gênero na participação sociopolítica entre homens e mulheres e da construção de um novo Estado da nação que uniria todos os grupos sociais que compõem o mosaico cul-

tural guineense para desenvolver a Guiné-Bissau.

A PERSPECTIVA DE AMÍLCAR LOPES CABRAL SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES GUINEENSES

Na Guiné-Bissau, a luta pela libertação contra os imperialistas portugueses foi liderada pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), sob a direção de Amílcar Lopes Cabral. A luta armada teve início em 23 de janeiro de 1963 e foi uma resposta aos colonizadores, que exerciam opressão e força contra o povo guineense. Para materializar as ideologias e estratégias desenvolvidas pelo PAIGC, era necessário fazer a mobilização e a organização de uma maioria significativa da população, uma unidade política e moral das diversas categorias sociais. Quer dizer, era necessária a eliminação progressiva das mentalidades étnicas, uma vez que seria preciso recusar as regras, tabus sociais e religiosos que impediriam o desenvolvimento da luta e que inferiorizariam socialmente as mulheres e outros segmentos (CABRAL, 1976).

Mesmo contando com poucas oportunidades, as mulheres guineenses desempenharam papéis preponderantes na luta da libertação nacional contra o jugo colonial entre os anos de 1963 a 1973, período de luta armada. As mulheres atuaram junto aos homens nas diferentes frentes de ataques, contribuindo em diferentes domínios. Nos discursos, Amílcar Lopes Cabral evidenciava a relevância da participação das mulheres na construção da sociedade nação e, na liderança do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), colocou em pauta a questão de gênero, estimulando a igualdade entre homens e mulheres no seio do partido. As mulheres aderiram ao partido desde os momentos dos encontros clandestinos, colaborando no enfrentamento aos colonizadores, ou seja, lutavam ao lado dos homens para libertar o país da opressão colonial.

Amílcar Cabral era um líder político pautado no diálogo, com a capacidade de conscientização política e humana perante a sua liderança no PAIGC. Quase em todos os seus discursos e estratégias realçava a importância de ter as mulheres lado a lado com os homens na luta e na construção da nação. As mulheres tomaram parte na revolução como combatentes, redefinindo o papel a elas atribuído na sociedade (GOMES, 2016).

Para iniciar a luta armada era preciso ter o conhecimento da situação sociocultural, das relações de gênero e, então, iniciar a preparação e mobilização. Quer dizer, era necessário saber buscar a melhor forma de eliminar as contradições existentes na sociedade guineense, ou seja, procurar fazer com que todo o povo se sentisse à vontade para se levantar e se juntar ao grupo que tinha o objetivo de expulsar os colonizadores da Guiné. No começo da luta, era difícil juntar homens e mulheres para montar as estratégias de luta, uma vez que os homens não queriam se reunir com as mulheres para

planejar a luta de libertação do país (CABRAL, 1974). Havia camaradas que não queriam que as mulheres participassem da luta e faziam o máximo para evitar que elas fossem líderes, mesmo havendo mulheres com maior capacidade da liderança em relação aos homens. Havia homens que não queriam entender que a liberdade para o povo guineense significa liberdade também para as mulheres, que a soberania para esse povo requer a participação das mulheres e que a força do partido vale mais na medida em que as mulheres se prepararam muito bem para poderem ser líderes ao lado dos homens (CABRAL, 1945, p. 49). Muitos homens faziam de tudo para prejudicar as mulheres, mas Cabral (op. cit.) descreve que:

"[...] aqueles que entenderam que a mulher tem direito de avançar, de ter instrução, de ir à escola como qualquer ser humano, para fazer qualquer trabalho, como ela é capaz de fazer; aqueles que entenderam bem que um homem enquanto tiver três, quatro mulheres, nunca será um homem de verdade e que não há nenhum povo que possa avançar com homens com quatro mulheres; aqueles que entenderam bem que se o seu filho for fêmea não a pode vender, assim como não pode vender a mãe, que não é nenhuma escrava; quem entendeu que as crianças são os únicos seres a quem temos que dar privilégios na nossa terra, que são a flor da nossa vida, por causa delas nós fazemos todos os sacrifícios para elas viverem felizes; aqueles que fizeram bem os trabalhos designados pelo Partido, ao serviço do nosso povo, é que são membros do nosso Partido e têm que mandar na nossa terra (CABRAL, 1945, p. 106)".

Desse modo, Cabral advertia aos companheiros que todos tinham o mesmo direito no partido, fossem homens ou mulheres, desde que respeitassem os princípios do PAIGC. À vista disso, a emancipação da mulher era necessária porque daria às mulheres o direito de avançar, comandar e se expressar à vontade, sem a pressão dos homens dentro do partido, assim como na sociedade.

Diante disso, Cabral (1945) mostra aos dirigentes do PAIGC que queriam somente procurar mulheres bonitas em qualquer lugar que fossem para se apropriar, estes estariam agindo pior que os colonizadores portugueses, dado que negariam às mulheres as possibilidades de se dignificarem e de se erguerem. Nesta perspectiva, os desafios do momento exigiriam a concessão das oportunidades para as meninas entrarem na *Escola-Piloto*⁶, para aprender a ler e escrever corretamente para poderem avançar nos estudos. Isto constituiu um dos principais avanços, porque o melhor avanço seria o avanço das mulheres simultaneamente aos homens. As exigências para as meninas terem acesso à *escola-piloto* eram menos severas do que em relação aos meninos (CABRAL, 1945, p. 60-68).

Ainda, Urdang (1979 *apud* LARANJEIRO,

2021) afirma que a participação de mulheres na luta pela libertação nacional desenhou-se na história da Guiné-Bissau como um combate contra dois colonialismos, o colonialismo europeu e o colonialismo dos homens guineenses. Diante disto, a luta para emancipação das mulheres constituiu um dos princípios políticos destacados e teorizados por Amílcar Cabral, uma vez que procurava reportar que as mulheres deveriam participar em todas as estruturas do partido.

Com os princípios defendidos por Cabral, as mulheres passaram a assumir as responsabilidades no movimento de libertação da Guiné-Bissau e mostraram capacidade em diferentes domínios. A título de exemplo, temos Carmen Pereira, considerada o símbolo feminino da luta de libertação. Numa de suas entrevistas ao *DW África* (PESSOA, 2014), Carmen Pereira ressalta que ingressou no movimento libertador PAIGC em 1961, assumindo a responsabilidade do movimento em Conacri, que era a base estratégica do partido. Foi a primeira mulher a ocupar a presidência da república da Guiné-Bissau após a independência. Além disso, fazia parte do grupo que mobilizava e recrutava as mulheres para fazerem parte da frente sul de guerra, e sempre propagava palavras de incentivos para as mulheres nas suas reuniões: "Temos que fazer isto! Temos que trabalhar! Temos que lutar! Temos que ir à frente para mostrar aos homens que nós também somos capazes!". As mulheres começaram a aprender a dar os primeiros socorros aos militares feridos e, assim, criaram as bases sanitárias da guerrilha (PESSOA, 2014).

Amílcar Cabral defendia as mulheres contra os ataques dos companheiros que as abusavam, procurava defender os direitos das mulheres, fato que levou a pensar que as mulheres precisavam se emancipar de forma organizada. Nesta trilha, no início da luta armada refletiu sobre a criação de uma base que iria apoiar a luta das mulheres guineenses contra as condições da subalternidade, criar um espaço para desenvolvimento das suas ideias e ações políticas. Surgiu, em 1961, a União Democrática das Mulheres (UDEMU), braço feminino do movimento de libertação nacional da Guiné-Bissau, atuando em complementaridade aos homens, seja nas estruturas políticas ou na organização das zonas libertadas (GOMES, 2021, p. 82).

Cabral queria que todas as mulheres fossem associadas à seção feminina do partido-estado, a UDEMU, que servia de base de mobilização e da participação política das mulheres. Quer dizer, UDEMU serviu de alicerce para lutar contra a injustiça, imposição e desigualdade em relação às mulheres na sociedade guineense (KOHL 2011).

A UDEMU atuava como base para fortalecimento da camada feminina, um espaço de emancipação e de mobilização para as mulheres lutarem contra o sistema patriarcal colonial e nacional e de construção da igualdade entre homens e mulheres durante a luta pela libertação e na sociedade atual. Para Cabral (1974) era preciso mobilizar todas as forças possíveis para

6 A escola-Piloto é uma escola criada por Amílcar Cabral no ano 1964, em Conacri, depois do Congresso de Casacá. O objetivo da fundação dessa escola era formar um "homem novo", como dizia Cabral. Nesta escola, ensinavam até sexto ano, em língua portuguesa, e os manuais eram voltados ao ensino de geografia e história da Guiné-Bissau e de Cabo-Verde. Ali, a relação entre professores e alunos era respeitosa entre as duas partes. Por outro lado, Cabral lamentava sobre a luta armada e dizia: "Se eu pudesse, fazia uma luta só com livros, sem armas." Para ele, este era o melhor meio de formar quadros para o futuro: <<https://www.dw.com/pt-002/lilica-bol-a-eterna-diretora-da-escola-piloto-do-paigc/a-17678843>>.

a expulsão dos colonizadores do solo guineense, então seria necessário que homens e mulheres de diferentes grupos sociais avançassem para um único objetivo, evitando os conflitos entre si. A união só se faz mediante a existência e reconhecimento das particularidades na sociedade, e se não existisse a diferença não seria necessário buscar os princípios da uni-

dade. Portanto, perante os grupos étnicos e a injustiça gerada pelo império colonial no país, era necessário unir diversas pessoas para lutar contra a dominação estrangeira no território da Guiné. Desse modo, conclui-se que quanto mais houvesse a união, mais força haveria para lutar e libertar a Guiné-Bissau (CABRAL, 1974, p. 3-4).

Figura 1: Cabral no exercício da formação das mulheres guerrilheiras.



Fonte: GBISSAU.COM

A Fig. 1 mostra Cabral e as mulheres nos exercícios da formação das guerrilhas, isto é, ensinando-as a empunhar a arma e avançarem juntos aos homens na libertação da Guiné-Bissau, fato que contribuiu para formar mulheres corajosas e determinadas nas funções de milícias.

Na época da luta de libertação da Guiné-Bissau, nota-se que o PAIGC garantiu o respeito pelo direito das mulheres com vista a estabelecer uma nova formação social guineense, baseada na igualdade e equidade de gênero, porque Amílcar Cabral acreditava que sem a participação das mulheres o resultado da luta não seria bem-sucedido. Portanto, a luta pela independência da Guiné-Bissau foi produtiva com a participação plena e importantíssima das mulheres e com a capacidade de gerência da questão de equidade por parte da liderança de Amílcar Cabral (GOMES, 2015).

A ideia de Cabral (1972) assenta justamente em mostrar aos camaradas que as mulheres precisam ser reconhecidas e respeitadas porque são companheiras dos homens, de modo que isso constitui uma das forças principais da luta armada em todos os âmbitos. Mulheres lutaram pelo progresso e mostraram o amor ao povo nos momentos quando os homens en-

fraqueceram, mostraram coragem, força para avançar sem desistir e, acima de tudo, deram as contribuições significativas para que o PAIGC pudesse avançar. Portanto, Amílcar Cabral adverte sobre a necessidade de que na Guiné-Bissau os homens e as mulheres avancem juntos e que tenham as mesmas oportunidades, uma vez que isso constitui o grande sonho do PAIGC que consiste em ter igualdade entre homens e mulheres em todas as atividades. Em suma, Cabral ressalta que as mulheres precisam acreditar em si mesmas e mostrar que as suas vidas não devem ser melhoradas somente com as leis, mas sim com a luta sem medo de nada, a fim de serem as donas dos próprios destinos. Quer dizer, precisam marchar com seus próprios pés para mostrarem aos homens que têm as capacidades e valores (CABRAL, 1972).

Em 1969, os militares controlavam grande parte do território, as zonas já libertadas, uma vez que o PAIGC, na liderança de Cabral, propôs maiores esforços na criação de uma nova ordem social. Deste modo, eram realizadas as eleições nas *tabancas*⁷, nas quais as comissões incluíam cinco membros eleitos para assumir uma determinada função e as mulheres eram confirmadas para ocupar dois lugares nessas funções e assumir suas responsabilidades. Na

⁷ Tabanca é a aldeia ou comunidade de indivíduos que compartilham os mesmos princípios.

8 A referência da combatente Titina Sila, a heroína que foi morta no dia 30 de janeiro 1973, no rio de Farim, numa emboscada pelos colonizadores quando se dirigia ao funeral do combatente Amílcar Lopes Cabral (LARANJEIRO 2021).

9 <<https://images.app.goo.gl/91Mce-B1JKbkbkjZ89>>.

verdade, foram atribuídas às mulheres novos direitos e estatutos sociais, o que impulsionou uma transformação efetiva dos papéis de gênero (LARANJEIRO 2014). Neste itinerário, as mulheres se destacavam em diferentes ocupações, como as de comandantes militares⁸, governantes de regiões, membros de tribunal popular, enfermeiras e professoras, contribuindo significativamente para a mudança das mentalidades sociais (GOMES, 2016).

Muitas mulheres foram formadas e exerceram funções nas milícias, cumpriram missões de guerra integrando as Forças Armadas Revolucionárias do Povo - FARP⁹. Nesta perspectiva, o movimento de libertação favoreceu a participação das mulheres na luta, na escola e nas comunidades locais, fato que contribuiu para a libertação das mulheres das formas de discriminação que eram submetidas pelo sistema patriarcal. Portanto, a visão do gênero sustentada por Cabral redefiniu a condição feminina e reafirmou a importância delas no processo da construção e desenvolvimento da Guiné-Bissau (GOMES, 2015). Por outro lado, a participação das mulheres na construção da estratégia militar e política do PAIGC serviu de oportunidade para desafiar as estruturas tradicionais, que as inferiorizavam socialmente. Quer dizer, a poligamia, o casamento forçado e a inexistência do direito ao divórcio constituíam entraves para participação das mulheres e no desenvolvimento da luta (LARANJEIRO, 2021).

Figura 2: Carmen Pereira na época da guerra da libertação colonial.



Fonte: [casacomum.org/Arquivo Amílcar Cabral](http://casacomum.org/Arquivo%20Am%C3%ADlcar%20Cabral)

A Fig. 2 ilustra a combatente Carmen Pereira empunhando a sua arma. Ela integrou o Conselho Superior da luta em 1961. Carmen, combatente Titina Silá e muitas outras mulheres aderiram à luta e mostraram a coragem de servir à pátria, dando as suas contribuições como combatentes, militares, educadoras, cozinheiras, enfermeiras, conselheiras, carregadoras de monumentos para guerrilha, entre outras funções. Deste modo, considera-se que as mulheres tiveram contribuições importan-

tíssimas no país no que tange à concretização dos objetivos por assumirem papéis notáveis durante o processo da luta de libertação nacional que durou cerca de onze anos (GOMES; MONTEIRO, 2020).

Enfim, a luta levada a cabo de 1963 a 1973 pelo PAIGC, na Guiné-Bissau, era para libertar o povo não só do colonialismo, mas de todos os tipos de exploração para que homens e mulheres se levantassem e avançassem para construir uma sociedade mais justa e igualitária. (CABRAL, 1945).

CONCLUSÃO

Este artigo apresentou a visão do líder político Amílcar Lopes Cabral sobre a participação política das mulheres na luta de libertação da Guiné-Bissau, destacando a importância de gênero como uma categoria de análise dos fenômenos sociais, uma vez que a organização das relações sociais guineenses foi estabelecida a partir de um sistema patriarcal, baseado na desigualdade de gênero. Evidenciou a teoria política de Amílcar Lopes Cabral acerca da luta pela libertação da Guiné-Bissau, as suas estratégias de mobilização e organização da massa para lutar contra colonialismo português, mostrando que era necessário a união de diferentes forças, sem a distinção de sexo ou étnicas. Diante disso, demonstrou a crença de Amílcar Lopes Cabral numa educação revolucionária para construção de “um homem novo”, que valorizaria a sua cultura e que lutaria pela sua dignidade e igualdade de gênero na participação sociopolítica entre homens e mulheres na constituição de um novo Estado guineense.

A abordagem da perspectiva de Amílcar Lopes Cabral sobre a participação das mulheres guineenses na luta anticolonial nos permitiu perceber que a participação das mulheres na luta de libertação foi de grande importância, elas contribuíram como guerrilheiras, educadoras, enfermeiras, entre outras funções. O artigo ilustra como as suas participações foram cruciais na luta e como eram necessárias na estrutura do PAIGC, porque Cabral compreendia muito bem que a melhor forma de avançar naquele período era por meio de uma relação pacífica e de parceria entre as mulheres e os homens. Vê-se que, com essa ideologia, na época da luta anticolonial, Amílcar Lopes Cabral conseguiu estabelecer a união e a força entre homens e mulheres para que pudessem lutar e, assim, foi possível conquistar a libertação da Guiné-Bissau do jugo português.

Em suma, o artigo evidenciou a participação permanente das mulheres nas questões sociopolíticas, na época colonial, com intuito de darem as suas parcelas de contribuições na transformação da Guiné-Bissau. Para dar continuidade ao legado das mulheres guerreiras guineenses e das ideologias de Amílcar Lopes Cabral sobre a igualdade de gênero, faz-se necessário que sejam criados mais espaços, movimentos, organizações sociais, rodas de conversas que sirvam para contar a verdadeira história do papel das mulheres desde os primórdios da socie-

dade, seja na época colonial, pós-colonial ou no período democrático na Guiné-Bissau; pra que as novas gerações e, sobretudo, as mulheres, possam desenvolver as suas capacidades de pertença, a fim de conhecerem os seus deveres e direitos cívicos, e principalmente, os direitos das mulheres, e possam ter mais compromisso com as pautas das mulheres, sabendo reivindicar assim que os seus direitos sejam violados. Neste sentido, é urgente que o Estado da Guiné-Bissau se torne, na prática, um agente

que vai promover a igualdade de gênero, incentivando a participação das mulheres no cenário sociopolítico, criando espaços para que participem e que sejam incorporadas, nos currículos escolares do país, temáticas relacionadas aos reais problemas e desafios enfrentados pelas mulheres. Isto constituirá um passo importante, dado que pressupõe o respeito aos direitos e à dignidade humana na luta para a construção de uma sociedade mais justa, democrática, igualitária e equitativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENZINHO, Joana; ROSA, Marta. **Guia turístico: a descoberta da Guiné-Bissau**. Lisboa, Gráfica ediliber, Coimbra, p. 01-162, 2015.

BORBA, Julian. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. **Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, p. 263-288, 2012.

BORGES, Maria Manuela. "As mulheres em África: dinâmicas informais de socialização, educação, reprodução e inovação cultural". **Revista Educação em Questão**, v. 22, n. 8, p. 7-33, 2005.

CABRAL, Amílcar. **Um poema Praia**. Cabo Verde, p.01-114, 1945. Disponível em: <<http://www.amilcarchabral.org/livro.pdf>>.

CABRAL, Amílcar. **Guiné-Bissau – nação africana forjada na luta**. Lisboa, Nova Aurora, p.01-29, 1974.

CABRAL, Amílcar. **A arma da teoria**. Rio de Janeiro, Editora Codecri, Coleção Terceiro Mundo, v. 4, p. 07-93, 1980.

CABRAL, Amílcar. **A arma da teoria**. Unidade e luta, vol.1. Textos coordenados por Mário de Andrade. Lisboa: Comitê Executivo da Luta do PAIGC; Seara Nova, p. 221-233, 1976.

CABRAL, Amílcar. **Discurso sobre 8 de março**, 1972. Disponível em: <<https://youtu.be/gwEOsoT7Q98>>.

CARDOSO, Carlos. **Revistando o conceito de desenvolvimento no pensamento de Amílcar Cabral**, p.01-14, 2015. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=CARDOSO%2C+Carlos.+Revistando+o+conceito+de+desenvolvimento+no+pensamento+de+Am%C3%ADlcar+Cabral.+2015&btnG=>>. Acesso em 12 out. 2022.

DA SILVA, Eduardo Moreira. **Participação e Inovação democrática: nota sobre Brasil contemporânea**. In: MENDONÇA, Ricardo Fabrino. CUNHA, Eleonora Schettini Martins. Introdução à teoria democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

DE CARVALHO, Ricardo Ossagô; MBUNDÉ, Daiana Fernando. Mandjuadada como espaço de luta pela emancipação feminina no contexto social na Guiné-Bissau. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 13, n. 36, p. 141-162, maio 2021. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1257>>. Acesso em: 06 dez. 2022.

DE AZEVEDO, Fernanda Maria Caldeira. "O conceito de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais: contribuição feminista". **Revista Três Pontos**, Volume. 13:1- Dossiê múltiplos olhares sobre gênero, julho, p. 12-20, 2016.

GOMES, Patrícia Godinho. "O estado da arte dos estudos de gênero na Guiné-Bissau: uma abordagem preliminar". **Outros Tempos – Pesquisa em Foco**, vol. 12, n.19, junho, p.168-189, 2015.

GOMES, Patrícia Godinho. "As outras vozes": Percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau". **Revista Odeere**, v. 1, n. 1, p. 121-145, 2016.

GOMES, Patrícia Godinho. *Mindjeris di Guiné, ka bô m'pina, Ka bô burgunhu. Narrativas de mulheres na/sobre a luta de libertação na Guiné Bissau (trajetórias, construções e percursos emancipatórios)*. **AbeÁfrica – Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos**, vol. 6, n. 6, p.81-106, 2021.

GOMES, Peti Mama; MONTEIRO, Artemisa O. Candé. "Os desafios da Lei de Paridade na sua dimensão social e política: o caso das mulheres na Guiné-Bissau". **Cadernos de África Contemporânea**, v. 3, n. 6, p. 150-159, 2020.

HOOKS, bell. *E eu não sou eu uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. 1ª ed. Editora Plataforma Gueto, p. 02-139, 1981.

KOHL, Christoph. *Integração Nacional 'por baixo': A contribuição do associativismo em Guiné-Bissau*. **Revista AntHropológicas**, v. 22, n. 2, p. 07-40, 2011.

LARANJEIRO, Catarina. "Arma diplomática e ficção: as mulheres nos filmes da Luta de Libertação da Guiné-Bissau". **Revista de Comunicação e Linguagens**, n. 54, ISSN 2183-7198, p.47-64, 2021.

LARANJEIRO, Catarina. *Amílcar Cabral: o que foi e o que dele faremos. Mestres do mundo, trabalho final do seminário, conhecimentos, sustentabilidade e justiça cognitiva*, 2014.

LOPES, Carlos. **Etnia, Estado e relações de poder na Guiné-Bissau**. Lisboa, Edição 70, Biblioteca dos Estudos Africanos.

p. 01-142, 1982.

LOPES, Carlos. *Amílcar Cabral como promotor do pan-africanismo*. Paper apresentado no Fórum Amílcar Cabral. Praia, Cabo Verde, 2013. Disponível em: <https://archive.uneca.org/sites/default/files/LopesWritings/amilcar_cabral_como_promotor_do_pan-africanismo.pdf>.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. *Os sentidos e desafios da participação*. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 42, n. 1, p. 19-26, 2006.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia de trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 7.ed. Rev.ampl. São Paulo: Atlas, 225p, 2015.

MOREIRA, Joacine Katar. *A Cultura di Matchundadi na Guiné-Bissau: género, violências e instabilidade política*. 2018. Tese Doutorado em Estudos Africanos – Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE, Portugal, p.01-284, 2018.

SEMEDO, Maria Odete da Costa Soares. *As Mandjuandadi: Cantigas de Mulher na Guiné-Bissau: da tradição oral à literatura*. Belo Horizonte, p. 22-452, 2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Letras_SemedoMO_1.pdf>.

SILVA, Dilma de Melo. *Por entre as Dórcades encantadas: os Bijagó da Guiné-Bissau*. São Paulo, p. 193, 2000. Disponível em: <https://guinebissaudocs.files.wordpress.com/2011/06/pdf_bijagc3b3s.pdf>.

SCOTT, Joan. *Gênero: Uma categoria útil de análise histórica*. (CR Dabat & MB Ávila, Trad.). Nova York: SOS Corpo e Cidadania, p. 01-35, 1989.

TARRAFA, Cristiana Correia. *A mulher, a política e os média*. Dissertação de Mestrado em Estudos Europeus, Universidade de Coimbra, p. 01-112, 2016.

OYEWUMI, OYERONKE. *The invention of women: making an African sense of Western gender discourses*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, p.01-10, 1997.

PATEMAN, C. *Participação e Teoria Democrática*. RJ: Paz e Terra, p. 09-157, 1992.

PESSOA, Marcio. *"Carmen Pereira e a guerra das mulheres"*. DW, 2014. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/carmen-pereira-e-a-guerra-das-mulheres-na-guin%C3%A9-bissau/a-17656419>>. Acesso em 10 out. 2022.





Crédito às Ilustrações

Kaio Cézar Moreira Silva

Ilustra a capa

Kaio nasceu em São Paulo, onde mora hoje e se formou em Produção Audiovisual! Desde então trabalha com ilustração freelance para revistas, séries como Irmão do Jorel, do Cartoon Network, livros infantis e direção de arte/cenografia! Gosta de surrealismo, história da arte, e a coisa mais importante é poder contar histórias com cores e atmosferas.

Contato: <<https://www.instagram.com/kaosesthetics/>>

Gustavo Costa Vieira Gonçalves de Moura (artigo 1)

Ilustra a página 11

Meu nome é Gustavo, eu ilustro desde criança e comecei a levar a sério em 2016. Minha maior inspiração é o Akira Toriyama e procuro me tornar designer de personagem como ele. Fiz um curso em 2018 até 2020, e ainda procuro evoluir cada vez mais. Trabalho moderadamente como freelancer com commissions pela internet. Estou disponível para trabalhos na região de Contagem/BH. Obrigado pela atenção! :D

Contato: <gustavocvigm@gmail.com>

Ceila Teresinha Bitencourt (artigo 2 e artigo 5)

Ilustra as páginas 25, 54 e 55

Doutoranda e mestre em Artes Visuais na linha Arte e Tecnologia (2017) pelo Programa de Pós-graduação em Artes Visuais (PPGART - UFSM) - Universidade Federal de Santa Maria. Possui graduação em Artes Visuais (bacharelado) pela Universidade Federal de Santa Maria (2000). Possui graduação em Artes Visuais (licenciatura plena) pela Universidade Federal de Santa Maria (2002). Membro do Grupo de Pesquisa Arte e Design/CNPq (desde 2014) da Universidade Federal de Santa Maria, destacando as relações entre arte, design e tecnologia. Tem experiência nas áreas de Artes Visuais (com ênfase em Desenho e Pintura), Arte e Tecnologia e Cinema de Animação e pesquisa Cinema Documentário. Em 2017, no FESTIVAL DO MINUTO – “Sopa de Repolho” - categoria animação – “Melhores Minutos de 2017” (um dos destaques). 4493 visitas. Link: <<http://www.festivaldominuto.com.br/pt-BR/contents/40796>>.

Contato: <ceilabitencourt1972@gmail.com>

Laura Diniz Pascoal (artigo 3)

Ilustra a página 34

Graduanda em Artes Visuais na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Laura Pascoal debruça seus trabalhos por meio de colagens e pinturas, ligando preto e branco a cores berrantes, padronagens das letras de frases decompostas que a artista desenvolve com uma poética simultaneamente irônica, melancólica e, por vezes, bem-humorada entre o abstrato colorido e o figurativo humano realista. Tal diálogo faz de sua poética uma junção poderosa entre esses dois eixos.

Contato: <<https://www.instagram.com/lauradpascoal/>>

Autodidata no mundo artístico e cientista computacional, inventei um currículo para minha arte não acadêmica logo após largar a carreira de tecnologia no intuito de conseguir residências artísticas onde fosse possível explorar novas técnicas e processos criativos, trocando experiências e coproduzindo com letrados do meio. Desde então, realizo pesquisas e desenvolvo trabalhos nas mais diversas áreas de gravura, impressão, pintura, escultura, cerâmica e fotografia. Atualmente, produzo trabalhos que questionam a estética e o suporte normalmente abordado no meio acadêmico, apelando para artifícios oriundos da arte de rua e de antigas técnicas de impressão, criando, assim, uma linguagem de intervenção contemporânea.

Contato: <superdjow@gmail.com>

Nominata

Agradecemos àqueles/as que atuaram como pareceristas no volume 20, número 1, Dossiê Temática Livre, por sua criteriosa dedicação e sempre gentil avaliação dos textos submetidos.

Gustavo da Silva Santos Hvenegaard - hvenegaardgustavo@gmail.com - Mestre em Ciências Sociais em Política pela PUC Minas.

Tatiana Vargas Maia - vargas.maia@ufrgs.br - Professora Adjunta no Departamento de Economia e Relações Internacionais e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Daniel Pereira Rocha - dankrocha@gmail.com - Doutorando em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Rosana da Silva Pereira - silvarosanasociais@gmail.com - Doutoranda em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB).

Diego Pontes - diegopontez@gmail.com - Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PósARQ/UFSC).

Fernando Augusto Souza Pinho - fernandopinossa@yahoo.com.br - Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Rafael Alves Ferreira Almeida - almeida.rafaelf@gmail.com - Doutor em Educação pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Mariane Gomes Pereira - marianegpereira21@gmail.com - Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Érico de Souza Brito - ericosbrito@gmail.com - Doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Gustavo de Andrade Durão - gad2005_5@hotmail.com - Professor no Departamento de História e no Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura (PPGSC) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

Preservado em:



Cariniana

Rede Brasileira de Serviços de
Preservação Digital



Centro Acadêmico
de Ciências Sociais

U F M G



caCS

Centro Acadêmico
de Ciências Sociais

